



IDOSO

"Ninguém ama tanto a vida como o homem que está a envelhecer."

Sófocles, dramaturgo grego

// NOTÍCIAS DA IMPRENSA

MP FAZ DILIGÊNCIAS PARA CONCLUIR CAUSA DA MORTE DE IDOSA QUE RECEBEU CAFÉ COM LEITE NA VEIA

Palmerina Pires Ribeiro, de 80 anos, morreu em outubro de 2012

Fonte: O Globo – Rio – Célia Costa – 05/06/2013

RIO - A 8ª Promotoria de Investigação Penal de Duque de Caxias do Ministério Público estadual informou que ainda estão sendo realizadas novas diligências para concluir a causa da morte de Palmerina Pires Ribeiro, de 80 anos, ocorrida em outubro de 2012, no Posto de Assistência Médica (PAM) de São João de Meriti, na Baixada Fluminense. Essas diligências são consultas médicas-legais para saber se a idosa morreu por ter recebido café com leite na veia. Na terça-feira, o Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro (Coren-RJ) divulgou o laudo do exame cadavérico de Palmerina, que apontou morte por infecção pulmonar e urinária. No entanto, segundo o documento, este resultado ainda não é o final, uma vez que aponta que "caso o resultado da coleta de pesquisa toxicológica e pesquisa de substância atípica vir positivo, o laudo final poderá ser modificado".

Ainda segundo o documento, o sangue da idosa tinha aspecto normal e não foram evidenciados sinais de embolia gordurosa cardíaca e pulmonar, o que, segundo o conselho, afasta a possibilidade de a paciente ter recebido a substância na veia. O conselho afirmou, ainda, que o exame toxicológico que está em aberto seria apenas para efeitos de confirmação.

A morte da idosa, que chegou a ficar dez dias internada no PAM, teve grande repercussão. A estagiária de enfermagem Rejane Moreira Telles chegou a declarar que teria trocado os tubos e injetado, sem querer, a bebida em local errado. O auto de exame cadavérico, assinado pelo perito legista Paulo Reigota, não evidencia a presença "de substância atípica (leite)" no sangue da idosa.

Em outubro, a estagiária disse na delegacia que a técnica responsável pela orientação estava usando o celular na hora do atendimento à idosa. Sem receber a devida orientação, Rejane teria confundido a sonda com um acesso venoso e aplicado, por duas vezes seguidas, café com leite na corrente sanguínea da idosa. Ao delegado Alexandre Ziehe, a estudante — que estava há apenas três dias no estágio — contou que nunca havia administrado medicação em pacientes. A secretária de Saúde de São João de Meriti, Patrícia Carvalho Coelho, disse, na época, que duas técnicas de enfermagem que trabalhavam no leito onde a idosa morreu foram exoneradas, assim como uma enfermeira responsável pelos estagiários.



Prezado(a),
para preservar as informações contidas no periódico,
é necessário estar *logado* na intranet para carregar os *links*.

ÍNDICE

IDOSO

Notícias da Imprensa	fl. 01
Doutrina	fl. 07
Notícia do Judiciário	fl. 08
Notícia do Legislativo	fl. 08
Legislação	fl. 08
Institucional	fl. 08

PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Notícias da Imprensa	fl. 09
Doutrina	fl. 29
Notícias do Judiciário	fl. 30
Jurisprudência	fl. 32
Notícias do Legislativo	fl. 32
Legislação	fl. 33

EXPEDIENTE

Centro de Apoio Operacional das
Promotorias
de Justiça de Proteção
ao Idoso e à Pessoa com Deficiência

Av. Marechal Câmara, 370 - 6º andar
Centro - CEP 20020-080
Telefones: 2215-6326 | 2215-6112
E-mail: caoidosopdef@mp.rj.gov.br

Coordenador
Luiz Cláudio Carvalho de Almeida

Subcoordenador
Rafael Luiz Lemos de Souza

Servidores
Alexandre Cavassoni Rosa
Fábio Gomes Palermo
Rodrigo Firmino da Silva

Estagiário
Pablo Gomes Amaral

• • •

Projeto gráfico
STIC - Equipe Web



DIREITOS DA PESSOA IDOSA: UMA QUESTÃO DE CIDADANIA

Audiência Pública do Fórum Permanente Nacional da Sociedade Civil pelos Direitos da Pessoa Idosa, realizada em Brasília.

Fonte: Portal do envelhecimento – 07/06/2013

Manhã movimentada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH). Com o plenário lotado de pessoas idosas, inclusive muitos jovens, representações de várias instituições, entidades representativas que defendem o segmento idoso e delegações de vários Estados e do Distrito Federal, entre eles: Pará, Ceará, Bahia, Rio de Janeiro e Paraná, foi realizada uma Audiência Pública com o tema, Direitos da Pessoa Idosa: uma questão de Cidadania, no último dia 27 de maio de 2013, às 8h30min, na Ala Nilo Coelho, sob solicitação do Fórum Nacional e presidência do Senador Paulo Paim.

O Fórum Nacional Permanente da Sociedade Civil pelos Direitos da Pessoa Idosa, criado em 25 de novembro de 2010, é uma articulação nacional de Fóruns Estaduais Permanentes, coordenados exclusivamente pela sociedade civil e de caráter permanente, organizado como espaço público legítimo de representação, mobilização, participação social e protagonismo no processo de conquista e defesa de direitos da pessoa idosa.

Tal ação objetivou pressionar os poderes públicos constituídos a efetivarem os direitos promulgados na Lei nº 10.741/03 – Estatuto do Idoso. Para tanto, foi composta uma mesa com oito membros, sendo a presidência do Senador Paulo Paim, quatro representantes dos Fóruns Estaduais: Fórum Metropolitano da Pessoa Idosa, Profª. Terezinha Torres; Fórum Permanente em Defesa da Pessoa Idosa – BA, Dr. Roberto Loyola Monte da Silva; Fórum Permanente da Política Nacional e Estadual do Idoso no Estado do Rio de Janeiro, Srª. Maria José Ponciano; e o Fórum Paranaense da Pessoa Idosa, Dr. José Araújo da Silva. Como também dois representantes governamentais: Dr. Leonardo Guimarães, Secretário de Políticas de Previdência Social, representando o Ministério da Previdência Social e a Srª. Neusa Muller Pivatto, Coordenadora da Política para o Idoso, representando a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Além desses, também foi convidado a participar da mesa, o Sr. Florêncio Pimenta, presidente da Federação de Aposentados do Distrito Federal.

A manifestação pública, com faixas, bandeiras e cartazes, marcou o protesto das pessoas idosas presentes, especialmente contra o Projeto de lei nº 4571/2008, que fixa em 40% o número de ingressos reservados à meia-entrada para espetáculos artísticos, culturais e esportivos no país, para pessoas com mais de 65 anos, estudantes e deficientes físicos. Este projeto contraria frontalmente o artigo 23 do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), que garante às pessoas com 65 anos ou mais a meia-entrada nesses eventos.

Os participantes da mesa também defenderam outros direitos das pessoas idosas, tais como: a manutenção do BPC e sua ampliação, pois ele é um benefício importante da Política de Assistência Social, integrante da Proteção Social Básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, sendo imprescindível ao segmento idoso por suas condições de vulnerabilidade; o fim do fator previdenciário; o instituto da desaposentadoria; as questões de violência contra as pessoas idosas, entre outros temas.

O senador Paulo Paim ainda defendeu uma política de valorização do benefício do aposentado e do pensionista, tal como foi feito com o salário mínimo.

Outro expositor, o Secretário de Políticas de Previdência Social, Dr. Leonardo Guimarães, afirmou que a previdência não está quebrada, conforme divulgação frequente na mídia. No entanto, há uma preocupação com o futuro, já que a estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é de que, em 2050, a população idosa brasileira vai chegar a 64 milhões de pessoas. Ainda segundo o secretário, o resultado da Previdência Social de março de 2013, acumulado em 12 meses, mostra um superávit de R\$ 21,7 bilhões na previdência urbana. Entretanto, a previdência rural, que é um sistema semicontributivo, apresenta um déficit de R\$ 67,2 bilhões. Também Guimarães reconheceu o fator previdenciário como um problema, mas afirmou que se esse mecanismo é ruim, pior seria se ele acabasse, sem outra alternativa adequada à realidade brasileira.

Após comentários sobre o fator previdenciário, o Senador Paulo Paim, também endossou o fim desse instrumento, afirmando tratar-se da pior lei criada depois da ditadura militar.

Ainda, para Paim, o instituto da desaposentadoria pode ser usado para combater o fator previdenciário. Atualmente só conseguida por meio de ações na Justiça, a desaposentadoria se dá quando o aposentado continua trabalhando, contribuindo com o INSS e renuncia a essa aposentadoria para pedir uma nova, levando em conta os novos pagamentos.

Outra comunicação importante defendida pelo Senador Paulo Paim diz respeito à questão de que o governo não terá gastos com a desaposentadoria, porque os recursos usados serão o dinheiro da própria contribuição do trabalhador.

Num clima de esperança e de expectativa, a Audiência foi finalizada com muitas palmas e congratulações, como também prosseguindo numa grande mobilização das delegações estaduais em todo o Congresso Nacional, conclamando os deputados e senadores a apoiarem medidas que não restrinjam os direitos das pessoas idosas.

Que os direitos da pessoa idosa sejam plenamente respeitados, pois todos eles são questões de cidadania. Portanto, O Estatuto é Lei. Cumpra-se!

AÇÃO COM IDOSOS DE FAVELA CARIOCA É EXEMPLO INTERNACIONAL DE CIDADANIA

Fonte: Ciclo Vivo – 11/06/2013 – Gabriel Felix

Um projeto de assistência médica gratuita foi desenvolvido no morro Santa Marta, zona sul do Rio de Janeiro. Durante 18 meses, a iniciativa disponibilizou atendimentos médicos a domicílio e favoreceu a popularização de novas tecnologias para a saúde pública, além de dar origem a estudos sociais que revelam condições dos moradores da favela carioca.

Um time de onze profissionais – quatro médicos, três enfermeiros e três auxiliares – passou mais de um ano visitando as casas de moradores idosos para fazer exames rápidos por meio da mochila *E-Health* – um kit capaz de medir vários indicadores de saúde, desde exames de pressão sanguínea e diabetes, até avaliações cardíacas e exames de sangue.

A ação foi coordenada pela *New Cities Foundation*, em parceria com a GE, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e a Prefeitura do Rio de Janeiro. “Eu fiquei orgulhosa dos resultados, pois conseguimos criar um projeto que envolve desde empresas e autoridades públicas até os moradores do morro Santa Marta. O pessoal envolvido gostou do projeto, fez isso funcionar. Os idosos ficaram muito felizes”, declarou a coordenadora local do *New Cities Foundation*, Rosalie Marin ao CicloVivo.

De acordo com Rosalie, o envelhecimento dos brasileiros e o isolamento dos idosos que moram nos morros foram fatores determinantes para a execução do projeto-piloto. Além disso, os ativistas ficaram incomodados ao perceber que a população de baixa renda tem pouco acesso a tecnologias aprimoradas na área de saúde.

“Uma das metas do projeto é proporcionar a tecnologia necessária para a população de baixa renda, principalmente para os idosos. Os moradores amaram a ideia – eles dizem que as visitas domiciliares trazem conforto, até porque os exames são realizados em casa e os resultados são divulgados na hora”, relatou a ativista suíça.

Agora, as autoridades da capital fluminense pretendem realizar a iniciativa em outras favelas. “Esta experiência foi um grande sucesso, os resultados foram de muita satisfação, seja pelos usuários, seja para os profissionais de saúde que trabalhavam com essa tecnologia. A partir desta experiência, vem a expectativa de poder expandir para outras áreas da cidade, trazendo essa

ferramenta inovadora para cuidarmos dos idosos”, afirmou Hans Dohmann, Secretário Municipal de Saúde do Rio de Janeiro.

VÍDEO: GASTOS COM SAÚDE AUMENTAM A CADA TRÊS ANOS NA VELHICE

Fonte: Folha de São Paulo – Maria Paula Autran – 12/06/2013

Problemas financeiros na terceira idade são comuns. Um levantamento do SPC (Serviço de Proteção do Crédito) mostra que, em abril, 26% dos registros de inadimplência eram de pessoas com mais de 65 anos.

Segundo a instituição, esse é um comportamento que vem se repetindo nos últimos meses por razões como a redução na renda depois da aposentadoria e o aumento dos gastos que o idoso tem com saúde.

Em entrevista em vídeo ao Folhainvest, a educadora financeira Cássia D’Aquino afirma que é preciso definir prioridades para essa fase da vida e a principal delas deve ser a saúde.

“A cada três anos, o processo de envelhecimento exige uma porcentagem maior da renda com saúde. Então, é preciso considerar que o que você está gastando hoje será aumentado”, afirma.

Para assistir ao vídeo com a matéria na íntegra, basta acessar o seguinte endereço eletrônico: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/06/1290453-video-gastos-com-saude-aumentam-a-cada-tres-anos-na-velhice.shtml>

ENFIM, SAIU A RESOLUÇÃO DO FUNDO NACIONAL DO IDOSO!

CNDI estabelece critérios para a utilização dos recursos do Fundo Nacional do Idoso (FNI) e para o seu funcionamento.

Fonte: Portal do envelhecimento – 13/06/2013

O Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI), através da Resolução nº 19, de 27 de junho de 2012, publicada no dia 10 de junho de 2013, estabelece critérios para a utilização dos recursos do Fundo Nacional do Idoso (FNI) e para o seu funcionamento.

Esses critérios foram definidos pelo CNDI, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, da Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, e tendo em vista o disposto na Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 2004, na Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, e no Decreto nº 5.109, de 17 de junho de 2004.

Das regras gerais sobre a gestão do Fundo Nacional do Idoso, destacam-se os seguintes artigos:

Art. 2º - O Fundo Nacional do Idoso é gerido pelo Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, órgão de supervisão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da política nacional do idoso.

Art. 3º - O Fundo Nacional do Idoso constitui unidade orçamentária específica e é parte integrante do Orçamento Geral da União.

§ 1º - A inscrição do Fundo Nacional do Idoso no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica observará a legislação em vigor.

§ 2º - O Conselho Nacional dos Direitos do Idoso envidará esforços para que a alocação dos recursos no Fundo Nacional do Idoso esteja contemplada nas leis orçamentárias, para o financiamento ou cofinanciamento dos programas e ações executados por órgãos e entidades públicas e privadas.

O que é o Fundo?

O Fundo Nacional do Idoso trata-se de fundos de natureza especial, conforme reza o art. 71, da Lei nº 4.320, de 17/3/1964, vinculados à realização de determinados

objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação. Por esta natureza, os recursos que os constituem se transformam em recursos públicos, devendo ser geridos e administrados conforme os princípios constitucionais que regem os orçamentos públicos: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

O Estatuto do Idoso foi instituído pela Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, e o Conselho Nacional do Idoso, pela Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994.

O Fundo dos Direitos do Idoso deve ter como receita recursos públicos, contribuições de governos e organismos internacionais, além de doações de pessoas físicas e jurídicas, dedutíveis do Imposto de Renda.

Saiba mais

A cartilha “Fundo Nacional do Idoso - como investir seu imposto de renda em benefício dos nossos idosos”, elaborada pelo Conselho Federal de Administração (CFA) e Conselhos Regionais de Administração (CRA's) orienta os cidadãos quanto ao que é o Fundo Nacional do Idoso. Entre as informações contidas na cartilha estão temas como limite e dedução no Imposto de Renda. As peculiaridades entre contribuintes pessoas físicas e jurídicas também são destacadas.

A cartilha pode ser acessada na íntegra no *link* a seguir:

http://www2.cfa.org.br/publicacoes/cartilha-do-idoso/cartilha_idoso_web.pdf

COMO TER UM ESTILO DE VIDA DIFERENCIADO APÓS OS 70 ANOS

Pessoas acima de 60 anos que praticam atividades físicas regulares têm menor propensão a desenvolver doenças.

Fonte: Portal do envelhecimento – 13/06/2013



De segunda a sexta-feira, das 6h45 às 9h, a carioca Heloiza Loyola, 73, aposentada, frequenta a academia para praticar hidroginástica, musculação e pilates. Aos sábados, faz caminhadas de uma hora pela praia. Heloiza Loyola representa os brasileiros que, na terceira idade, optaram pelo exercício ao invés do sedentarismo.

A prática de atividades físicas está atrelada a diversos benefícios para a saúde. De acordo com Mariana Asmar Alencar, fisioterapeuta e presidente do Departamento de Gerontologia da SBBG (Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia), na terceira idade existe uma tendência à perda fisiológica, que pode ser amenizada com a prática de exercícios. “A perda fisiológica, ou envelhecimento do corpo, geralmente começa em torno dos 25 anos. Se a pessoa se mantém ativa desde cedo, não sofrerá grandes impactos na terceira idade”, explica. Entre os principais benefícios de se exercitar, Mariana destaca a melhora do sistema cardiovascular e imunológico, maior disposição e qualidade de vida, e manutenção da musculatura.

Para a psicóloga consultora da Netfarma, Marina Vasconcellos, os benefícios das atividades físicas para pessoas acima de 60 anos vão além do físico. Segundo a especialista, é natural que com o envelhecimento, a pessoa precise cada vez mais de ajuda para realizar atividades que antes fazia sozinha. A partir do momento que o idoso perde independência em algum grau e começa a sofrer com limitações físicas, passa a sentir-se à margem da sociedade. “A atividade física traz a sensação de inclusão e combate tais limitações. Ainda que a pessoa se exercite sozinha, está fazendo parte de algo”, afirma a psicóloga. A ciência já comprovou que praticar atividades físicas, em junção a bons hábitos alimentares, implica em longevidade e qualidade de vida. Dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) indicam que, nos últimos 10 anos, a expectativa de vida média do brasileiro aumentou para 74 anos.

Heloiza Loyola se mantém ativa desde a infância, mas foi a recomendação médica que a fez incluir a caminhada em sua rotina. “O médico disse que a caminhada ajudaria a controlar a pressão arterial”, ela diz. Para os que não tiveram o hábito de se exercitar na juventude, como Heloiza, a fisioterapeuta Mariana Asmar Alencar afirma que sempre é tempo. “Os iniciantes devem passar por uma avaliação médica, com exames que indiquem possíveis limitações cardiovasculares e cardiorrespiratórias, e procurar um educador físico para elaborar um plano de treino personalizado. Também é recomendado que evitem as atividades de alto impacto nas articulações”, diz.

E como escolher em meio a tantas atividades? Danças, atividades em grupo, individuais e tantas outras! Para acertar na escolha e dar continuidade ao plano de treinos, é preciso se atentar ao objetivo (“Preciso controlar a pressão arterial?”, “Emagrecer?”) e escolher a atividade que mais proporcione prazer, se encaixe facilmente na rotina e respeite as limitações físicas. “Uma vez que falamos de pessoas diferentes, com níveis de saúde e rotinas diversificadas, não existe apenas uma atividade ideal para esta ou aquela idade. Por isso é importante personalizar o treino”, destaca Mariana.

Para aqueles que não possuem condições financeiras de frequentar academias particulares ou pagar um educador físico, vale procurar iniciativas gratuitas oferecidas pelos Governos estaduais, por exemplo.

Além de personalizar o treino, é importante se atentar ao traje - o calçado adequado pode evitar quedas e lesões articulares - e à hidratação do corpo. O idoso tem, em média, apenas 50% de água no corpo, enquanto uma pessoa jovem tem em média 70%. É recomendado ter à mão uma garrafa de água de um litro, e beber nos intervalos do treino.

PESQUISA PROPÕE RECURSOS PARA AJUDAR ADULTOS E IDOSOS A USAREM A INTERNET

Os mais velhos frequentemente precisam de ajuda quando acessam a *internet*. Por isso, a pesquisadora propôs recursos que possam fazer o papel do apoio presencial a estas pessoas, visando “preservar sua autonomia e independência funcional na realização das suas tarefas diárias”.

Fonte: Portal do envelhecimento – Lara Deus – 13/06/2013

A dificuldade para usar a internet atinge tanto idosos (acima de 60 anos) quanto adultos de meia-idade (de 40 a 59 anos) em diferentes graus e aspectos, já que a *Web* não foi parte de seu processo de amadurecimento. Além disso, “muitas pessoas, com o passar dos anos, começam a sofrer de dificuldades sensoriais, motoras e principalmente com declínios da capacidade cognitiva, que podem comprometer o seu acesso à *Web*”, segundo a cientista da computação Silvana Maria Affonso de Lara. Ela é autora de uma tese de doutorado do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação (ICMC) da USP, em São Carlos, que identificou os entraves que essas pessoas vivenciam ao acessar a *internet* e propôs modos de amenizá-los.

Com o intuito de facilitar que os adultos mais velhos usufruam dos serviços que a *internet* oferece, Silvana acompanhou esses usuários em aulas de in-

formática para compreender as barreiras existentes na interação com a rede mundial de computadores. Além disso, questionários foram aplicados a usuários com visão comprometida e pessoas de meia-idade com mais experiência na *Web*.

A cientista da computação comprovou, durante a pesquisa, que os mais velhos frequentemente precisam de ajuda quando acessam a *internet*. Por isso, percebeu e propôs recursos que possam fazer o papel do apoio presencial a estas pessoas, visando “preservar sua autonomia e independência funcional na realização das suas tarefas diárias”. Nesta etapa, os protótipos de *sites* com novos elementos foram apresentados em questionários *on-line* divulgados via *e-mail* ao público-alvo como uma forma de teste.

As conclusões da pesquisa apontam necessidades diferentes entre o grupo de adultos de meia-idade e o de idosos. Alguns mecanismos, porém, foram prioridade para os pesquisados em geral, como a eliminação dos *banners* de propaganda das páginas. Os idosos, por comumente apresentarem problemas na visão, registraram o interesse por um recurso que disponibiliza áudios que expliquem as figuras da página, estando em quarto lugar entre os doze mais bem avaliados. Os formulários, usados principalmente para cadastro nos serviços oferecidos na *internet*, deveriam ser divididos em partes menores, segundo os idosos, para evitar a rolagem excessiva das páginas. Outra prioridade, para eles, era um apoio que esclarecesse as etapas de um procedimento *on-line*, como uma compra, por exemplo, por meio de balões explicativos.

Informações sobre a segurança dos *links*, bem como o endereço para o qual ele redirecionará deve aparecer de uma forma mais clara, segundo os usuários de meia-idade consultados na pesquisa. Este é o segundo recurso mais bem avaliado por eles, perdendo apenas para a omissão dos *banners*. Os formulários têm outra mudança como prioridade. Para os adultos de meia-idade, seria importante que houvesse, no início de uma página de cadastro, uma relação de documentos necessários para se ter em mãos ao preencher. Outra mudança proposta é que as cores dos *links* já visitados pelos internautas, atualmente no padrão roxo, sejam escolhidas pelos próprios usuários.

Acessibilidade – A tese de doutorado “Mecanismos de apoio para usabilidade e acessibilidade na interação de adultos mais velhos na *Web*”, defendida em 2012, não só atenta os desenvolvedores de *sites* para as maiores necessidades da população mais velha, bem como dá parâmetros para que as diretrizes de acessibilidade de conteúdo na *internet*, a WCAG 2.0, atenda melhor estas pessoas.

Silvana também percebeu que já havia muitos trabalhos abordando o contato dos idosos com a rede mundial de computadores, mas muito poucos relativos aos adultos acima de 40 anos, que também não tiveram a *internet* presente durante seu amadurecimento mas, em geral, ainda estão atuando profissionalmente. Para ela, “os adultos de meia-idade sofrem atualmente as pressões sociais e do mercado de trabalho, tendo muitas vezes que realizar operações que envolvem valores, como compras e transações bancárias, se comunicar por meio de ferramentas de *e-mail*, participar de redes sociais, entre outras”, e também necessitam de apoios para se sentirem seguros e capazes de compreender tamanha quantidade de informações.

PERDA DE AUDIÇÃO PODE ESTAR ASSOCIADA A PROBLEMAS COGNITIVOS NA TERCEIRA IDADE

Quase dois terços dos adultos com 70 anos ou mais têm problemas de audição

Fonte: Zero Hora – bem-estar – 14/06/2013

Há uma razão a mais para nos preocuparmos com a perda de audição, uma das condições de saúde mais comuns em idosos e uma das mais amplamente tratadas. Um novo estudo realizado por pesquisadores da *Johns Hopkins Medicine* sugere que idosos com audição comprometida estão em risco de desenvolver déficits cognitivos — problemas de memória e pensamento — mais cedo do que aqueles cuja audição está intacta.

O estudo, publicado no *JAMA Internal Medicine*, foi liderado por Frank Lin, especialista em audição e epidemiologista, que, ao longo dos últimos anos, tem documentado a extensão dos problemas de audição em idosos e sua associação com quedas e o aparecimento de demência.

Em sua nova pesquisa, Lin analisou dados de 1.984 idosos que participaram, durante muitos anos, do *Health ABC Study*, um estudo de longo prazo sobre idosos, realizado em *Pittsburgh* e *Memphis*. A idade média dos participantes era de 77 anos, nenhum tinha evidência de comprometimento cognitivo no período abrangido pela pesquisa. Em 2001 e 2002, os idosos passaram por testes de audição e por testes cognitivos. Os testes cognitivos foram repetidos três, cinco e seis anos mais tarde.

Os testes cognitivos incluíram o Mini Exame do Estado Mental, que é feito por meio de uma entrevista e produz uma imagem geral de estado cognitivo, e o Teste de Substituição de Dígitos por Símbolos, um exercício escrito, onde se solicita aos participantes que combinem símbolos e números, o que pode revelar déficits no funcionamento da memória.

Ao analisar os dados dos testes de Mini Exame do Estado Mental, Lin descobriu que as taxas anuais de declínio cognitivo foram 41% maiores em idosos com problemas de audição do que naqueles sem problemas de audição. Usando essa informação, descobriu que as pessoas idosas com problemas de audição experimentaram um declínio de cinco pontos no exame em 7,7 anos, em comparação com 10,9 anos para aqueles com audição normal.

A análise dos resultados dos Testes de Substituição de Dígitos por Símbolos revelou a mesma tendência de queda, embora não tão acentuada: idosos com perda auditiva registraram uma taxa anual de declínio cognitivo 32% maior do que aqueles com audição intacta.

— Para os cuidadores, familiares e idosos, a mensagem central do estudo é clara: devemos prestar atenção à perda de audição, uma vez que a maioria das pessoas que procura atendimento médico devido a problemas auditivos faz isto 10-20 anos depois do primeiro aviso de um problema — explica a geriatra Vanessa Morais.

A atenção dos familiares e cuidadores em relação à audição do idoso é fundamental, pois há um estigma muito grande em relação à perda auditiva, e os idosos não querem usar o aparelho auditivo.

— Isso significa que anos se passam e as consequências da deficiência auditiva se agravam, sem intervenções que podem fazer a diferença, inclusive, no âmbito cognitivo do idoso — diz a médica.

Vanessa Morais destaca que um indício forte de que o idoso possa estar com problemas de audição é o isolamento social.

— Quando as pessoas têm dificuldade em compreender o que alguém está dizendo, como é comum numa idade mais avançada, muitas vezes, elas deixam de aceitar convites para jantares ou festas, deixam de assistir a concertos ou aulas, não comparecem mais aos eventos familiares. Com o tempo, esse retraimento social pode levar à perda de relacionamentos significativos e de atividades que são fundamentais para que os idosos se sintam importantes socialmente — explica a geriatra.

Diversas pesquisas estabelecem que a saúde cognitiva do idoso depende do exercício, tanto do corpo, quanto do cérebro, para que estes indivíduos permaneçam socialmente engajados.

— Agora, esta nova pesquisa nos revela claramente que a saúde auditiva é parte da saúde cognitiva — explica a geriatra Renata Diniz.

—Este estudo é um sinal de alerta de que os testes auditivos precisam fazer parte da bateria de exames anuais do idoso. Mesmo os idosos que ouvem sons relativamente bem, frequentemente relatam que palavras soam distorcidas ou murmuradas, indicando uma deterioração nos mecanismos auditivos

que processam a fala. A perda de audição pode exacerbar a fragilidade do idoso e outras condições médicas.

Frank Lin pretende ampliar o seu objeto de estudo numa próxima pesquisa, onde verificará se os idosos com problemas auditivos que começam a usar aparelhos auditivos podem prevenir ou retardar a progressão do declínio cognitivo.

— Enquanto isso, cuidadores, familiares e idosos devem, preventivamente, fazer testes auditivos periódicos. E se algum problema for detectado, a obtenção de um aparelho auditivo é uma medida muito acertada, visando preservar o bom funcionamento da mente. Não privar o cérebro da capacidade de ouvir é o primeiro passo e o mais importante na prevenção de privação sensorial que pode contribuir para disfunção cognitiva — defende a especialista.

SECRETÁRIO-GERAL DA ONU PEDE PROTEÇÃO FÍSICA E PSICOLÓGICA DOS IDOSOS

Fonte: Inclusive – inclusão e cidadania – 20/06/2013



Governos, sociedade civil e diversas comunidades no mundo inteiro devem reexaminar suas atitudes para com os mais velhos e garantir que os idosos sejam protegidos de todas as formas de abuso, ressaltou o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, no sábado (15).

“Em todo o mundo, idosos são tragicamente sujeitos a abuso psicológico, financeiro ou físico”, disse Ban em mensagem que marca o Dia Mundial da Conscientização contra o Abuso de Idosos.

“Infelizmente, muitos idosos podem estar em risco”, afirmou Ban. “Atitudes preconceituosas contribuem para o problema.”

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que entre 4% e 6% dos idosos em todo o mundo sofrem maus-tratos. A pesquisa também sugere que o abuso, negligência e violência contra os mais velhos, tanto em casa como em instituições, ocorrem com muito mais frequência do que se imagina.

Ban enfatizou que os governos, em particular, podem ajudar a aprovar uma legislação que proteja as vítimas e processe os agressores.

“Devemos isso aos idosos e às sociedades em geral para combater a discriminação etária em todas as suas formas e aumentar a dignidade e os direitos humanos das pessoas mais velhas em todos os lugares”, acrescentou.

IDOSOS COM MAIS DE 60 ANOS PODERÃO RECEBER BENEFÍCIO DA PRESTAÇÃO CONTINUADA

Fonte: O Globo – Economia – 20/06/2013

Os idosos que dependem do Benefício de Prestação Continuada do INSS (Loas) estão perto de conseguir antecipar a idade mínima que dá direito ao auxílio. A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado aprovou, nesta quarta-feira, o projeto de lei do senador Cyro Miranda (PSDB-GO), em caráter terminativo (sem a necessidade de o assunto ir para o plenário da Casa), garantindo o auxílio àqueles que tenham a partir de 60 anos. Segundo o Estatuto do Idoso, hoje o valor é pago a quem tem 65 anos ou mais.

De acordo com o senador, a ideia é apenas ajustar uma regra do próprio estatuto:

— É considerada idosa a pessoa com mais de 60 anos. Mas, para ter direito ao benefício, só a partir dos 65 anos. Ou mudam o código ou mudam essa regra — disse.

Para Cyro, o impacto que a mudança vai gerar é “menor do que foi gasto na construção e na reforma de estádios no país”. O Loas prevê o pagamento de um salário mínimo mensal (R\$ 678) a idosos acima de 65 anos e a pessoas com deficiência sem meios de viver, e cuja renda não ultrapasse 25% do piso nacional para cada membro da família.

O projeto vai para a Câmara dos Deputados e, de lá, seguirá para a sanção presidencial, caso não haja recurso. Mas, se o governo alegar que a aprovação terá impacto nas contas da Previdência Social, qualquer senador da base aliada poderá pedir que a proposta passe pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, antes de ir para a Câmara. O prazo para esse recurso é de cinco dias. Neste caso, o plenário julga se a matéria vai ou não para a comissão.

Saiba como pedir

Renda familiar

Para pedir o benefício numa agência do INSS, é preciso comprovar que tem renda de, no máximo, 1/4 do salário mínimo (R\$ 169,50) por pessoa da família.

Documentos

É preciso apresentar Número de Identificação do Trabalhador (NIT ou PIS); carteira de identidade e/ou de trabalho; CPF; certidão de nascimento ou casamento; certidão de óbito do cônjuge falecido, se o beneficiário for viúvo(a); comprovante de rendimentos dos membros do grupo familiar; e tutela, no caso de menores de 18 anos filhos de pais falecidos ou desaparecidos.

CASAS PARA IDOSOS: CONTRATAÇÃO É UM DESAFIO PARA FAMÍLIAS

Falta de informação, preços altos e cláusulas abusivas são principais problemas, diz Proteste.

Fonte: O Globo – Economia – Defesa do Consumidor – Luiza Xavier – 22/06/2013

RIO — A mudança na legislação para contratar empregados domésticos está levando algumas famílias com idosos a trocarem os cuidadores por casas de repouso. No entanto, encontrar estabelecimentos com boa infraestrutura a preços acessíveis é tarefa árdua, conforme revela pesquisa da Proteste — Associação de Consumidores realizada com seus associados em todo o país.

A dificuldade já começa na busca de informações. A maioria dos entrevistados (70%) relatou a falta de sites atualizados e de um local que reúna os dados

dos lares para idosos disponíveis em uma região. E quase a mesma parcela (69%) disse ter obtido referências recorrendo a amigos e parentes. Foi o que fez a aposentada Vera Lima, quando precisou de um lugar no Butantã, em São Paulo, para a mãe:

— Tive boas referências de um lugar perto de casa, com apenas 16 senhoras. Há médico, enfermeiros e diversas atividades, como musicoterapia. Buscar referências nesses casos é muito importante — conta.

Mensalidade custa caro

Para garantir o bem-estar da mãe, de 90 anos, Vera Lima paga mensalidade de R\$ 3.500, mais de cinco salários mínimos (R\$ 678), referência para muitos aposentados. No caso dela, a maior parte do valor vem da pensão deixada pelo pai para a mãe.

De acordo com a Proteste, 53% dos que participaram da pesquisa informaram que parte das mensalidades é paga com as economias do próprio idoso. Já 33% dos entrevistados contaram que a família arca com o pagamento, total ou parcial. A associação diz que o valor médio dos lares para idosos é de R\$ 894. Mas a variação é grande: é possível encontrar mensalidades de até R\$ 10 mil, o que pode ser explicado pelo reduzido número de locais.

— Em todo o estado de São Paulo, existem aproximadamente 1,2 mil casas, sendo apenas 300 regularizadas. É um número muito pequeno se pensarmos que só na capital há 2 milhões de pessoas com mais de 65 anos. O brasileiro envelheceu e não foram feitas políticas públicas para tratar do tema com profundidade. Se o Estatuto do Idoso fosse cumprido em sua totalidade, já seria uma grande ajuda — diz Valdemir Lopes, diretor executivo da Associação Brasileira de Casas de Repouso (Abracare), fundada em 2011, e que iniciou este ano um levantamento sobre a quantidade e o perfil dos lares para idosos no país.

Normas muito rigorosas

Até o momento, de acordo com a Abracare, existem apenas entre 5 mil e 6 mil locais públicos e privados para idosos no país. Segundo Lopes, a abertura de novos lares é prejudicada pelo “rigor das normas” da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Para ele, as exigências são necessárias. No entanto, há algumas normas burocráticas, que acabam dificultando a regularização e incentivando a abertura de locais clandestinos.

Esse cenário produz uma inusitada fila de espera. Cerca de 15% dos que responderam à pesquisa da Proteste disseram ter passado por essa situação. E conseguir uma vaga nem sempre significa o fim da questão. Mais da metade dos pesquisados (57%) contou ter transferido o idoso para outra casa devido a problemas de infraestrutura.

— Uma casa cobrava R\$ 700 e usava lençóis velhos como fraldas. Em outra, a geladeira era escorada com tijolos, de tão antiga. É uma situação muito difícil. Estamos vivendo mais. Dizem que precisamos ter qualidade de vida, mas nem o jovem consegue isso hoje em dia — desabafa a costureira aposentada Elza Kappaun, de 62 anos. Ela ajuda a mãe, de 93, deficiente visual, a pagar os R\$ 1.800 mensais de uma casa de repouso em Petrópolis, na Região Serrana do Rio.

Apesar de sentir que a mãe está segura no lugar, Elza estranhou ler no contrato que assinou mais deveres do que direitos. Uma das cláusulas consideradas “estranhas” é a que diz ser obrigatória a reposição de roupa de cama e banho pelo contratante.

— São muitas as cláusulas abusivas. Há locais que não devolvem o dinheiro pago em casos de rescisão, nem quando há o falecimento do idoso. É muito importante as famílias estarem atentas, visitarem os locais, pedirem o máximo de informações antes de assinar qualquer contrato — diz Maria Inês Dolci, coordenadora institucional da Proteste. O resultado da pesquisa foi encaminhado pela entidade à Anvisa.

QUAL DEVE SER O PAPEL DA FAMÍLIA EM CASOS DE DEPRESSÃO DE IDOSOS?

Entrevista com Raquel Maracaípe de Carvalho, Psicóloga – postada no *site Terra* – 23/04/2013

Falar de depressão nos dias atuais é algo cada vez mais natural. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), há uma previsão de que, até 2030, esse será o mal mais prevalente em todo o mundo, à frente de outras doenças, como o câncer. Atualmente, a população atingida pelo problema bate os 120 milhões, sendo que o Brasil é líder no *ranking* de prevalência dos países em desenvolvimento.

Se por um lado a depressão é um mal cada vez mais recorrente em diferentes faixas etárias, na terceira idade não é diferente. Muito pelo contrário: ela é muito comum e frequente. Saiba mais sobre como a doença afeta os idosos e qual é o papel da família no enfrentamento do problema na entrevista com a psicóloga Raquel Maracaípe de Carvalho.

A DEPRESSÃO NA TERCEIRA IDADE É COMUM OU ELA É TÃO FREQUENTE QUANTO EM OUTRAS FAIXAS ETÁRIAS?

A depressão na terceira idade é muito comum e frequente se compararmos às outras faixas etárias. Diferentemente do que a maioria pensa, o idoso pode, sim, se sentir deprimido, ansioso e angustiado. A depressão na terceira idade surge, principalmente, em decorrência do isolamento social, afetivo e familiar ao qual esse idoso é submetido. Por isso, é importante inserir a pessoa nos círculos familiares e sociais dos quais ela fez – e ainda faz – parte durante toda a vida. É importante para o idoso se sentir útil, pois, caso contrário, ele irá perder o ânimo da vida, se sentir desprezado e, assim, acaba acometido pela depressão.

QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS SINTOMAS DE QUE O IDOSO PODE ESTAR SOFRENDO COM A DEPRESSÃO?

Em geral, os sintomas apresentados pelo idoso com depressão são: apatia geral pela vida, falta de interesse em sair, participar de encontros e festas da família e de amigos, não ter vontade de se arrumar ou tomar banho, apresentar falta de apetite, insônia ou dormir em excesso. Tudo isso acompanhado de um sentimento de menos valia, como, por exemplo, falando que a vida já perdeu o sentido, que ele já poderia ter morrido há muito tempo, que ele não tem mais nada a fazer nesta vida, etc., além de desânimo e cansaço.

EM QUADROS DE DEPRESSÃO, É NORMAL QUE O IDOSO SE SINTA “INÚTIL” E ATÉ INCOMODADO PELO FATO DE ESTAR ATRAPALHANDO OS SEUS OUTROS FAMILIARES?

Sim. Como já foi dito anteriormente, os idosos com depressão, muitas vezes, têm o sentimento de que são inúteis, de que não “servem” mais para nada, que sua vida é um fardo ou peso para a família. Por isso é comum o sentimento de estar “atrapalhando” a vida dos outros, principalmente dos familiares.

ALÉM DESSES SENTIMENTOS, QUAIS OUTROS O IDOSO PODE MANIFESTAR?

Ele pode manifestar raiva, que pode ser expressa na forma de manifestações ou agressões físicas ou verbais. O idoso pode também, nesses casos, ter atitudes de reclamar de tudo, de não se conformar com a vida que tem (em todos os aspectos: econômico, financeiro, social, familiar, sentimental, etc.).

O SUICÍDIO É COMUM NESSE CONTEXTO?

Sim. Muitas vezes pensamos que, pelo fato do idoso já estar mais velho ou no “final da vida”, ele seria incapaz de cometer suicídio. Infelizmente há vários casos, o que denota uma situação extrema da depressão, pois o suicídio foi

visto como a única forma ou maneira de sair daquela situação que lhe trazia desespero, angústia e tristeza profunda.

QUAL DEVE SER O PAPEL DOS FAMILIARES ASSIM QUE O PROBLEMA É DIAGNOSTICADO?

É muito importante a família dar todo o apoio à pessoa idosa e, principalmente, àquela diagnosticada com depressão. É a família que irá constituir a base para esse idoso, o resgate do sentido de viver e continuar vivo. Junto a qualquer tratamento, a família é coadjuvante nesse processo. Cabe à família inserir novamente esse idoso nas relações sociais e familiares.

COMO É FEITO O TRATAMENTO NA DEPRESSÃO DOS IDOSOS EM GERAL?

Como dito anteriormente, a família deve estar alinhada e integrada ao tratamento da depressão na pessoa idosa. O tratamento consiste na ajuda médica (psiquiátrica, com o uso de medicamentos antidepressivos) e na ajuda psicológica (com a psicoterapia, no sentido de buscar, na vida desse idoso, o valor das coisas, o sentido da vida, a alegria de continuar vivo). Então, associamos o tratamento médico, psicológico, juntamente com o apoio fundamental da família.

ESTATUTO DO IDOSO: AVANÇOS COM CONTRADIÇÕES

Artigo de Ana Amélia Camarano, Técnica de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea

SINOPSE

O artigo discute avanços e contradições de algumas ações propostas pelo Estatuto do Idoso, considerando que, em 2013, este completará dez anos. Tem como objetivo principal regular os direitos das pessoas idosas em múltiplas esferas e dimensões. Apresenta em uma única e ampla peça legal muitas das leis e políticas previamente aprovadas. Incorpora novos elementos e enfoques, dando um tratamento integral ao estabelecimento de medidas que visam proporcionar o bem-estar dos idosos, com uma visão de longo prazo.

A essência do Estatuto está nas normas gerais que dispõem sobre a “proteção integral” aos idosos. Afirma que estes gozam de todos os direitos inerentes à pessoa humana e que o envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção, um direito social. Os principais direitos estabelecidos são: direito à vida, à proteção, à saúde, ao trabalho, à previdência social, à educação, à cultura, ao lazer, à moradia e ao voto.

Muito embora as leis aprovadas no estatuto signifiquem grandes avanços no sentido de políticas sociais de inclusão dos idosos, não foram estabelecidas prioridades para a sua implementação nem fontes para o seu financiamento. Por isso, os custos de algumas das medidas propostas estão sendo divididos com a sociedade, o que pode ameaçar a solidariedade intergeracional.

Sugerem-se algumas mudanças no Estatuto do Idoso visando adequá-lo à nova realidade demográfica e social, tendo como parâmetro o princípio básico do Plano de Madri. Dentre elas, citam-se: a mudança no limite inferior da idade que define a população idosa de 60 para 65 anos; o estabelecimento de fontes de financiamento para cada medida proposta; medidas que ajudem a família a cuidar do idoso dependente, tanto no domicílio quanto no hospital; e a inclusão nos serviços de saúde de ações que possam promover uma morte digna para aqueles que se encontram acometidos por uma doença terminal.

Palavras-chave: envelhecimento populacional; políticas para idosos; direitos dos idosos.

Clique no *link* abaixo para ter acesso à versão integral do referido artigo.
http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1840.pdf

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

26/06/2013

ESTADO TERÁ QUE CUSTEAR MEDICAMENTOS E EXAME

Secretaria de Saúde terá cinco dias para cumprir as decisões sob pena de pagamento de multa diária de R\$ 1mil para cada procedimento não realizado e de abertura de procedimento penal.

A Secretaria de Estado de Saúde terá que fornecer medicamentos para um portador de retinopatia diabética e o outro de artrite reumatóide e a realizar exame a um portador de neoplasia maligna. A determinação consta de três liminares concedidas nesta quarta-feira (26 de junho) pelo juiz da Primeira Vara de Campo Verde, Almir Barbosa Santos.

Após a ciência da decisão, a Secretaria de Saúde terá cinco dias para cumprir as decisões sob pena de pagamento de multa diária de R\$ 1mil para cada procedimento não realizado e de abertura de procedimento penal.

Em uma das ações o requerente é um idoso portador de neoplasia maligna do triângulo da bexiga. Ele precisa ser submetido constantemente a quimioterapias e precisa realizar com frequência exame de cistoscopia para avaliar o estágio da doença.

Em outra decisão, a Secretaria terá que fornecer a um idoso portador de retinopatia diabética o medicamento ranibizumabe 10 mg (lucentir) por um período mínimo de três meses, sendo dois frascos por mês.

Na terceira decisão o portador de artrite reumatóide precisa fazer uso de humira 40 mg e de tratamento específico.

“Por arremate, sabido é que, o direito à saúde é um direito fundamental, sendo dever do Estado garantir sua efetividade, buscando melhorar as condições de vida do cidadão e da população, sobretudo, garantindo à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde”, afirma o magistrado em um dos trechos das decisões.

// NOTÍCIA DO LEGISLATIVO

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS APROVA PROJETO DE LEI QUE PERMITE A DEDUÇÃO NO IMPOSTO DE RENDA DOS GASTOS COM MEDICAMENTOS DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS PARA USO PRÓPRIO OU DE DEPENDENTES

Fonte: Portal do envelhecimento – Iara Guimarães Altafin e Djalba Lima – 07/06/2013

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou no dia 4 de junho de 2013 um projeto de lei (PLS nº 375/2008) que permite a dedução no Imposto de Renda (IR) dos gastos com medicamentos de aposentados e pensionistas, para uso próprio ou de dependentes. Para ser beneficiado, o aposentado ou pensionista deve ter renda mensal inferior a seis salários mínimos e apresentar receita médica e nota fiscal. Como foi aprovado em decisão terminativa, o projeto poderá ser enviado diretamente à Câmara dos Deputados.

O autor do projeto, senador Paulo Paim (PT-RS), lembra que, hoje, o abatimento desse tipo de despesa só é permitido quando o medicamento é utilizado em ambiente hospitalar, e não quando o uso ocorre antes ou depois da internação. Paim argumenta que isso é uma incoerência da legislação tributária, face à tendência de privilegiar os tratamentos domiciliares e deixar a internação hospitalar para os casos mais graves.

A proposta contou com pareceres favoráveis nas duas comissões do Senado em que tramitou: na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), onde a relatora foi a senadora Lídice da Mata (PSB-BA), e na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde o relator foi o senador Vital do Rêgo (PMDB-PB).

Tanto Lídice da Mata quanto Vital do Rêgo recomendaram a rejeição de outros dois projetos que tramitam em conjunto com o de Paim: o PLS nº 304/2007, que permite a dedução do IR para gastos com atividades físicas (incluindo dança, capoeira, ioga e artes marciais), e o PLS nº 92/2010, que permite a dedução do IR com os juros de crédito imobiliário.

// LEGISLAÇÃO

LEI Nº 6.463, DE 05 DE JUNHO DE 2013.

(Publicada no D.O.E.R.J. de 06/06/2013 – página 2)

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA “HOSPITAL PARA IDOSOS NA ZONA OESTE DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO” NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado no âmbito do Estado do Rio de Janeiro o Programa “Hospital para idosos na Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro”.

Art. 2º - Considera-se idosos, para o disposto no caput do art. 1º, pessoas de ambos os sexos com idade igual ou superior a 60 (sessenta anos).

Art. 3º - São objetivos deste Programa:

I – assegurar a atenção integral à saúde do idoso, garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços.

II – garantir a prevenção, promoção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos.

III – contribuir para superar a carência no tratamento dos idosos, na Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro.

IV – disseminar informações qualificadas relativas ao tratamento dos idosos, na Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro.

Art. 4º - Caberá ao governo do Estado do Rio de Janeiro, a implantação deste Programa.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 05 de junho de 2013.

SÉRGIO CABRAL
Governador

Acesso à Lei Estadual nº 6.463/13 - <http://www.alerj.rj.gov.br/processo2.htm>

// INSTITUCIONAL

O Coordenador e o Subcoordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção ao Idoso e à Pessoa com Deficiência, Luiz Cláudio Carvalho de Almeida e Rafael Luiz Lemos de Sousa, respectivamente, se reuniram, no último dia 13 de junho, com servidores da Ouvidoria-Geral do Ministério Público, para esclarecer a atuação das Promotorias de Justiça de Proteção ao Idoso e à Pessoa com Deficiência da Capital e do Interior.

PESSOA COM DEFICIÊNCIA

“Somos cidadãos de direitos e deveres e exigimos tratamento digno, equivalente ao dispensado aos demais cidadãos sem deficiência. Nada que fuja nossa capacidade de reivindicar e que não esteja respaldado pela legislação vigente no Brasil. Acessibilidade é sinônimo de vida com dignidade.”

Wiliam Machado, Secretário do Idoso e da Pessoa com Deficiência de Três Rios

// NOTÍCIAS DA IMPRENSA

MENINO AUTISTA GÊNIO DA FÍSICA É COTADO PARA UM DIA LEVAR NOBEL

Jacob Barnett foi diagnosticado com autismo aos dois anos de idade, com prognóstico ruim. Aos 14 anos, o adolescente estuda para obter seu mestrado em física quântica.

Fonte: Terra – Ciência – 13/05/2013



Foto: BBC

Aos dois anos de idade, o jovem americano Jacob Barnett foi diagnosticado com autismo, e o prognóstico era ruim: especialistas diziam a sua mãe que ele provavelmente não conseguiria aprender a ler ou sequer a amarrar seus sapatos. Mas Jacob acabou indo muito além. Aos 14 anos, o adolescente estuda para obter seu mestrado em física quântica, e seus trabalhos em astrofísica foram vistos por um acadêmico da Universidade de Princeton como potenciais ganhadores de futuros prêmios Nobel.

O caminho trilhado, no entanto, nem sempre foi fácil. Kristine Barnett, mãe de Jacob, diz à BBC que, quando criança, ele quase não falava e ela tinha muitas dúvidas sobre a melhor forma de educá-lo.

“Após ser diagnosticado, Jacob foi colocado em um programa especial de aprendizagem. Com quase 4 anos de idade, ele fazia horas de terapia para tentar desenvolver suas habilidades e voltar a falar”, relembra.

“Mas percebi que, fora da terapia, ele fazia coisas extraordinárias. Criava mapas no chão da sala, com cotonetes, de lugares em que havíamos estado. Recitava o alfabeto de trás para frente e falava quatro línguas.”

Jacob diz ter poucas memórias dessa época, mas acha que o que estava representando com tudo isso eram padrões matemáticos. “Para mim, eram pequenos padrões interessantes.”

ESTRELAS

Certa vez, Kristine levou Jacob para um passeio no campo, e os dois deitaram no capô do carro para observar as estrelas. Foi um momento impactante para ele. Meses depois, em uma visita a um planetário local, um professor perguntou à plateia coisas relacionadas a tamanhos de planetas e às luas que gravitavam ao redor. Para a surpresa de Kristine, o pequeno Jacob, com 4 anos incompletos, levantou a mão para responder. Foi quando teve certeza de que seu filho tinha uma inteligência fora do comum.

Alguns especialistas dizem, hoje, que o QI do jovem é superior ao de Albert Einstein.

Jacob começou a desenvolver teorias sobre astrofísica aos 9 anos. No livro *The Spark* (A Faísca, em tradução livre), que narra a história de Jacob, ela conta que buscou aconselhamento de um famoso astrofísico do Instituto de Estudos Avançados de Princeton, que disse a ela que as teorias do filho eram não apenas originais como também poderiam colocá-lo na fila por um prêmio Nobel.

Dois anos depois, quando Jacob estava com 11 anos, ele entrou na universidade, onde faz pesquisas avançadas em física quântica.

Questionada pela BBC que conselhos daria a pais de crianças autistas - considerando que nem todas serão especialistas em física quântica -, Kristine diz acreditar que “toda criança tem algum dom especial, a despeito de suas diferenças”.

“No caso de Jacob, precisamos encontrar isso e nos sintonizar nisso. O que sugiro é cercar as crianças de coisas que elas gostem, seja isso artes ou música, por exemplo.”

CASA ACESSÍVEL É SEGURA PARA CRIANÇAS, IDOSOS E DEFICIENTES

A solução de um espaço acessível está no projeto que, ao ser idealizado por um arquiteto ou um designer de interiores, deve considerar as diversas etapas da vida de um ser humano e os variados tipos de usuários.

Fonte: UOL Mulher – casa e decoração – Silvana Maria Rosso – 13/05/2013

Como ter uma casa que acolha com segurança e acessibilidade tanto às crianças, aos idosos e aos deficientes? A solução de um espaço acessível está no projeto que, ao ser idealizado por um arquiteto ou um designer de interiores, deve considerar as diversas etapas da vida de um ser humano e os variados tipos de usuários, sejam eles moradores ou visitantes, seja um bebê ou um idoso, sejam portadores de deficiência, com mobilidade reduzida ou não.

Todos têm direito a espaços adaptados e seguros. Segundo define a norma técnica 9050, da ABNT, a acessibilidade é a possibilidade e a condição de alcance, percepção e entendimento para o uso com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos.

A NT 9050 se baseia nos conceitos do Desenho Universal, que estabelece parâmetros para o design e a arquitetura, de modo a garantir autonomia e segurança a mais pessoas.

Adotado inicialmente pelos EUA, nos anos 1980, o Desenho Universal surgiu para atender as necessidades não só de cadeirantes, mas de todos aqueles que apresentam necessidades especiais como os deficientes visuais e intelectuais, assim como os idosos e os que usam muletas ou andador.

O Desenho Universal, expressão usada pela primeira vez pelo arquiteto americano Ron Mace, também considera os usuários com deficiência temporária e a diversidade humana e suas características antropométricas e sensoriais.

“Quando se executa um projeto com base no Desenho Universal, levamos em conta que o ser humano evolui ao longo da vida e suas necessidades e características mudam conforme a faixa etária”, explica a arquiteta Daniela Vellozo.

ESPAÇOS DEMOCRÁTICOS

Para que o espaço seja acessível e de uso abrangente, seu dimensionamento deve estar correto. Veja algumas funções que o projeto de arquitetura deve cumprir, segundo os conceitos do Desenho Universal:

- Permitir o acesso e uso confortáveis para os usuários, sentados ou em pé;
- Possibilitar o alcance visual dos ambientes e produtos a todos os usuários, sentados ou em pé;
- Acomodar variações ergonômicas, oferecendo condições de manuseio e contato para usuários com as mais variadas dificuldades de manipulação, toque e pegada;
- Permitir a utilização dos espaços por pessoas com órteses, como cadeira de rodas, muletas, entre outras, de acordo com suas necessidades para atividades cotidianas.

PROJETO ADEQUADO

No projeto de arquitetura, vários itens de acessibilidade podem ser contemplados. Confira abaixo dicas dos profissionais Daniela Vellozo, Robson Gonzales e da arquiteta do Instituto Brasil Acessível, Sandra Perito:

ARQUITETURA INCLUSIVA

- 0,90 m é a largura mínima de corredores e portas de passagem;
- 0,80 m é a largura mínima do vão de outras portas;
- 0,80 x 1,20 m é o maior módulo referência, pois comporta um cadeirante;
- 1,50 x 1,20 m é a área necessária para a rotação de 180 graus de uma cadeira de rodas;
- Entre 0,60 m e 1,00 m do piso é a altura média de interruptores e comandos;
- 0,50 cm é o desnível máximo permitido
- 0,60 m é a altura máxima para os peitoris de janelas.

DECORAÇÃO INCLUSIVA

- Prefira mesas em geral sem quinas retas e que não sejam de materiais cortantes, evitando acidentes;
- 0,73 m é a altura média de mesas de cozinha e/ou jantar;
- Escolha sempre estofados e colchões firmes que facilitam a pessoa a se levantar;
- 0,46 m é a altura média de camas e estofados;
- Evite armários altos;
- Use gabinetes com rodízio;
- O fogão tipo cooktop permite cozinhar sentado.

BANHEIRO PARA CADEIRANTES

- Para a instalação do vaso sanitário, consideram-se as áreas de transferência lateral, perpendicular e diagonal;
- Instale as barras de apoio na lateral e no fundo do vaso sanitário que devem ter no mínimo 0,80 m de comprimento mínimo e a 0,75 m do piso acabado;
- 1,5 cm é o desnível máximo permitido entre o piso do box e do restante do banheiro;
- Aplique piso antiderrapante em todo o banheiro;
- Os módulos com rodízios embaixo da pia em vez de marcenaria facilitam a retirada, aumentando a circulação de uma cadeira de rodas.

SEGURANÇA

A arquiteta do Instituto Brasil Acessível, Sandra Perito, elenca alguns dispositivos e soluções que evitam ou alertam para possíveis acidentes:

PARA CRIANÇAS

- Use grade/telas nas janelas;
- Instale corrimão com duas alturas para o alcance dos adultos e das crianças;
- Não coloque mobiliário perto de janelas para evitar o efeito "escadinha";

- Utilize tapa-tomadas como as cantoneiras plásticas para as quinas de móveis;
- Opte por corrediças com amortecedor para as gavetas;
- Os armários e gavetas que guardem medicamentos, materiais de limpeza e os talheres devem ser fechados à chave.

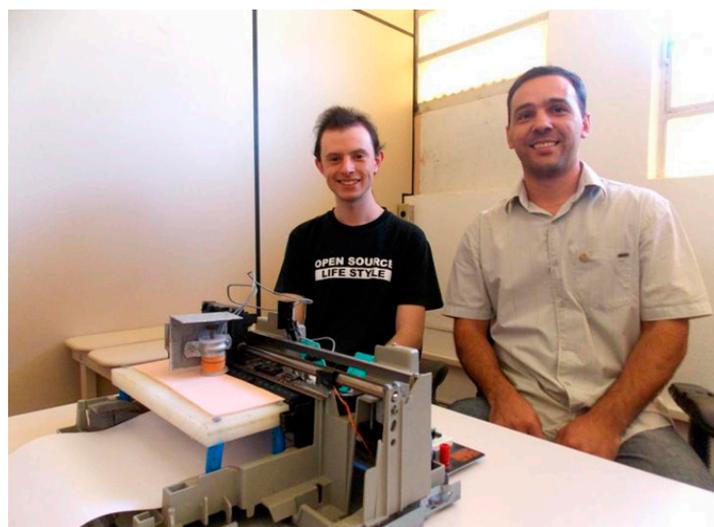
PARA IDOSOS

- Coloque luminária de emergência e luz de balizamento nas áreas de circulação;
- Instale sensor de presença nas luminárias em áreas de circulação noturna;
- Os abajures devem ser acionados por interruptor;
- Use os Interruptores com led;
- O topo de degraus ou desníveis deve ter cor contrastante com o piso;
- Coloque piso antiderrapante e eliminar o uso de tapetes;
- Prefira o mobiliário robusto, pesado e sem quinas retas.

ACADÊMICO DA URI SANTO ÂNGELO DESENVOLVE IMPRESSORA EM BRAILE

O projeto faz parte do trabalho de conclusão de curso em Ciência da Computação.

Fonte: Jornal das Missões – 28/05/2013



Egresso do curso, Giovanni Bresolin Zancon, e o professor Alexandre Roque, com a impressora. Fotos: Eloiza Cielo/Especial/JM

Criar um projeto de um sistema embarcado (SE) de baixo custo, que é capaz de transformar textos digitais em caracteres braille e fazer as respectivas marcações em papel, permitindo a disponibilização de informações em locais públicos para deficientes visuais. Este foi o objetivo do trabalho de conclusão de curso do egresso do curso de Ciência da Computação da URI – campus de Santo Ângelo, Giovanni Bresolin Zancon.

Giovani, que colou grau no ano passado, desenvolveu uma impressora em braille usando apenas lixo eletrônico. Segundo ele, a ideia agora é dar continuidade no projeto a fim de tornar algo mais acessível, pois equipamentos como este custam em média R\$ 6 mil. "Certamente este é apenas um projeto piloto que vai alavancar muitos outros. Queremos buscar recursos junto aos órgãos de fomento para financiar e aprimorar a pesquisa, pois já temos reconhecimento internacional. O próximo passo é continuar com pesquisas científicas para realizar trabalhos maiores, pois envolve programação eletrônica", explica.

O acadêmico participou também de um evento no México, onde conquistou uma publicação internacional. Além disso, Giovanni esteve em uma exposição durante o 1º SETI, realizado no início do mês na Universidade. "Fiquei muito feliz com a publicação, pois demonstra o reconhecimento e a importância do projeto", destaca.

Na aplicação desenvolvida, foi utilizada uma programação especial capaz de converter o texto para a linguagem em braile. O equipamento foi desenvolvido não apenas para imprimir textos, mas também figuras e objetos que as impressoras normais não permitem fazer.

De acordo com o orientador do projeto, professor Alexandre dos Santos Roque, “o sistema ainda não é acessível, e nós, enquanto Universidade, precisamos promover a acessibilidade e gerar produtos ao Centro de Tecnologias Assistivas (CTA), agregando projetos a essas áreas”, afirma. Segundo o professor, “o âmbito acadêmico é muito deficiente nesta área de acessibilidade, e esse projeto possibilita a impressão de textos com baixo custo, além da reutilização do lixo eletrônico”, explica o professor.

O custo da impressora foi de R\$ 300, e foi utilizada uma carcaça de impressora normal, motores e atuadores, sensores, placa, prototipagem rápida e a impressão com solenoide. O equipamento foi desenvolvido tendo em vista arquiteturas existentes, com a reutilização de lixo eletrônico para a montagem dos componentes de *hardware* e desenvolvimento de *software* para transcrever caracteres para a linguagem braile.

O professor acrescenta ainda que “na área da acessibilidade é notável que as tecnologias possam trazer grandes benefícios, como por exemplo, a acessibilidade voltada a deficientes visuais, e mais precisamente ferramentas de auxílio ao acesso às informações por tais deficientes”, finaliza.

VEJA A CRIANÇA, ANTES DA DEFICIÊNCIA, DIZ UNICEF

Fonte: Inclusive – inclusão e cidadania – 31/05/2013



Da Nang, Vietnã/Brasília, Brasil, 30 de maio de 2013 – Tanto as crianças com deficiência quanto suas comunidades se beneficiariam se a sociedade focasse no que as crianças podem alcançar, em vez de focar no que elas não podem fazer, segundo o relatório anual do UNICEF Situação Mundial da Infância.

Concentrar-se nas capacidades e potencialidades das crianças com deficiência criaria benefícios para a sociedade como um todo, diz o relatório divulgado hoje em todo o mundo.

“Quando se vê a deficiência antes de a criança, não é apenas errado para a criança, mas priva-se a sociedade de tudo o que criança tem para oferecer”, disse o diretor executivo do UNICEF, Anthony Lake. “Sua perda é a perda da sociedade, seu ganho é o ganho da sociedade.”

O relatório mostra como a sociedade pode incluir as crianças com deficiência, porque, quando elas desempenham um papel ativo na sociedade, todos se beneficiam. Por exemplo, a educação inclusiva amplia os horizontes de todas as crianças ao mesmo tempo em que apresenta oportunidades para que crianças com deficiência realizem suas ambições.

Mais esforços para apoiar a integração das crianças com deficiência ajudariam a combater a discriminação que as empurra mais para as margens da sociedade.

Para muitas crianças com deficiência, a exclusão começa nos primeiros dias de vida, com o não registro de seu nascimento. Na falta de reconhecimento oficial, elas são cortadas dos serviços sociais e das proteções legais que são cruciais para a sua sobrevivência e suas perspectivas. Sua marginalização só aumenta com a discriminação.

“Para que as crianças com deficiência sejam levadas em conta, elas devem ser contadas – ao nascer, na escola e na vida”, disse Lake.

O relatório Situação Mundial da Infância 2013: Crianças com Deficiência diz que as crianças com deficiência são as menos propensas a receber cuidados de saúde ou ir à escola. Elas estão entre as mais vulneráveis a violência, abusos, exploração e negligência, especialmente se estão escondidas ou em instituições – como muitas estão por causa do estigma social ou do custo econômico para criá-las.

O resultado combinado é que as crianças com deficiência estão entre as pessoas mais marginalizadas no mundo. Crianças que vivem na pobreza estão entre aquelas com menor probabilidade de usufruir, por exemplo, dos benefícios da educação e de cuidados de saúde, mas para crianças que vivem na pobreza e têm uma deficiência é ainda menor a probabilidade de frequentar a escola ou centros de saúde no local onde vivem.

Gênero é um fator-chave, uma vez que meninas com deficiência são menos propensas do que os meninos a receber alimentação e cuidados.

“A discriminação em razão da deficiência é uma forma de opressão”, diz o relatório, observando que múltiplas privações levam a uma maior exclusão para muitas crianças com deficiência.

Há poucos dados precisos sobre o número de crianças com deficiência; que deficiências essas crianças têm; e como a deficiência afeta sua vida. Como resultado, poucos governos têm um marco confiável para a alocação de recursos para apoiar e ajudar as crianças com deficiência e suas famílias.

Cerca de um terço dos países ainda não ratificaram a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. O relatório apela a todos os governos para que cumpram as suas promessas de garantir a igualdade de direitos para todos os cidadãos – incluindo suas crianças mais excluídas e vulneráveis.

Progressos vêm sendo feitos para a inclusão de crianças com deficiência, embora de forma desigual, e o relatório Situação Mundial da Infância 2013 estabelece uma agenda para ações futuras.

A publicação exorta os governos a que ratifiquem e implementem a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Convenção sobre os Direitos da Criança, e apoiem as famílias, para que elas possam arcar com os altos custos de cuidar de crianças com deficiência.

O relatório do UNICEF exige também medidas para combater a discriminação entre o público em geral, os tomadores de decisão e prestadores de serviços essenciais, tais como educação e saúde.

As agências internacionais devem certificar-se de que o aconselhamento e a assistência que prestam aos países estão de acordo com a Convenção sobre os Direitos da Criança e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Devem promover uma agenda de pesquisa global sobre deficiência para gerar dados e análises que vão orientar o planejamento e alocação de recursos, diz o relatório.

A publicação enfatiza a importância de envolver crianças e adolescentes com deficiência, consultando-os sobre a concepção e avaliação de programas e serviços direcionados a eles.

Todos se beneficiam quando abordagens inclusivas abrangem a acessibilidade e o desenho universal de ambientes que serão usados por todos, na medida do possível, sem a necessidade de adaptação.

Brasil – Segundo o IBGE, existem no País 24,6 milhões de pessoas com deficiência, deste total, 1,9 milhão são crianças e adolescentes. O relatório Situação Mundial da Infância 2013 cita o Brasil entre os países que vêm adotando iniciativas de proteção social que incluem transferência monetária diretamente para crianças com deficiência.

O programa Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) garante um salário mínimo mensal a idosos a partir de 65 anos e a pessoas com deficiência de qualquer idade com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo. E o BPC na Escola – uma ação que reúne os ministérios da Educação, da Saúde, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Secretaria de Direitos Humanos em parceria com municípios, Estados e o Distrito Federal – realiza o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência na escola das crianças e dos adolescentes com deficiência, na faixa etária até 18 anos que recebem o BPC. Em 2010, a pesquisa de pareamento de dados entre o Censo Escolar do MEC e o banco de dados do BPC na Escola mostrou que, entre os 409.202 beneficiários com deficiência do BPC que têm até 18 anos, 216.890 (53%) estão na escola. Um progresso significativo; em 2008, o percentual era de apenas 29%.

INICIATIVAS DO UNICEF NO BRASIL EM PROL DA INCLUSÃO

Incluir brincando – A Vila Sésamo e o UNICEF no Brasil, com o apoio da MetLife Foundation, anunciaram a iniciativa Incluir Brincando em dezembro de 2012, que visa promover a inclusão social de crianças com deficiência, aumentando a conscientização das pessoas sobre o direito a brincar de forma segura e inclusiva no País. A iniciativa inclui materiais impressos e audiovisuais com os personagens da Vila Sésamo. Clique aqui (http://www.unicef.org/brazil/pt/media_24630.htm) para saber mais sobre a iniciativa.

Portas para a Inclusão – Esporte para Todos – Lançado no início deste mês, o projeto Portas Abertas para a Inclusão é uma parceria entre o Instituto Rodrigo Mendes e o UNICEF no Brasil, com apoio da Fundação FC Barcelona e em articulação com os ministérios da Educação e do Esporte e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). O objetivo do projeto é contribuir para a construção de um legado social da Copa do Mundo de Futebol no Brasil e garantir melhores condições de acesso, permanência e aprendizado das crianças com deficiência nas escolas regulares das 12 cidades-sede da Copa de 2014. Clique aqui (http://www.unicef.org/brazil/pt/media_25423.htm) para saber mais sobre o projeto.

“O caminho a percorrer será desafiador”, disse o diretor executivo do UNICEF, Anthony Lake, que está em Da Nang, no Vietnã, para o lançamento do relatório Situação Mundial da Infância 2013. “Mas as crianças não aceitam limites desnecessários. Nós também não deveríamos aceitar.”

“AUTISMO: O MUSICAL” – COMO A ARTE PODE MUDAR VIDAS

Fonte: Cinéfilos, Jornalismo Júnior – Fabio Manzano – 03/06/2013

É muito difícil encontrar um filme tão tocante quanto *Autismo: O Musical* (*Autism: The Musical*, 2007). Não digo isso somente por tratar de crianças portadoras desse distúrbio neurológico, mas sim da sua simplicidade e carinho na representação dos indivíduos que participam de toda a produção – sejam eles as próprias crianças, seus familiares e amigos do “*The Miracle Project*”, que organiza o musical.



Elaine com as crianças do “*The Miracle Project*”. Divulgação HBO

O AUTISMO

O distúrbio comum a todos os protagonistas deste filme pode ser encarado como uma disfunção global do desenvolvimento, afetando a capacidade de comunicação, socialização e comportamento dos indivíduos, mas o documentário se propõe além de uma revista médica e – ao dar um “rosto” para os casos do distúrbio, tratado do autismo neste grupo de crianças e seus familiares, consegue construir uma maior aproximação com o público; além, é claro, de legitimar sua argumentação a favor da arte como um possível tratamento ou sociabilização para as crianças. Em fado, o filme começa com estatísticas do CDC (Centro de Controle de Doenças americano). “Em 1980, uma a cada 10 mil crianças foram diagnosticadas como autistas. Em 2007, ano em que o filme foi realizado, uma em cada 150”, e o distanciamento cirúrgico do enunciação para por aí.

O documentário vai além de apresentar um grupo de crianças autistas cantando – como o título pode enganar –, sim, é evidente que em algum momento um “musical” acontecerá, mas o “*The Miracle Project*” traz o teatro e a música como válvulas de escape para os portadores do distúrbio, e de certa forma, busca viabilizar uma forma de vida melhor para as crianças escolhidas pelo projeto.

Logo no início do filme, Elaine, a criadora do projeto e mãe de autista conta sobre suas motivações para a realização do “*Miracle*”. Ao levar seu filho a doutores e submetê-lo a tratamentos mais comuns, encarou que o grupo de especialistas não tinha preparação para lidar com a doença – e que diziam, inclusive, que seu filho era “incomum” demais. Isso incentivou Elaine a buscar o “incomum”: trouxe para sua casa artistas e pessoas envolvidas com o teatro, pois segundo ela, diferentemente dos médicos, “eles não têm problema em encarar aquilo que é fora do comum”.

AS FAMÍLIAS E AS MÃES

É interessante notar que a construção do filme é baseada em alguns eixos que se cruzam em diversos momentos. São narrados tanto os processos de criação, ensaio e apresentação do musical, bem como a história de alguns “protagonistas” – estas realizadas a partir de vídeos caseiros e depoimentos no formato de entrevistas, já clássicos do gênero. Essa opção dá o tom de aproximação àquelas famílias que, já entregues ao projeto, compartilham de dores, angústias e medos com o espectador.

A emoção é maximizada ao trazer para as telas relações familiares e interpessoais, tanto que podemos facilmente nos identificar em momentos catárticos: Aquele almoço de domingo com a família, a festa de aniversário ou o momento da tarefa de casa tomam outra dimensão quando captados pelas câmeras. Percebemos o quanto a vida das crianças autistas é próxima e ao mesmo tempo distante da nossa – um paralelo traçado, inclusive, para apresentar momentos de fuga dos portadores do distúrbio, um dos sintomas mais evidentes da doença.

Além da história ser guiada pelo projeto idealizado por Elaine, outras mães também são dotadas de grande importância para o desenrolar da história. São elas as que

sempre estão frequentando os ensaios e contribuindo para o processo de socialização de seus filhos. Muitas delas assumem a culpa pelo distúrbio de seus filhos e o filme deixa esta interpretação bastante clara ao contar a história de mães que foram abandonadas ou traídas pelos maridos que não aguentaram a pressão de cuidar de um filho autista.

Rosanne Katon-Walden, que em sua juventude era modelo e capa da *Playboy*, se vê em uma relação artificial com o marido que a traiu e acaba por projetar todos seus sonhos e expectativas para o filho Adam que sempre, a seu pedido, está ensaiando o violoncelo. Quando vê que seu filho pode não ter um solo, pensa inclusive em abandonar o projeto sem ao menos levar em conta como ele é importante para o desenvolvimento da criança. Ela e todo o “elenco” de pais e mães têm que lidar com os conflitos familiares e casamentos difíceis ao mesmo tempo em que se ocupam com as necessidades, às vezes imensas, que seus filhos autistas possuem.

O filme, reproduzido inicialmente pela HBO — após um curto período de exibição nos cinemas americanos —, recebeu em 2008 dois prêmios *Emmy*, incluindo “*Outstanding Nonfiction Special*”, algo como “Prêmio Excepcional de Especial de Não-ficção”, em tradução livre.

ALGO TAMBÉM NO BRASIL

O grupo de origem carioca com Oswaldo Montenegro, a Oficina dos Menestréis, apresenta em São Paulo, no teatro Dias Gomes seu projeto “AUT”. Além de outros projetos com terceira idade, cadeirantes e portadores da síndrome de down; este espetáculo de direção do irmão de Oswaldo, Deto Montenegro, traz ao palco um pequeno grupo de autistas dispostos a apresentar sua arte.

A peça é o trabalho final de um curso voltado aos portadores do distúrbio que, como o projeto de Elaine, visa — por meio da arte — inserir socialmente jovens e adultos autistas.

CENTRAL DE INTERPRETAÇÃO LEVARÁ ACESSIBILIDADE AOS DEFICIENTES AUDITIVOS DO PIAUÍ

Com as três Centrais de Interpretação de Libras, os deficientes auditivos do Piauí terão melhor comunicação com o serviço público.

Fonte: Portal do Governo do Estado do Piauí — Jéssica Santos — 04/06/2013

O Piauí vem dando um passo importante para a consolidação da inclusão dos surdos na sociedade piauiense. Até agosto deste ano, serão inauguradas três Centrais de Interpretação de Língua Brasileira de Sinais — Libras (CIL) no Estado.

Essas Centrais vão garantir, com atendimento especializado, o acesso irrestrito aos serviços públicos por parte da população deficiente auditiva. Surdos como Marcos Patrício, 25 anos, não terão mais que pagar para que um intérprete o acompanhe em uma consulta médica ou em um cartório.

“A Central vai ajudar muito ao mediar a comunicação entre os surdos e os serviços públicos. Existem muitas barreiras para os surdos na sociedade, às vezes os familiares não podem nos acompanhar e nos vemos sem comunicação por não sermos compreendidos pelos outros. Com os intérpretes da Central de Libras tudo será mais fácil”, declara Marcos Patrício.

Além da presença dos intérpretes, que serão entre seis e oito por CIL, cada uma contará com todo mobiliário de escritório, computadores e *web* de alta qualidade para realização dos agendamentos virtuais e veículo. “Já recebemos o material de escritório e as parcerias com as prefeituras de Teresina, Picos e Parnaíba já estão adiantadas. A partir de agosto devemos começar as inaugurações e funcionamentos das Centrais”, destacou Helder Jacobina, secretário estadual para Inclusão da Pessoa com Deficiência.

MUNICÍPIOS

A escolha dos municípios que receberão as CILs foi baseada no percentual de pessoas com deficiência auditiva em cada região. “Parnaíba é a segunda maior cidade do Piauí e com grande número de surdos. A instalação de uma Central aqui proporcionará

autonomia e inclusão a eles e facilitando, principalmente, o acesso aos serviços na área da saúde, previdência, educação e assistência social”, ressaltou a secretária do Desenvolvimento Social e Cidadania de Parnaíba, Flaviana Veras.

Segundo a conselheira da Associação dos Surdos de Teresina e presidente do Conselho Estadual das Pessoas com Deficiência, Alvirberta Miranda, no Piauí há mais de 100 mil pessoas com alguma deficiência auditiva ou surdez. “Só em Teresina, esse número é de aproximadamente 22 mil pessoas que têm dificuldade de comunicação por não existir pessoas que dominem a linguagem de sinais. Com os mediadores que serão disponibilizados pelas Centrais de Libras essa realidade vai mudar de forma significativa”, enfatizou.

OPORTUNIDADE DE EMPREGO

A geração de emprego para os intérpretes do Piauí é outro fator positivo. “Vejo como grande oportunidade de nós intérpretes sermos úteis, tanto para a inclusão dos surdos na sociedade, como quanto à oportunidade de inserção no mercado de trabalho das pessoas que vêm se capacitando e dominam a linguagem dos sinais”, disse Ane-tiva Pereira, intérprete da Linguagem Brasileira de Sinais na rede estadual de ensino.

A implantação das Centrais de Interpretação de Libras é uma ação da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, por meio da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que visa implantar, no ano de 2013, trinta e sete centrais em todo o Brasil.

“Com a Central vai existir inclusão e de fato seremos atendidos pelos serviços públicos. Cada pessoa surda vai saber que poderá contar com a Central e isso vai ser um grande alívio. Por exemplo, se eu viajar para Picos e precisar de algum serviço lá, poderei ir até a Central e ter um mediador, isso é muito importante. É inclusivo”, comenta o surdo Hércules Xavier.

UM CEGO GUARDIÃO DE VOZES EM EXTINÇÃO

Sem que nos demos conta, nossos ouvidos captam milhares de sons todos os dias. Eles se confundem e formam uma massa sonora que soa sem significado para muita gente. Sonoridade, porém, que não passa despercebida ao uruguaio Juan Pablo Culasso.

Fonte: O Globo — Felipe Sil — 05/06/2013

Morador da Tijuca, ele aprendeu a apreciar tons e timbres que não costumam ser identificadas na sinfonia do dia a dia. Seus favoritos são as vozes das aves. Gosta tanto que, há 11 anos, decidiu registrar o que ouvia e estudar os animais. A atividade passou a ser um trabalho e uma luta pessoal pela conscientização do risco de extinção de várias espécies.

Culasso é deficiente visual de nascença. Aprendeu desde cedo, porém, a distinguir com precisão os mais diferentes tipos de sons. Seja pelo timbre ou afinação, consegue reconhecer ruídos e barulhos do cotidiano. Ajudaram também os anos de aulas de piano, que refinaram a percepção da variação sutil de tons. Com o tempo, o volume das notas passou a fornecer, também, uma noção de distância entre os pássaros. Não enxergar as aves com os olhos não significa que não as conheça. “Eu as enxergo de forma diferente, por meio de suas vozes”, gosta de dizer.

Na cabeça, garante ter mais de 800 vozes memorizadas. No computador, estão registrados pelo menos 25 mil sons de espécies diferentes. Muitas ameaçadas de extinção. É o caso do formigueiro-de-cabeça-negra. Há também cantos de pássaros que supostamente desapareceram de nossas matas, mas que ainda mobilizam os ornitólogos. O tietê-de-coroa é um exemplo.

“Através das gravações, posso guardar um momento que muitas vezes não se repete. São lindas canções que podem sumir com o avanço desenfreado de cidades. É um meio de conservação do patrimônio natural”, afirma Culasso.

As melodias ficam registradas no *site* pessoal de Culasso e em CDs, que são procurados para exposições em todo o país e até programas de televisão, como sonoplastia. Juan também trabalha como instrutor de cursos de gravação de canto de aves. Em

suas aulas, costuma dar aos alunos fones para que ouçam as gravações dos acordes da fauna feitas pelo professor.

O amor pelas aves começou em Montevídeu, no Uruguai. Enquanto uns viam a beleza nas cores e nos formatos dos pássaros, Culasso se impressionava pela elaboração dos cantos e pela magia dos sons variados de variadas espécies.

Desde 2002, registra os trabalhos com um gravador Marantz PMD222. Na época, foi convidado pelo biólogo Santiago Claramunt para ajudá-lo a registrar o canto do caboclinho-de-barriga-vermelha. Com pouca ou nenhuma informação sobre o aparelho, recebeu apenas uma instrução do novo amigo: “este é o botão REC”.

Apaixonou-se pela atividade. Há oito anos, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde aprofundou os seus estudos. Hoje, conta também com uma parábola acoplada ao equipamento. A parábola é uma espécie de receptor gigante que, ligada ao microfone, permite captar uma gama complexa de ondas sonoras.

O processo de gravação dos sons não é simples como pode parecer. Culasso não consegue, por exemplo, fazer um bom registro dentro da cidade onde mora. Mesmo no interior do Jardim Botânico, isolado das ruas, o som não é perfeito.

Ao longe, o ruído de carros e até de pessoas conversando atrapalha o trabalho. A única solução é viajar para locais distantes, como para as florestas dos Campos Sulinos, no Uruguai, e a Floresta Amazônica. No estado do Rio, sua área preferida são as reservas da cidade de Cachoeiras de Macacu, cidade que fica no caminho para Nova Friburgo.

“Gravar em cidades grandes é praticamente impossível. É muito barulho. Não há um único ponto onde seja possível evitar ruídos humanos”, lamenta.

O companheiro de viagem constante é o pai. Fotógrafo, Juan José Culasso complementa o trabalho do filho com imagens das aves estudadas. Sozinhos, passam fins de semana isolados, em silêncio, embaixo das árvores. Na espera de reencontrar velhos conhecidos alados ou, quem sabe, novas espécies. Quietos, pai e filho ouvem os cantos, pios, chamados e alertas que as aves vocalizam na floresta.

PESQUISA CRIA CÉLULAS-TRONCO COM DENTES DE LEITE DE CRIANÇAS AUTISTAS

As células-tronco desenvolvidas a partir dos dentes se transformam em neurônios. A partir disso, é possível entender melhor o que causa o autismo.

Fonte: G1 – Bom Dia Brasil – 06/06/2013

Pesquisadores de São Paulo estão usando os dentes de leite de crianças em estudos sobre o autismo. A pesquisa usa engenharia genética. A partir do dente de leite de crianças com autismo, os pesquisadores conseguem desenvolver células-tronco que se transformam em neurônios. Com isso, eles podem entender melhor o que causa o autismo.

Rafael é só carinho com a mãe. O menino foi diagnosticado autista quando ainda era um bebê, aos 15 meses. As dificuldades dele alertaram os pais.

“A gente observou que ele tinha de verdade um desenvolvimento muito diferente da minha filha mais velha. Muito mais atrasado, entre aspas, do ponto de vista de fala, de início da tentativa de comunicação”, conta Alessandra Camargo Ferraz, mãe de Rafael.

Agora, aos dez anos, Rafael é um personagem importante em uma pesquisa inédita no Brasil. Os dentes de leite dele e de outras crianças autistas vão para o laboratório de célula-tronco da USP e ficam sob os cuidados da doutora Patrícia e sua equipe.

“Assim que o dente chega aqui no laboratório, a gente pega esse dente, extrai as células do recheio do dente, coloca essas células em uma plaquinha e, a partir daí, a gente começa a nossa brincadeira”, declara Patrícia Beltrão Braga, coordenadora da pesquisa.

Brincadeira é maneira de dizer. Com base em uma descoberta do japonês Shinya Yamanaka, vencedor do Nobel de Medicina de 2012, a cientista conseguiu reprogramar as células.

Dentro de placa estão células-tronco adultas, que foram retiradas do dente. Os pesquisadores colocam o vírus e elas se transformam em células-tronco embrionárias. É como se elas voltassem no tempo, e essas células embrionárias podem se transformar em qualquer tecido. Coração, rim, pulmão. E também neurônios. E esse é o foco do estudo.

A ciência ainda conhece pouco sobre o autismo. Sabe que causa alterações no cérebro, principalmente nos neurônios. Com a pesquisa, os cientistas comparam os neurônios de uma criança normal à de outra com a doença e começam a entender melhor como as células funcionam.

O próximo passo é testar medicamentos nesses neurônios e observar como eles reagem. “Se a gente encontrar uma droga que seja capaz de reverter esse sintoma, de deixar essa célula parecida com a de um paciente normal, que não tem autismo, a gente pode acreditar que estamos muito perto da cura”, explica a coordenadora da pesquisa.

É nisso que Alessandra acredita. “Um adulto mais capaz, mais independente, mais forte, é tudo o que a gente quer”, declara Alessandra.

Para esse trabalho continuar, os pesquisadores da USP dependem da doação dos dentes de leite das crianças com autismo, e já recebeu cem dentinhos.

APLICATIVO GRATUITO QUE TRADUZ A FALA EM PORTUGUÊS PARA LIBRAS GANHA VERSÃO PARA PLATAFORMA APPLE E FACILITA COMUNICAÇÃO ENTRE SURDOS E OUVINTES

Com mais de 15 mil *downloads* já realizados em *smartphones* e *tablets* com sistema Android, *ProDeaf* Móvel chega à plataforma iOS para atender aos usuários *Apple*.

Fonte: Alternativa de comunicação – 07/06/2013

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil conta com uma população de 10 milhões de surdos e, dentre estes, 2,7 milhões não conhecem a língua portuguesa e se comunicam apenas na Língua Brasileira de Sinais (Libras) – o segundo idioma oficial do país, utilizado por mais de 5 milhões de brasileiros.

Com o objetivo de eliminar a barreira de comunicação existente entre ouvintes e surdos, o *ProDeaf* acaba de lançar a versão iOS – compatível com *smartphones* e *tablets Apple* – do *ProDeaf* Móvel, o primeiro aplicativo capaz de traduzir a fala em Português para Libras.

Desenvolvido pela companhia pernambucana de mesmo nome, o projeto é fruto de um investimento de R\$ 500 mil, feito pelo próprio *ProDeaf* – com financiamento do Sebrae e do CNPQ –, e patrocinado pelo Grupo Bradesco Seguros.

O aplicativo funciona de maneira simples, reconhecendo a voz do usuário e traduzindo a fala diretamente para Libras. Assim, com a ajuda de um personagem que faz os gestos na tela do celular ou *tablet*, o sistema se baseia em um dicionário com de cerca de 2.000 sinais – base que, em breve, será ampliada e também regionalizada.

De acordo com o CEO do *ProDeaf*, João Paulo Oliveira, a nova versão para o sistema operacional da *Apple* já está disponível aos usuários e pode ser baixada, gratuitamente, na *App Store*, no *Google Play* ou ainda no link <http://prodeaf.net/download>. “Com este anúncio, já garantimos o uso do *ProDeaf* Móvel para usuários de *smartphones* e *tablets* baseados nos dois sistemas operacionais mais populares do mercado”, diz o executivo, lembrando que a versão *Android* foi lançada em abril deste ano e já obteve 15 mil *downloads*.

Oliveira destaca que a oferta do *ProDeaf* Móvel para usuários de *tablets* atende a uma parcela importante da população. “Este é um mercado que não pode ser des-

considerado, pois o país já tem mais de 4 milhões de *tablets* em uso e, até o final deste ano, deveremos ter quase 6 milhões de equipamentos a mais, de acordo com a IDC”, lembra.

DESENVOLVIMENTO MULTIDISCIPLINAR

O desenvolvimento do *ProDeaf* Móvel levou dois anos e contou com a participação de 12 profissionais, incluindo designers, intérpretes, linguistas e programadores, liderados por Oliveira, junto a dois executivos da companhia, Flávio Almeida, *Chief Operations Officer*, e Amilton Chagas, *Chief Technology Officer*— que, além de comandar a área tecnológica, é surdo e conhece bem a importância do aplicativo.

O projeto ainda contou com a participação de colaboradores surdos das empresas do Grupo Bradesco Seguros. “A comunidade surda atuou bastante, nos fornecendo *feedback* para que chegássemos ao resultado atual”, explica Oliveira.

As duas versões do aplicativo (*Android* e *iOS*) podem ser baixadas gratuitamente no site da companhia, no link <http://prodeaf.net/download>, bem como na *App Store* e no *Google Play*. “Os custos operacionais da distribuição do aplicativo estão sendo subsidiados pelo Grupo Bradesco Seguros que, com isso, garante a entrega dessa inovadora tecnologia aos surdos, de forma gratuita”, ressalta Oliveira.

O objetivo do Grupo Bradesco Seguros em abraçar as causas de comunicação e acessibilidade, é ajudar surdos e ouvintes na interação. Um parente ou amigo pode usar o seu celular para transmitir uma mensagem que será compreendida pelo surdo. Além disso, o aplicativo também pode ser bem útil em estabelecimentos comerciais e de serviços, em geral.

Segundo Oliveira, em alguns anos, o *ProDeaf* planeja publicar ferramentas que permitam a comunicação com surdos em duas vias, traduzindo português para Libras e Libras para português.

SOBRE O PRODEAF

O *ProDeaf* um *software* inédito para tradução de conteúdo em Português para a Língua Brasileira de Sinais (Libras), segundo idioma oficial do país, utilizado por mais de 5 milhões de brasileiros. O *ProDeaf* é o projeto carro-chefe da empresa homônima, uma *startup* pernambucana que desenvolve soluções em tecnologia assistiva, com o foco na comunicação e integração social entre surdos e ouvintes.

Em linha com a missão da empresa, de permitir a quebra das barreiras de comunicação, o *software* apresenta soluções viáveis para o mercado corporativo e usuários finais, realizando a tradução de *sites* e vídeos para Libras, além de traduzir, através de aplicativos gratuitos, o som falado em Português para a língua de sinais, em tempo real.

Com operações em Recife (PE) e São Paulo, a empresa oferece ao mercado serviços diferenciados e orientados por qualidade, resultado e especialização. É uma *startup* acelerada da academia de inovação da Telefônica (Wayra) e parceira da *Microsoft*.

VACINA CONTROLA SINTOMAS DO AUTISMO

Cientistas canadenses desenvolveram uma vacina que cria defesas contra bactérias intestinais comuns em crianças autistas, podendo ajudar a controlar alguns dos sintomas do autismo.

Fonte: Diário da Saúde — 10/06/2013

O Dr. Mario Monteiro e seus colegas da Universidade de *Guelph* desenvolveram a vacina à base de carboidratos, para atuar contra a bactéria *Clostridium bolteae*.

A *C. bolteae*, que produz distúrbios gastrointestinais, é muito mais prevalente no trato gastrointestinal de crianças autistas do que de crianças saudáveis.

Mais de 90% das crianças com transtornos do espectro do autismo sofrem de sintomas gastrointestinais crônicos graves - destes, cerca de 75% sofrem de diarreia.

“Pouco se sabe sobre os fatores que predispõem as crianças autistas à *C. bolteae*,” disse Monteiro, acrescentando que, embora a maioria das infecções sejam tratadas adequadamente por alguns antibióticos, a vacina é um avanço em relação ao tratamento atual.

“Esta é a primeira vacina desenvolvida para controlar a constipação e diarreia causada por *C. bolteae*, e talvez controle os sintomas relacionados ao autismo associados a este micróbios”, disse ele.

AUMENTO DO AUTISMO

Os casos de autismo aumentaram quase seis vezes ao longo dos últimos 20 anos, e os cientistas não sabem o porquê.

Muitos cientistas apontam para fatores ambientais, como antidepressivos presentes na água potável, mas outros estão dando especial atenção às bactérias no trato gastrointestinal, embora ainda não tenha sido estabelecida nenhuma relação causal entre as bactérias e o autismo.

A vacina está em estágio inicial de desenvolvimento, tendo sido testada em coelhos.

Segundo o pesquisador, pode demorar mais de 10 anos para cumprir todos os ensaios pré-clínicos e humanos antes que a droga esteja pronta para o mercado.

TESTE DETECTA SÍNDROME DE DOWN DURANTE GRAVIDEZ COM “MAIS PRECISÃO”

Novos estudos serão realizados para oferecer exame ao público.

Fonte: G1 — 10/06/2013

Uma equipe de cientistas britânicos desenvolveu um novo exame que promete detectar, mais cedo e com maior precisão, a síndrome de Down em bebês ainda durante a gravidez.

A equipe da universidade *King’s College* de Londres, responsável pela pesquisa, analisou o sangue de mil grávidas e concluiu que o novo teste, chamado exame de DNA fetal, pode mostrar “quase com certeza” se o bebê é portador desse distúrbio genético.

Atualmente, o exame mais comum é feito entre a 11ª e a 33ª semana de gestação, por meio de um ultrassom. Nele, o médico mede a quantidade de um líquido atrás do pescoço do bebê chamado “translucência nucal”. Crianças com síndrome de Down tendem a apresentar uma maior quantidade dessa substância.

Além disso, atualmente, as grávidas podem fazer um exame de sangue para checar se há níveis anormais de determinadas proteínas e hormônios em seus bebês. A partir desses testes, são calculados os riscos de a criança ser portadora da síndrome. No entanto, se a chance for alta, a recomendação é que as grávidas passem por um dos dois testes para esses casos — ambos invasivos e arriscados.

Um deles é a biópsia do vilos coriônicas, que analisa uma pequena amostra da placenta. O outro é a amniocentese, que testa o líquido amniótico que envolve o bebê. A probabilidade de os dois exames provocarem aborto é de um em cem casos.

“DEFINITIVO”

O professor Kypros Nicolaides, que coordenou a pesquisa, afirmou que o novo exame de DNA é muito mais certo, já que seu resultado indica com 99% de precisão se o bebê apresenta a síndrome de Down.

“Esse teste é praticamente um diagnóstico. Ele mostra com quase certeza se seu bebê tem ou não a síndrome”, diz Nicolaides. “Sob a perspectiva da mulher, ele traz uma mensagem muito mais clara sobre o que fazer em seguida.”

Segundo o autor, hoje a prática médica recomenda envolver os pacientes nessas decisões.

“Mas isso é apenas da boca para fora. Porque se o risco é de, por exemplo, um em 250, como é possível decidir? Quando os pacientes tiverem mais clareza, será mais fácil.”

A equipe médica, que publicou a pesquisa sobre o teste na revista científica “*Ultrasound in Obstetrics & Gynecology*”, agora vai fazer um estudo com 20 mil mulheres para incrementar os resultados obtidos.

A Associação de Síndrome de Down do Reino Unido disse que a realização do teste ainda não é algo próximo.

PESQUISADORES AUSTRALIANOS APRESENTAM PROTÓTIPO DE OLHO BIÔNICO CAPAZ DE RECUPERAR VISÃO DE PESSOAS CEGAS

Equipamento que deve ser testado em pacientes a partir de 2014 envia imagens captadas por câmera a *chip* implantado no cérebro de usuários.

Fonte: Zero Hora – bem-estar – 11/06/2013



Cientistas e *designers* apresentaram o protótipo do óculo biônico, que permite a cegos perceber silhuetas. Foto: *Monash University*

Cientistas e *designers* australianos uniram-se em torno do desenvolvimento do “olho biônico” – espécie de óculo ligado ao sistema nervoso, capaz de auxiliar a orientação e locomoção de pessoas cegas. O protótipo do invento foi apresentado recentemente – e testes em pacientes devem começar em 2014.

O equipamento é promissor. Óculos equipados com câmeras digitais captam o entorno do indivíduo e enviam estímulos a um *chip* implantado em seu cérebro. Com sucesso, o experimento será capaz de devolver a visão a até 85% das pessoas cegas.

Em seu *site*, o grupo de especialistas do Grupo de Visão da Universidade *Monash*, na Austrália, afirmam que o dispositivo é direcionado a pessoas com diferentes tipos de doenças que prejudicam a visão: glaucoma, retinopatia diabética, degeneração macular, entre outras.

– Acreditamos que o paciente enxergará uma espécie de imagem de baixa resolução, mas suficiente para identificar, por exemplo, a borda de uma mesa, a silhueta de um ente querido, um degrau na calçada ou algo do tipo – afirmou Mark Armstrong, professor da Universidade *Monash*, ao programa de rádio PM, da rede australiana ABC.

As imagens, depois de processadas, são enviadas a um *chip* implantado na parte anterior do cérebro do paciente e emite sinais elétricos ao córtex visual. Trata-se da evolução do “olho pré-biônico” apresentado pela mesma equipe em agosto do ano passado.

ENTENDA A DIFERENÇA ENTRE DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL E DOENÇA MENTAL; ONU OPTOU POR BANIR A EXPRESSÃO “DEFICIÊNCIA MENTAL” EM 2004

Muitos sentem dificuldade para se relacionar com pessoas com deficiência intelectual por não saber como se referir a elas ou mesmo compreender quais são as condições que afetam o seu desenvolvimento.

Fonte: Deficiente Ciente – 11/06/2013

Uma das confusões mais comuns é chamar os indivíduos com necessidades especiais de “doentes mentais”. Esta noção está arraigada no imaginário popular, mas tem sua base na discriminação que estes sofriam no passado. Os dois problemas, contudo, são completamente diferentes.

A doença mental é, na verdade, um transtorno psiquiátrico que engloba uma série de alterações que modificam o humor e o comportamento da pessoa, podendo afetar seu desempenho. Tal distúrbio deve ser tratado com psiquiatras e o uso controlado de medicamentos.

Já a deficiência intelectual representa um atraso no desenvolvimento, o que gera dificuldades de aprendizado e na realização de coisas simples do cotidiano. Neste caso, há um comprometimento cognitivo, que ocorre antes dos 18 anos de idade.

“DEFICIÊNCIA MENTAL”

Segundo a educadora Ana Beatriz Araújo, da APAE Salvador, as deficiências intelectual e mental são sinônimas. O último termo, porém, foi banido pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2004. “São dois termos que querem dizer a mesma coisa. Houve uma mudança de nomenclatura em relação à deficiência intelectual para não confundir com o transtorno mental”, afirma.

A ONU optou por excluir a expressão “deficiência mental” para evitar a confusão e a discriminação destas pessoas, que representam 5% da população mundial, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS).

CARACTERÍSTICAS

Segundo descrição da Associação Americana sobre Deficiência Intelectual do Desenvolvimento (AIDD), pessoas com déficit intelectual possuem o Quociente de Inteligência (QI) inferior à média. Elas possuem limitações em ao menos dois tipos de habilidades: comunicação, autocuidado, funções acadêmicas, adaptação social, vida no lar, segurança e saúde, dentre outras.

De acordo com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), quase sempre a deficiência intelectual costuma ser resultado de uma alteração no cérebro causada por condições genéticas. Mas uma pessoa com necessidades especiais também pode ter sofrido com distúrbios na gestação, problemas no parto e até mesmo após o nascimento. Dentre os principais tipos de deficiência intelectual estão as síndromes de Down, X-Frágil, Prader-Willi, Angelman e Williams.

PARALISIA CEREBRAL, UM OBSTÁCULO A SER VENCIDO

Conheça histórias de pessoas que foram estimuladas a conquistar uma vida quase comum.

Fonte: UOL – Revista Sentidos – Priscila Sampaio – 11/06/2013

CONQUISTAS

Enquanto Nathalia projeta seu futuro, Emílio Figueira, 41 anos, já chegou ao ponto de realização profissional e pessoal. “Quando eu nasci, a vida me deu duas opções: viver triste, isolado e pelos cantos, lamentando por ser uma pessoa com deficiência, ou viver alegre, buscando todas as minhas possibilidades. Escolhi essa última!”.

A paralisia cerebral de Figueira foi provavelmente ocasionada por asfixia. A mãe de Emílio ficou em trabalho de parto por 13 horas, porque a equipe médica de plantão não quis atender de imediato uma paciente que possuía um médico particular, mas, nesse dia, o obstetra estava fora da cidade, e com essa demora o parto foi normal e levaram o bebê para o balão de oxigênio, já que não dava sinal de vida. Emílio Figueira era um bebê como os outros, até o dia das primeiras vacinas. Em um posto de saúde, o médico que iria aplicar as injeções percebeu que ele possuía um retardo motor e solicitou à mãe que o levasse para realizar exames que pudessem esclarecer sua dificuldade motora, foi quando diagnosticou-se a paralisia, que afetou sua fala e a toda coordenação motora, do caminhar aos movimentos das mãos.

ROTINA

Antes mesmo de um ano de idade, Figueira já frequentava os centros de reabilitação, como a Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD) de São Paulo. Sua rotina eram sessões de fisioterapia e terapia ocupacional, que exercitavam sua função motora para o dia a dia. Também fazia fonoaudiologia para desenvolver a fala. Todas essas modalidades eram voltadas para criar a sua independência. Aos cinco anos foi alfabetizado. De acordo com Figueira, ser alfabetizado antes da idade escolar foi determinante para sua carreira acadêmica. Hoje, possui diversos artigos científicos e livros publicados.

Com as sessões diárias de tratamento intenso, Figueira recuperou parcialmente a fala e conseguiu andar aos seis anos. "Ando até sozinho pelo Brasil inteiro. Devo isso ao envolvimento de toda a minha família. O início da reabilitação foi muito sofrida, eu pegava até nove conduções para ir ao centro, sempre no colo de algum parente. Até que consegui a vaga de aluno semi-interno na AACD e, assim, pude contar com o transporte oferecido pela instituição", lembra.

Para manter essa vitalidade, ainda hoje ele faz hidroterapia para a manutenção do caminhar e do equilíbrio.

Figueira ressalta que os tratamentos desenvolvem não só os quesitos físicos, mas também a autoestima e o psicológico. "Para mim, o fundamental é o autoconhecimento que as sessões propõem, é ter consciência da minha realidade e deficiência, sabendo lidar com minhas limitações".

A RELAÇÃO DE CONFIANÇA ENTRE DEFICIENTE VISUAL E CÃO-GUIA

Keegan, como é chamado seu labrador, é um cão-guia que já o acompanha há três anos.

Fonte: Rádio Sentinela do Vale – 11/06/2013



Um amigo fiel e verdadeiro pode, muitas vezes, ser o pai, a mãe, o irmão ou uma pessoa que você conhece desde criança. É este grande amigo que lhe apoia, ajuda e está ao seu lado em todos os momentos, sejam eles alegres ou tristes. Não

importa a idade, todos possuem um irmão de coração, um amigo para todas as horas. Para Marco Luis da Rocha, 50 anos, este amigo é um cão. Keegan, como é chamado seu labrador, é um cão-guia que já o acompanha há três anos. Seja para fazer um passeio a pé, enfrentar um ônibus cheio ou almoçar em um restaurante, Keegan está sempre ao seu lado para guiá-lo e substituir a visão, perdida há oito anos.

Marco Luis vive em São José, mas viaja por vários locais do Estado para discutir a questão da acessibilidade nos municípios. Na última sexta-feira, 7, ele esteve em Gaspar pela primeira vez e acabou chamando a atenção de todos que o viam conversando com o cachorro. Keegan já faz parte de sua rotina há três anos, quando Marco descobriu uma ONG dos Estados Unidos especializada em treinar cães e disponibilizá-los para portadores de deficiência visual. "Eu me inscrevi no site desta entidade e eles vieram até o Brasil para me entrevistar. Logo depois, viajei para os Estados Unidos e eles me deram o meu cão guia", destaca. O labrador foi treinado por um ano em Nova York, e por isso obedece apenas a comandos em inglês. "Posso falar qualquer coisa em Português que ele não me obedecerá, mas em Inglês ele entende tudo. Como eu também já sabia falar este idioma foi muito fácil se adaptar", explica Marco.

Embora Keegan tenha trazido somente coisas boas para sua vida, ele confessa que precisa enfrentar alguns problemas. Isto porque muitas pessoas ainda não aceitam a ideia de um cachorro entrar em restaurantes ou mercados, por exemplo. "É necessário que as pessoas entendam que ele é um cão treinado, que não vai sujar ou bagunçar nada. Ele está ali para ser meus olhos". A Lei Federal nº 11.126/2005 e o Decreto Federal nº 5.904/2006, garantem a entrada com o cão-guia em todos os ambientes de uso coletivo como restaurantes, *shoppings*, aeronaves, supermercados e ônibus.

UMA NOVA VIDA

A chegada de Keegan na vida do homem de 50 anos foi em um momento oportuno. Portador de deficiência visual desde os 42 anos, quando um médico lhe passou um colírio errado que cegou suas duas visões, Marco precisava andar com uma bengala. Porém, as dificuldades que enfrentava diariamente eram muitas, devido às más condições das calçadas. "Eu sofria alguns acidentes, mas o mais grave aconteceu quando eu caí e fracturei a perna, cabeça e quebrei os dentes. O médico disse que eu não poderia mais utilizar a bengala", lembra. Desde que passou a viver diariamente com seu querido labrador, nenhum acidente lhe aconteceu. Além disso, Keegan lhe trouxe uma nova vida, cheia de sonhos e anseios de um futuro melhor. "Ele mudou a minha vida. Hoje, sinto-me de novo capaz de começar a trabalhar e enfrentar novos desafios, pois estou seguro com ele". Marco está terminando seus cursos de informática e digitação para que, em breve, possa voltar a trabalhar, algo de que sente muita falta.

PRISMA ACESSIBILIDADE

Apesar das dificuldades, Marco Luis resolveu criar uma entidade que pudesse ajudar pessoas que possuem a mesma deficiência que ele. No ano passado, ele fundou a Prisma Acessibilidade, uma entidade que visa apontar as dificuldades de acessibilidade a portadores de deficiências físicas e visuais e lutar pelos direitos destas pessoas. "Viajo pelo Estado para divulgar este trabalho e buscar soluções para os problemas dos portadores de deficiência", explica. Em cada município de Santa Catarina ele pretende nomear um representante que possa denunciar a falta os problemas relacionados à acessibilidade. Em Gaspar ele ainda não chegou a fazer contatos, mas já observou problemas nos passeios públicos encontrados também em outras cidades.

DADOS

De acordo com o Instituto de Responsabilidade e Inclusão Social, IRIS, existem no Brasil menos de 30 cães-guia, sendo que o número de deficientes visuais é de aproximadamente 1,2 milhão, segundo dados do Conselho Brasileiro de Oftalmologia. As estatísticas internacionais demonstram que de 1% a 2% dos deficientes visuais utilizam cão-guia. Isso mostra que, no Brasil, o número estimado de potenciais usuários seria de 12 a 24 mil pessoas.

PROGRAMA DE ACESSIBILIDADE DA PUC GOIÁS SERÁ APRESENTADO NA FRANÇA

A PUC Goiás será a única universidade brasileira participante do evento organizado pelo Cresge, com apoio da Federação Internacional das Universidades Católicas (Fiuc), da qual a universidade é filiada.

Fonte: Notícias PUC – Goiás – Belisa Monteiro – 12/06/2013

O Programa de Acessibilidade da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (CAP/Prograd) será apresentado na Universidade de Lille, na França, durante o *Workshop Study of the inclusion of disable students at Catholic Universities* (Estudo da inclusão de alunos com deficiência em universidades católicas), entre os dias 17 e 18 de junho. A PUC Goiás será a única universidade brasileira participante do evento organizado pelo Cresge, com apoio da Federação Internacional das Universidades Católicas (Fiuc), da qual a universidade é filiada.

A coordenadora do Programa, professora Lílian Cintra, fará uma apresentação da PUC Goiás (histórico, missão, objetivos e ações no ensino, pesquisa e extensão) para, em seguida, explanar sobre as experiências da universidade na inclusão e permanência das pessoas com deficiência no ensino superior. “O *Workshop* será um momento de trocas de experiências entre as universidades católicas de todo o mundo. Os representantes irão relatar as boas práticas de acessibilidade nas instituições de ensino superior, além de ser uma oportunidade para dar visibilidade às experiências exitosas”, informou a professora Lílian. O evento será prestigiado pelo secretário-geral da Fiuc, monsenhor Guy-Réal Thivierge e por representantes das universidades católicas da França, Bélgica, Espanha, Reino Unido, Polônia, Alemanha, Moçambique, entre outros países.

INCLUSÃO NA PUC GOIÁS

Vinculado à Pró-Reitoria de Graduação, o Programa de Acessibilidade da PUC Goiás se propõe a mobilizar toda a comunidade universitária para o exercício da educação inclusiva e o acolhimento ao aluno portador de necessidades especiais. Para isso, o Programa atua em parceria com diversas instâncias da universidade: Coordenação de Assuntos Estudantis (CAE), Centro de Estudos, Pesquisas e Práticas Psicológicas (Cepsi), Clínica Escola Vida, Clínica de Fonoaudiologia, além dos centros acadêmicos.

Desde o Vestibular, o candidato portador de necessidades especiais já recebe acompanhamento pessoal e material adaptado para a realização da prova (tradutor de Libras para surdos, ledor para os deficientes visuais e salas individuais para a realização das provas, entre outros recursos pessoais e materiais). Na vida universitária o atendimento continua, sendo que a PUC Goiás tem profissionais contratados para acompanhar e atender as demandas desses alunos. Mais informações sobre o Programa podem ser obtidas no telefone: 3946-1027.

NA MARÉ, AULAS DE FOTOGRAFIA PARA PESSOAS COM SÍNDROME DE DOWN

Idealizadores do curso explicam que iniciativa, do Observatório de Favelas, busca qualificar percepção de mundo dos alunos.

Fonte: O Globo – Rio – 13/06/2013

Com olhar curioso, câmeras penduradas no pescoço e mãos inquietas, um grupo de oito alunos do curso de fotografia para pessoas com Síndrome de Down do Observatório de Favelas iniciou na terça-feira sua primeira aula externa no Piscinão de Ramos. Enquanto alguns corriam para fotografar um cachorro que brincava na calçada, uns caminhavam em direção ao piscinão e outros pediam permissão para fotografar as banhistas. A oficina, realizada desde fevereiro, conta com dez alunos, divididos em duas turmas. Segundo os organizadores, o planejamento das aulas envolve um pouco de teoria, muita prática e meia hora de edição. Após aprender

sobre enquadramento, autorretrato e posicionamento, o grupo seguiu esta semana para o piscinão com a missão de aplicar o que aprendeu na sala de aula.

Os idealizadores do curso, o coordenador do Observatório de Favelas, Jailson Silva, e a coordenadora-geral do Movimento Down, Maria Antônia, explicam que a iniciativa visa qualificar a percepção de mundo das pessoas com Síndrome de Down através da fotografia. Segundo Maria Antônia, o resultado da experiência, patrocinada pelos Correios, foi tão satisfatório que uma nova turma para iniciantes será formada no final do mês.

— A fotografia é uma das formas que eles têm de se reconhecer e de mostrar as coisas de que gostam. Eles podem utilizar a câmera como instrumento de identidade, subjetividade e também como uma forma de dialogar com a sociedade — ressaltou Maria Antônia.

SUJEITOS DAS IMAGENS

Jailson espera que, após a formatura, em novembro, os alunos se transformem em sujeitos das imagens. Ele adianta ainda que a turma poderá ter mais aulas no ano que vem para aprofundar os conceitos que já foram ensinados.

Segundo a psicóloga do Ateliê Espaço Terapêutico, Luisa Ferreira, a fotografia proporciona a construção de um novo olhar:

— Para eles, sempre há alguém mandando e dizendo o que pode ou não ser feito. Aqui eles podem escolher o que querem fotografar. Aqui, eles tomam as decisões. A turma possui características muito especiais, temos alunos de 12 a 49 anos. Entre eles, uma mãe e três filhos que estudam juntos. Estamos trabalhando muito o autorretrato para que eles possam ver e entender melhor suas particularidades.

Aluna do projeto, Joana de Nascimento, de 26 anos, sempre gostou de fotografar. No entanto, não tirava fotos de si mesma. De acordo com a mãe, Antonieta de Nascimento, a situação mudou após algumas aulas.

— Hoje, minha filha não tem vergonha e tira fotos dela mesma. No início, fiquei preocupada, pois o curso é muito distante da minha casa, no Méier. Mas ela queria muito e eu resolvi tentar. Valeu muito a pena. Minha filha é esforçada e eu invisto tudo que posso na educação dela. Nós, pais de pessoas com Síndrome de Down, não devemos ficar com medo. Devemos acreditar no potencial dos nossos filhos e dar a eles a chance de conhecer a vida como ela realmente é.

SERVIÇO

Oficina de fotografia

O curso é gratuito

Inscrições: Até 20 de junho

Requisito: Ter mais de 12 anos

Duração: Dez meses

Aulas: Terça ou quinta-feira

Endereço: Rua Teixeira Ribeiro 535, Maré

Os interessados devem entrar em contato com o professor Alexandre Silva pelo telefone (21) 3888-3220, ramal 213, para agendar uma entrevista do processo seletivo.

PREFEITURA DE MURIAÉ PRIORIZA VAGAS PARA DEFICIENTES E IDOSOS NO CENTRO DA CIDADE

As pessoas com deficiência física e os idosos estão recebendo da Prefeitura de Muriaé vagas privativas para estacionar o veículo na área central da cidade.

Fonte: Guia Muriaé – 15/06/2013

As pessoas com deficiência física e os idosos estão recebendo da Prefeitura de Muriaé vagas privativas para estacionar o veículo na área central da cidade. Na Praça João Pinheiro, assim como na Rua Coronel Marciano Rodrigues foram implantadas faixas nas vias públicas (sinalização horizontal) e placas (sinalização vertical), para garantir à coletividade bem-estar físico, mental e social.

Os serviços emergenciais de ambulância também receberão vagas cativas na Rua Coronel Marciano Rodrigues, nas imediações do Sistema Nacional de Emprego (SINE). O objetivo é que os pacientes que precisem realizar as perícias médicas sejam transportados pelas ambulâncias com conforto e segurança.

As novas medidas foram tomadas pelo prefeito, Aloysio Aquino, que determinou ao Departamento Municipal de Trânsito e Transporte Urbano (Demuttran) a implantação da nova sinalização. Para ele, que busca administrar o município utilizando ações humanistas e desenvolvimentistas, deve haver prioridade para atender com mais comodidade a população que necessita efetuar consultas para manter os seus benefícios.

Para que tais vagas fossem criadas, a Prefeitura precisou modificar o ponto final do transporte coletivo na Praça João Pinheiro. As paradas que eram bem no contorno da praça, no acesso à Rua Coronel Marciano Rodrigues, agora se localizam um pouco mais a frente, na mesma calçada.

TORCEDOR COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NÃO CONSEGUE ASSISTIR AO JOGO NO MARACANÃ POR FALTA DE ACESSO

O estudante chegou ao estádio duas horas antes do jogo entre Itália e México para entrar com tranquilidade, mas teve que voltar para casa.

Fonte: Rádio Globo – Evelyn Moraes – 17/06/2013



Estudante Henrique Nunes com o ingresso nas mãos.

O estudante Henrique Nunes, 22 anos, que é deficiente físico, teve problemas para chegar até a entrada do Maracanã neste domingo. Henrique anda de muletas desde os quatro anos de idade, devido a um problema na medula óssea. O estudante chegou ao estádio com o pai dele, de táxi, duas horas antes do jogo entre Itália e México, para entrar com tranquilidade, sem enfrentar tumulto, mas teve que voltar para casa, porque, segundo ele, a Guarda Municipal não permitiu o acesso do veículo na Avenida Maracanã.

De acordo com Henrique, os agentes não sabiam informar como era o acesso para deficientes e não quiseram liberar a passagem do veículo.

A Guarda Municipal informou que foi oferecido um esquema especial, com estacionamento disponibilizado pela Fifa em uma área reservada em São Cristóvão, de onde os portadores de necessidades especiais podiam embarcar em ônibus fornecidos pela Prefeitura. Os portadores deveriam informar sua condição à Fifa no ato da compra do ingresso. Além disso, as informações constam no material informativo que faz parte do kit do ingresso.

Ainda segundo a Guarda Municipal, não foi registrado qualquer problema no acesso de outros torcedores com necessidades especiais, e o esquema montado

funcionou de forma satisfatória. De acordo com a Guarda Municipal, o acesso de carros no entorno do estádio estava proibido a qualquer tipo de veículo, sem exceção.

E os torcedores também tiveram problemas na questão da segurança. Antes do jogo, o professor Natanael Mathias teve o ingresso furtado, na porta do Maracanã. Ele disse que nem deu tempo de ver quem foi, porque aconteceu muito rápido. Outra vítima é o Benedito Marciano Guimarães. Ele teve a carteira com cartões, dinheiro e documentos, furtada na saída do jogo entre México e Itália. Ele aguardava os filhos e os sobrinhos em frente à estátua do Belini, um dos acessos ao estádio, quando sentiu que alguém passou e roubou a carteira no bolso dele. Benedito também não sabe quem foi, mas disse que desconfia que o ladrão tem a ajuda de uma idosa, que dá cobertura aos bandidos.

AMAMENTAR PODE DIMINUIR O RISCO DE TDAH EM CRIANÇAS

Conclusão é de pesquisa realizada em Israel, que comparou crianças diagnosticadas com seus irmãos e outras crianças sem o distúrbio.

Fonte: Revista Crescer – Marcela Bourroul – 17/06/2013

Os benefícios da amamentação para o bebê, você sabe bem, são inúmeros. Agora, uma nova pesquisa feita pela Universidade de Tel Aviv, em Israel, acaba de engordar ainda mais essa lista. Segundo os cientistas, o leite materno pode ser uma proteção extra contra o desenvolvimento de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH).

Para chegar a essa conclusão, os pesquisadores estudaram três grupos de crianças. O primeiro era formado por 56 pacientes, de 6 a 12 anos, de um hospital em Israel diagnosticados com o transtorno. O segundo era formado por irmãos desses pacientes que não apresentavam TDAH. Por último, o grupo de controle, formado por 51 crianças saudáveis sem parentesco com as primeiras.

Os pais das crianças responderam a um questionário com informações médicas e sobre o histórico de amamentação. Analisando os questionários, os pesquisadores perceberam que, das crianças diagnosticadas com TDAH, 43% foram amamentadas até os 3 meses, comparado com 69% no grupo dos irmãos e 73% no grupo controle. Aos 6 meses, a diferença permaneceu: do primeiro grupo, 29% ainda estava sendo amamentada, enquanto nos outros grupos cerca de 50% das crianças ainda mamavam.

Com base nesses resultados, os responsáveis pela pesquisa afirmaram que a proteção, pelo menos parcialmente, contra o TDAH, pode ser incluída na lista de benefícios da amamentação. No entanto, eles fizeram algumas ressalvas, já que o estudo apresenta algumas limitações. A principal delas é a dúvida sobre a relação de causa e efeito. Isso porque o menor tempo de amamentação das crianças com o transtorno pode ser resultado da própria condição, e não sua causa. "Se o comportamento durante a amamentação de uma criança que está prestes a desenvolver TDAH inclui o choro prematuro é uma questão importante que nossa pesquisa não pode responder", escrevem os cientistas em sua conclusão. Isso é, o comportamento da criança posteriormente diagnosticada nos primeiros meses de vida pode atrapalhar a amamentação.

Novas pesquisas devem ser realizadas para confirmar esse elo, mas com tantos benefícios da amamentação já comprovados, o hábito só pode trazer vantagens!

PROMOTORIAS DISCUTEM ATUAÇÃO CONJUNTA EM PROJETO DE ACESSIBILIDADE DAS CALÇADAS DE JOÃO PESSOA

Será instaurado um procedimento conjunto das Promotorias do Meio Ambiente e Patrimônio Social, da Cidadania e Direitos Fundamentais e do Consumidor de João Pessoa objetivando garantir a acessibilidade nas calçadas e disciplinamento de sua construção.

Fonte: Ministério Público do Estado da Paraíba – 17/06/2013

Foi realizada, na última quinta-feira (13), uma reunião entre o coordenador do Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Direitos Fundamentais, procurador de Justiça Valberto Lira, com os promotores de Justiça João Geraldo Barbosa e Ranieri Dantas, respectivamente, da Promotoria do Meio Ambiente e Patrimônio Social e da Promotoria da Cidadania de João Pessoa, para tratar da atuação inter-setorial no projeto de acessibilidade das calçadas da Capital.

Segundo o procurador Valberto Lira, será instaurado um procedimento conjunto das Promotorias do Meio Ambiente e Patrimônio Social, da Cidadania e Direitos Fundamentais e do Consumidor de João Pessoa objetivando garantir a acessibilidade nas calçadas (passeios públicos) do município e obter o disciplinamento da construção das calçadas, inclusive com uma padronização.

Valberto Lira informou ainda que, após a formatação da proposta do projeto, serão convidados a participar, em termo de cooperação, o Município de João Pessoa, a Câmara Municipal de Vereadores da Capital, o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea), o Conselho Regional de Arquitetura (CAO), o Sindicato dos Engenheiros, o Sindicato da Indústria da Construção Civil da Paraíba (Sinduscon-PB), o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-PB), a Associação das Empresas de Transportes Coletivos de João Pessoa (AETC/JJP), a Câmara dos Diretores Lojistas, a Fecomércio, entre outros órgãos e entidades que atuam na área de defesa dos direitos das pessoas idosas e das pessoas com deficiência.

OBJETIVOS

Segundo o coordenador do Caop da Cidadania, o projeto tem como objetivos obter uma ampla divulgação de como construir uma calçada visando informar e conscientizar a sociedade como um todo (inclusive com elaboração de encarte/panfleto nos jornais e anexados aos contracheques dos servidores municipais/estaduais); incentivo fiscal para que o particular se sinta estimulado com a reforma de sua calçada (redução do IPTU – de forma única ou escalonada); incremento na fiscalização de obras novas, com a prática de “obstáculo zero” para as novas calçadas; planejamento, inclusive financeiro, para a construção e reforma de calçadas de prédios públicos ou terrenos públicos, celebrando o respectivo Termo de Ajustamento de Conduta.

Também tem como finalidade obter dos entes públicos e privados uma maior responsabilidade no tocante à acessibilidade nas calçadas, quer na aplicação de materiais como o piso tátil, como no rebaixamento de guias de forma correta, na instalação de posteamento, recapeamento asfáltico sem elevar o nível das ruas, entre outras ações; atuação conjunta com as Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor no que tange à comercialização de produto semelhante ao piso tátil, porém totalmente em desacordo com as normas; além de atuação conjunta das Promotorias de Justiça envolvidas no projeto no que tange à arborização nas calçadas.

ATIVIDADES

O projeto deverá desenvolver várias atividades como realização de audiência com o Prefeito Municipal de João Pessoa objetivando sensibilizar e obter a parceria do Poder Executivo Municipal no que tange à parcela de responsabilidade do Município. “Na oportunidade pretende-se solicitar a designação de uma comissão de elaboração de Decreto Municipal ou Projeto de Lei disciplinando as calçadas do Município de João Pessoa; convidar o Prefeito de João Pessoa para se fazer presente aos atos de sensibilização e a participar de uma campanha de esclarecimento e conscientização sobre a importância da acessibilidade nas calçadas; sugerir um estudo sobre a viabilidade de implantação de uma campanha de incentivo para a reforma de calçadas já edificadas, com a redução no IPTU seguinte; sugerir estudo sobre o desenvolvimento de um Projeto “Adote uma calçada” a ser implementado no Município; entre outras ações relacionadas ao projeto”, informou o coordenador.

O projeto prevê ainda reuniões com as Secretarias Municipais, objetivando ressaltar a responsabilidade de cada uma delas, com os Conselhos Estadual e Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência e com Entidades Privadas que atuam na área de interesse do projeto, visando obter a contribuição de cada um deles; e

com a Energisa sobre a não instalação de posteamento novo de forma irregular (sem a obediência da legislação em vigor) e como resolver o passivo, bem como com a Comissão de Justiça da Câmara Municipal de João Pessoa e com os demais vereadores interessados no assunto.

Outra atividade será a realização de uma audiência pública onde se pretende ter a contribuição de diversos órgãos públicos e privados e da sociedade acerca de um modelo de calçada para João Pessoa e a escolha de Comissão para Acompanhamento do Processo legislativo de uma norma disciplinadora das calçadas.

“Pretendemos ainda realizar uma grande campanha de esclarecimento e conscientização da construção e reformas das calçadas, tornando-se acessíveis a todos; exigir do Poder Público Municipal o efetivo exercício da fiscalização da acessibilidade nas calçadas e o cumprimento das normas disciplinadoras das calçadas no que tange à acessibilidade, inclusive quanto ao rebaixamento de guias e canteiros situados ao longo das faixas de travessia de pedestres, tanto para as obras novas como para as antigas, ressaltando que desde 02 de junho de 2007 expirou-se o prazo de 30 meses estabelecido pelo Decreto nº 5296/04 para que todas as obras públicas estivessem acessíveis”, concluiu o procurador.

FALTA DE ATENÇÃO EM AUTISTAS PODE ESTAR VINCULADA A FRACAS CONEXÕES CEREBRAIS NO SISTEMA DE RECOMPENSA

Estudo sugere razão pela qual as crianças com autismo mostram uma falta de sensibilidade à voz humana.

Fonte: Zero Hora – bem-estar – 18/06/2013



Foto: Tracy Smith

Algumas crianças com autismo têm conexões cerebrais fracas nas regiões que relacionam o discurso com o sistema de recompensa emocional, revelou uma pesquisa nesta segunda-feira. A descoberta pode abrir caminhos para novos tratamentos.

O estudo publicado na revista *Actas* da Academia Nacional de Ciência dos Estados Unidos (PNAS) sugere, pela primeira vez, que a razão pela qual as crianças com autismo mostram uma falta de sensibilidade à voz humana pode se vincular a circuitos defeituosos nos centros de recompensa do cérebro.

— Uma conexão cerebral fraca pode impedir as crianças com autismo de experimentar o discurso como algo agradável — disse Vinod Menon, um dos autores do estudo e professor de Psiquiatria e Ciência do Comportamento na Universidade de *Stanford*, Califórnia.

Os pesquisadores fizeram imagens cerebrais por ressonância magnética de 20 crianças com um tipo alto de autismo. Elas têm um coeficiente intelectual normal, podem falar e ler, mas mostram dificuldades na conversa e na compreensão de sinais emocionais. Ao comparar as imagens com as de 19 crianças sem autismo, os cientistas descobriram que os cérebros dos portadores do transtorno mostravam

baixas conexões com regiões do cérebro que liberam dopamina em resposta a recompensas.

No lado esquerdo do cérebro, as crianças autistas mostraram conexões fracas com o núcleo accumbens e a área tegmental ventral. Já no lado direito, no córtex de voz seletiva, onde são detectados os sinais vocais e de tom, havia uma conexão fraca com a amígdala cerebral, que processa os sinais emocionais.

Os pesquisadores também determinaram que uma conexão mais baixa supõe uma pior capacidade de comunicação.

— A voz humana é um som muito importante. Não apenas dá significado, mas proporciona informação emocional fundamental para uma criança. Somos os primeiros a mostrar que essa falta de sensibilidade pode ser resultado de problemas de sistemas de recompensa no cérebro — afirmou outro autor do estudo, Daniel Abrams, um pesquisador de Pós-Doutorado em Psiquiatria em *Stanford*.

Os resultados também sustentam a teoria de que as pessoas com autismo têm um déficit na motivação social que explica sua falta de atenção às vozes e às palavras, em vez de um déficit sensorial que lhes impede de ouvir palavras.

— É provável que as crianças com autismo não prestem atenção às vozes porque não são gratificantes, ou emocionalmente interessantes, o que afeta o desenvolvimento de sua linguagem e de suas habilidades de comunicação social — disse Menon.

— Descobrimos um circuito cerebral anormal que está por trás de um déficit básico no autismo. Nossas descobertas podem ajudar no desenvolvimento de novos tratamentos para esse transtorno — acrescentou.

Investigações adicionais também podem revelar se uma terapia chamada Treinamento de Resposta Essencial (PRT, do inglês *Pivotal Response Training*), que tenta motivar as crianças a usar a linguagem para a interação social, tem algum efeito no fortalecimento desses circuitos cerebrais.

O autismo, um transtorno do desenvolvimento cada vez mais diagnosticado, afeta uma em cada 88 pessoas nos Estados Unidos.

POLUIÇÃO ELEVADA PODE DOBRAR PROBABILIDADE DE AUTISMO

Estudo de *Harvard* iniciado em 1989 analisou 325 mulheres que tiveram bebês autistas.

Fonte: Zero Hora – bem-estar – 18/06/2013

As mulheres grávidas que estiveram expostas a altos níveis de ar poluído têm duas vezes mais possibilidades de dar à luz uma criança autista do que as que moraram em áreas com baixa contaminação do ar, segundo um estudo da Universidade de *Harvard*.

De acordo com os especialistas, este é o primeiro estudo nacional que examina a ligação entre a poluição e o desenvolvimento desta condição. A pesquisa foi publicada na revista *Environmental Health Perspectives*.

— Dependendo do poluente, 20 a 60% das mulheres que participaram em nosso estudo vivem em áreas onde o risco de autismo é elevado — afirmou Andrea Roberts, pesquisadora associada do departamento de Ciências Sociais e de Conduta, da Faculdade de Saúde Pública de *Harvard*.

No estudo, iniciado em 1989, foram pesquisadas 116.430 mulheres. Para a análise, foram selecionadas 325 mulheres, que tiveram um bebê autista e 22.000 que tiveram um filho não afetado por este fenômeno patológico.

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: CONSUMIDORES QUE NÃO PODEM SER ESQUECIDOS

Boa parte dos estabelecimentos comerciais do País não está preparada para receber tal público.

Fonte: Incorporativa – Bruno Caetano – 18/06/2013

A parcela da população brasileira com alguma deficiência intelectual, motora, visual ou auditiva passou de 14% em 2000 para 24% em 2010, totalizando 45,6 milhões de pessoas, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Há quem diga que tamanho aumento é fruto de alteração na metodologia da pesquisa. Outros veem uma mudança comportamental do entrevistado que, ao sentir-se mais respeitado em seus direitos, resolveu admitir sua condição.

O fato é que as pessoas com deficiência são um grande mercado consumidor. Porém, boa parte dos estabelecimentos comerciais do país não está preparada para receber tal público. Mas promover a inclusão desse grupo não se limita ao interesse mercadológico; é uma obrigação social e demonstração de respeito pelo próximo.

Quanto aos negócios, o dono da empresa deve estabelecer uma política de atendimento. O ponto de partida é o bom senso. A pessoa com deficiência não quer superproteção ao entrar numa loja ou solicitar um serviço. Não superestime nem subestime suas dificuldades e possibilidades. Ofereça ajuda e aguarde o consentimento antes de agir.

No caso de cadeirante, a locomoção pede cuidados. Daí a importância de rampas, piso sem irregularidades e espaço suficiente para o deslocamento. Lembre-se: cadeira de rodas, muleta e bengala são praticamente extensões do corpo e não devem ser manuseadas sem autorização.

Se o cliente tem problema auditivo, fale naturalmente e com calma. Certifique-se de que ele vê seus lábios e, se precisar, comunique-se com bilhetes ou gestos.

No caso de pessoa com deficiência visual, o primeiro contato pode ser um toque no braço. Em seguida identifique-se e ofereça auxílio. Jamais se afaste sem avisar e se for levá-la junto, dê seu braço ou ombro para segurar, sem nunca puxá-la.

As adaptações do estabelecimento incluem portas mais largas nos banheiros, torneiras e secadores automáticos. Ajuste também a comunicação: placas indicativas, cardápio em braille e *site* que permite atendimento de internautas com baixa visão e ferramenta de voz para aqueles sem nenhuma visão são bem-vindos.

Adequações assim só trazem benefícios. Mostram tino comercial, responsabilidade social e valorizam a imagem da empresa.

DEFICIENTES FÍSICOS SÃO BARRADOS E RECLAMAM DE FALTA DE ESPAÇO NA REABERTURA DO MARACANÃ

Torcedores alegam que, mesmo com uma chegada bastante antecipada na bilheteria do Maracanã, não conseguiram ingresso para o amistoso Brasil x Inglaterra.

Fonte: Lance!Net – Eduardo Mendes, Rodrigo Vessoni e Thiago Salata – 19/06/2013

Cerca de 15 portadores de necessidades especiais protestam em uma das bilheterias do Maracanã pela falta de ingresso para assistir Brasil x Inglaterra, amistoso que será disputado neste domingo, a partir das 16h. Os torcedores, que mostram

suas carteirinhas, alegam que chegaram cedo ao estádio e, mesmo assim, não conseguiram bilhetes para acompanhar a partida.

De acordo com um dos funcionários da bilheteria responsável pela troca de ingressos aos deficientes físicos, houve uma imensa fila nas primeiras horas do dia e todos os ingressos que estavam disponíveis foram esgotados em poucos minutos. Revoltados, alguns pediam o "Velho Maraca" de volta, outros lembravam da facilidade de acesso ao Engenho e até mesmo em estádio de menor capacidade, como São Januário.

O jornal "O Globo" noticiou neste domingo que os acessos disponíveis a portadores de necessidade especiais somariam 7.488 lugares, que seriam ocupados por pessoas com deficiência visual e auditiva, com mobilidade reduzida, cadeirantes com acompanhante e até obesos. Vale lembrar que esse número de acessos poderia ser bem menor se não fossem as atuações do Ministério Público Federal (MPF) e do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) que, no ano passado, entraram com uma Ação Civil Pública (ACP) na Justiça Federal com pedido de liminar para que os responsáveis pela obra do Maracanã ajustem o projeto de reforma do estádio de acordo com a lei federal que obriga a reserva de 4% do total de assentos. No projeto executivo inicial, apenas 285 dos 79.313 lugares (0,35%) teriam tal destinação.

BRASILEIRO É PREMIADO EM CONGRESSO INTERNACIONAL DE SURDEZ

Anderson das Neves faz pós-graduação em Psicologia na Unesp de Bauru, com Bolsa da FAPESP, orientado pela professora Ana Claudia Verdu.

Fonte: Exame – 19/06/2013

São Paulo - O mestrando em Psicologia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Anderson Jonas das Neves, foi premiado no II Congresso Internacional de Surdez, Implante Coclear, Próteses Auditivas e Cirurgicamente Implantáveis (*Hearing*), realizado em maio em São Paulo.

O trabalho "Correspondência na Fala em Leitura e em Nomeação de Sentenças em Crianças com Deficiência Auditiva Pré-Lingual Usuárias de Implante Coclear" ficou em primeiro lugar na categoria Fonoaudiologia.

Neves, que tem Bolsa da FAPESP, foi orientado no trabalho pela professora Ana Claudia Moreira Almeida Verdu, da Faculdade de Ciências da Unesp, e pelas pesquisadoras Adriane de Lima Mortari Moret e Leandra Tabanez do Nascimento.

Segundo Verdu, o trabalho é resultado de uma parceria entre unidades da Unesp, da Universidade de São Paulo e da Universidade Federal de São Carlos, no âmbito do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia sobre Comportamento, Cognição e Ensino (INCT-ECCE).

"Estudamos o funcionamento simbólico em crianças com deficiência auditiva pré-lingual, isto é, privadas de estimulação sonora, mesmo antes de aprenderem a falar, mas que receberam o implante coclear – aparelho colocado cirurgicamente na parte interna do ouvido e que restabelece a detecção sonora –, portanto necessitam aprender a dar significados aos sons da fala", disse Verdu.

Na maior parte das crianças usuárias do implante coclear, aprender a ouvir e a falar ocorre incidentalmente pelo uso do implante e pelo estabelecimento de interações verbais com as pessoas. Porém, em uma parcela desta população, as funções de ouvir e de falar não ocorrem no mesmo ritmo.

Verdu explica que as pesquisas têm sido realizadas no processo de reabilitação desses indivíduos e um dos aspectos focalizados é o "treinamento de habilidades auditivas" e as relações que o ouvir estabelecem com o falar.

É PRECISO LUTAR CONTRA A "INSTITUCIONALIZAÇÃO" DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Avaliação é de Tuca Munhoz, secretário adjunto da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida de São Paulo.

Fonte: CUT São Paulo – Flaviana Serafim – 19/06/2013

A manhã do III Encontro Estadual da Pessoa com Deficiência, realizado pela CUT São Paulo no último sábado (15) na capital paulista, foi marcada por debates a respeito de políticas públicas e de ações do movimento social necessárias para a garantia de direitos a essa população.

Segundo o Censo 2012, mais de 45 milhões de pessoas declararam ter ao menos uma deficiência, o que significa quase 24% da população total brasileira. O índice cresceu quase 10% em uma década – no ano 2000, eram 24 milhões, ou 14,5% da população, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na mesa de abertura, o bancário Isaías Dias, membro do Coletivo da Pessoa com Deficiência da CUT/SP, disse que a maioria das categorias ainda não tem, na pauta de reivindicações, cláusulas voltadas aos direitos desses trabalhadores(as). "Queremos que isso seja uma ação comum e rotineira. Cada ramo tem sua especificidade e a função do coletivo é construir essas pautas", afirmou.

Flávio Henrique Sousa, coordenador nacional do Coletivo da Pessoa com Deficiência da CUT, criticou a falta de prioridade para a questão dentro do próprio movimento sindical e cobrou maior engajamento dos dirigentes. "Não podemos deixar de fazer a discussão sobre o compromisso de cada dirigente. Muitos destes 45 milhões de pessoas, apontadas pelo IBGE, adquiriram deficiência a partir do trabalho. Por isso, é preciso fazer esse debate porque quando discutimos trabalho decente, é para todos, não só para as pessoas com deficiência", ressaltou.

DEFICIÊNCIA INSTITUCIONALIZADA

Em sua análise de conjuntura, na segunda mesa do encontro, o professor Antonio Carlos "Tuca" Munhoz, secretário adjunto da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida de São Paulo, destacou a necessidade de lutar contra a institucionalização das pessoas deficientes, ou seja, daquelas que vivem em asilos, em locais que se transformaram em "moradia compulsória" seja por falta de opção, de assistência ou de políticas públicas.

Após visita recente feita a uma dessas instituições, ele comentou o choque que sentiu ao saber que a entidade decidiu retirar a cadeira motorizada de alguns dos atendidos. "Achei isso uma crueldade porque as pessoas moram lá dentro e não tem opção de sair. E a única coisa que dava possibilidade de locomoção foi tirada delas com a alegação de que estavam engordando, sem fazer exercício", lamentou.

Para Sousa, do Coletivo Nacional, há entidades que segregam e são contra a inclusão efetiva "porque, no dia em que forem incluídas todas as pessoas com deficiência de fato, com direitos e deveres, essas entidades deixarão de receber recursos estrondosos do poder público", criticou o dirigente cutista.

Na avaliação de "Tuca" Munhoz, essas instituições fazem com que a vida da pessoa com deficiência seja pior que a de um presidiário e defendeu não só políticas públicas, mas também solidariedade para impedir essas situações degradantes. "Se uma pessoa comete o pior crime, a pena máxima é de 30 anos de prisão. Uma pessoa com deficiência, que tem uma condição social e familiar que não dê condições de atendimento em casa e na comunidade, fica a vida toda numa instituição".

Produtor e realizador do vídeo documentário *Cenas da Exclusão – Pessoas com Deficiência em Instituições Totais*, "Tuca" Munhoz alertou, ainda, para o "lado que não se vê" na realidade dessa população. "Essas instituições são invisíveis. Quem sabe delas? O próprio movimento social das pessoas com deficiência não sabe", ponderou.

Nesse contexto, o secretário adjunto disse, ainda, que a situação está profundamente ligada à relação da deficiência com a pobreza, piorada com a falta de assistência e de

políticas públicas, e que, diante da falta de estrutura e apoio, leva às famílias a deixar seus parentes “nessas instituições que têm até cemitério próprio – ou seja, a pessoa deficiente não sai de lá nem morta. Essa é uma realidade com a qual não podemos conviver”, finalizou.

SISTEMA “CRIA” PESSOAS DEFICIENTES

Nas intervenções após a segunda mesa de debates, os participantes chamaram atenção para o modelo capitalista no qual vivemos, que tem gerado cada vez trabalhadores(as) com deficiência, como é o caso do ramo bancário, metalúrgico e da indústria da alimentação.

Na avaliação dos presentes no encontro, os trabalhadores(as) reabilitados – lesionados em função de sua atividade profissional – precisam ter garantido seu lugar no mercado, mas casos desse tipo não deviam ser considerados na porcentagem de cotas de contratação de pessoas com deficiência que as empresas a partir de 100 funcionários precisam cumprir.

O III Encontro Estadual da Pessoa com Deficiência contou com a presença de dirigentes dos bancários, químicos, metalúrgicos, seguridade social, da educação, construção civil e aposentados.

MANIFESTANTES COM DEFICIÊNCIA SAEM ÀS RUAS PEDINDO INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE

Pessoas com deficiência em todo Brasil se preparam para participar das manifestações. As palavras de ordem são acessibilidade e inclusão já.

Veja, a seguir, algumas imagens.

Fonte: Inclusive – inclusão e cidadania – 20/06/2013



Rio de Janeiro – RJ



Botucatu – SP



Maringá - PR



João Pessoa – PB



O manifesto de Catarina, que tem atrofia muscular espinhal, cantando “vem pra rua, vem”.

CNEC SANTO ÂNGELO DISPONIBILIZA EQUIPAMENTO QUE AUXILIA NA LEITURA DE DEFICIENTES VISUAIS

Scanner permite codificar textos e transformá-los em áudio

Fonte: Jornal das Missões – 24/06/2013



Antes do *scanner*, Deglin dependia da mãe para acompanhar a leitura de um livro.

Preocupada com a inclusão e acessibilidade à informação, a CNEC Santo Ângelo tem estado atenta aos lançamentos tecnológicos para garantir os melhores serviços aos seus alunos. Uma das últimas aquisições da rede, acessível tanto ao leso quanto ao Colégio Cenecista Sepé Tiaraju, é um *scanner* capaz de codificar textos e transformá-los em áudio.

O aparelho usa a mais recente tecnologia para o reconhecimento e leitura de caracteres de uma maneira clara, permitindo, assim, que o aluno tenha acesso a todas as obras, inclusive aquelas que não foram passadas para o braille.

Conforme explica o diretor da CNEC Santo Ângelo, Júlio Cesar Lindemann, aquisições como estas demonstram o verdadeiro comprometimento em disponibilizar o melhor serviço para todos os alunos, inclusive para aqueles que necessitam de atendimento diferenciado. "Estamos atentos às inovações tecnológicas, práticas e didáticas que venham a facilitar a formação educacional dos nossos alunos, entendendo isso como um dever", completa.

De acordo com a professora Débora Scherer de Escobar, com o uso deste recurso os alunos podem desempenhar desde tarefas simples até as mais complexas. "Com o uso do scanner podemos digitalizar livros para serem lidos através de um editor de texto com voz sintetizada, o que facilita e agiliza o acesso à informação", destaca.

Outra característica importante é o fato de o aluno poder gravar o material e levá-lo para casa. A acadêmica do curso de Pedagogia do leso, Deglin Voltz, conta que antes da biblioteca disponibilizar a ferramenta era sua mãe quem fazia a leitura das obras. "Às vezes ela cansava, mas eu queria saber mais daquele livro. Agora é diferente, eu pego o material, já em áudio, e ouço em casa quando quero", comenta.

A utilização do scanner também fez com que a acadêmica utilizasse diariamente o computador. Muito organizada, Deglin tem todos os livros e materiais acadêmicos dentro de seu *notebook*. Conduz com facilidade os programas e acessa rapidamente os arquivos existentes.

Com o aluno da 8ª série do Colégio Sepé Tiaraju não é diferente. Arthur Pacheco Callegaro conta que consegue acompanhar todos os conteúdos trabalhados pelos

professores naturalmente. Conforme a professora Débora, além das ferramentas especiais que auxiliam o acesso à informação, os alunos contam com acompanhamento especial na sala de Atendimento Educacional Especializado, no turno inverso ao das aulas.

PAIS DE AUTISTAS BUSCAM ESCOLA PARA DESENVOLVIMENTO SOCIAL DOS FILHOS

Para 53% dos pais de crianças autistas, o principal motivo para levarem seus filhos à escola é o desenvolvimento social.

Fonte: UOL Educação – Lara de Deus – 24/06/2013

Esse é o resultado de uma pesquisa realizada na FMUSP (Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo). Apenas 18% acreditam que a escola desenvolve a aprendizagem, a independência, a comunicação e o comportamento dessas crianças.

No entanto, a contribuição positiva da escola para as crianças com espectro do autismo é quase unanimidade entre os seus cuidadores, chegando a 85%.

Este foco no desenvolvimento social é diferente da expectativa tradicional da educação e pode ser explicado por o espectro do autismo afetar principalmente a interação da criança com outras pessoas, segundo a definição da Classificação Internacional das Doenças, necessitando que o espaço escolar também auxilie neste processo.

A autora da pesquisa "Autismo e escola: perspectiva de pais e professores", a fonoaudióloga Ana Gabriela Lopes Pimentel, explica que "a falta de menção de resultados educacionais pode ser devido a um de dois fatores: ou o potencial educativo das crianças e adolescentes com autismo está sendo subestimado, ou os resultados escolares estão sendo ignorados pelas pessoas que devem compartilhar a responsabilidade por sua qualidade".

MAIORIA ESTÁ NA ESCOLA

Ana Gabriela iniciou os estudos em 2010 indagando-se sobre o processo de inserção escolar das crianças com espectro do autismo. Na primeira etapa, entrevistou individualmente 56 cuidadores de crianças com o diagnóstico do espectro do autismo enquanto seus filhos estavam na terapia fonoaudiológica.

A maioria dos pacientes era composta por meninos e a idade deles variou entre 3 e 16 anos.

Quantitativamente, a escolarização dos filhos destes entrevistados era grande — 54 crianças, o que corresponde a 96,4%. A opção pela educação regular foi feita por 85% dos cuidadores. Ana Gabriela também constatou que 100% das crianças cujos cuidadores afirmaram não ver benefícios na escolarização contavam apenas com um professor em sala de aula.

EDUCADORES

Em geral, os educadores afirmaram ter o apoio da escola no processo de educação destas crianças, mas perceberam que falta respaldo tecnológico. O questionário aplicado a 51 professores, do ensino regular e especial, pedia para eles avaliarem a contribuição escolar para os alunos com autismo e a dificuldade que sentiam durante o processo de aprendizagem.

As áreas que os professores relataram ter mais dificuldade em seu trabalho diário em crianças com o diagnóstico do espectro do autismo foram a comunicação, a aprendizagem e o comportamento. Já a contribuição da escola e de seus trabalhos foi mais citada no desenvolvimento das áreas de comunicação e relações interpessoais destas crianças. Entre pedir informações e objetos, comentar fatos, interagir, focalizar o assunto e protestar, estes professores relataram que a maior dificuldade é em interagir.

Os profissionais também responderam, em sua maioria, que a agressão a si ou a outros colegas foi o comportamento menos observado durante os anos de trabalho com crianças autistas.

SECRETARIA DA SAÚDE USA INDEVIDAMENTE VAGAS DE DEFICIENTE FÍSICO E DE IDOSO

Fonte: Folha de São Paulo – Chico Felitti – 25/06/2013

O estacionamento da Secretaria de Estado da Saúde, na Avenida Doutor Arnaldo, geralmente está com o estacionamento cheio. Os manobristas contratados pelo órgão público dão um jeito de parar os carros que não cessam de chegar nas vagas disponíveis, quase sempre ocupadas.

Repleto mesmo: até as vagas reservadas por lei para pessoas com deficiência física e idosos são usadas para estacionar carros de funcionários da repartição, em Pinheiros, e de visitantes.



Carro estacionado pelo manobrista da Secretaria de Estado da Saúde em vaga para deficiente físico.

A reportagem esteve no prédio em dois dias na última semana e as vagas sinalizadas com o desenho de um homem usando cadeira de rodas estavam ocupadas por carros que não tinham o selo de veículo adaptado para deficiente físico, em ambas as ocasiões. O mesmo aconteceu com os espaços marcados com a palavra idoso.

Os veículos que ocupavam os lugares reservados tinham a identificação numérica que os manobristas do local usam para identificar cada carro que entra.

OUTRO LADO

Procurada, a secretaria se pronunciou por nota. Leia abaixo:

“A Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo esclarece que os funcionários da empresa Maxpark, responsável pelo serviço de *valet* no estacionamento da Avenida Doutor Arnaldo, removem os carros das vagas preferenciais sempre que constata a chegada de veículos de pessoas com deficiência.

É importante ressaltar que as vagas demarcadas não são exclusivas, isto é, na ausência de pessoas com deficiência, seu uso é livre.

Há, portanto, no estacionamento da Secretaria, o devido respeito à preferência pelos veículos de pessoas com deficiência nas vagas em questão.”

CALÇADAS COM ACESSIBILIDADE TERÃO DESCONTO NO IPTU

Os proprietários de imóveis de Arapiraca que possuírem calçadas com acessibilidade adequada podem ganhar desconto especial no pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

Fonte: Já é Notícia – 25/06/2013

Conforme prevê a Nova Planta de Valores e o Novo Código Tributário do Município, para a conquista do benefício, além de ter o pavimento plano e na altura padrão em relação à rua, a calçada deve garantir a acessibilidade para cadeirantes, inclusive com a pintura de orientação apropriada. Segundo a secretária de Economia e Finanças, Rosa Lira, a medida tem o apoio da prefeita Célia Rocha (PTB), como forma de compensação ao cidadão consciente que pode colaborar com o bem-estar coletivo e uma melhor qualidade de vida em sociedade.

Os contribuintes terão dois descontos, sendo um extra de 5%, além do incentivo previsto para o pagamento da cota única.

Rosa Lira adiantou que a ideia é eliminar, de forma gradativa, as calçadas esburacadas, sem pavimento e desniveladas em todo o município.

Outra medida a favor do contribuinte refere-se aos terrenos que possuírem área de preservação permanente.

De acordo com a nova lei, os imóveis terão o valor do terreno reduzido conforme a base de cálculo do pagamento do IPTU, seguindo a aplicação das variantes previstas no documento, a fim de garantir a preservação do meio ambiente e de seus mananciais existentes no município.

MILAGRE EM MARRAKECH – TRATADO PELO LIVRO ACESSÍVEL DEVE SER ASSINADO NA SEXTA-FEIRA

O acordo foi alcançado com forte participação do Brasil.

Fonte: Inclusive – inclusão e cidadania – 26/06/2013

Marrakech, Marrocos – O clima foi de festa na *Marrakesh Palais des Congrès* para saudar o sucesso dos negociadores da Organização Mundial de Propriedade Intelectual – OMPI, na tentativa de elaborar um projeto de texto do tratado de consenso. Depois de um começo de semana difícil, os delegados chegaram a um acordo e os corredores do centro de conferências ecoaram com risos e parabéns. Lágrimas de alegria foram derramadas com a maioria comemorando o acordo histórico. Pessoas com deficiência visual e da sociedade civil estavam em êxtase.

O projeto informal de texto final consolidado foi alcançado tarde da noite, e todos os artigos foram adotados por uma sala cheia de pessoas. O texto agora está no comitê de redação que irá garantir que todas as versões linguísticas diferentes sejam consistentes e compatíveis.

Membros da OMPI estão reunidos em Marrakesh, Marrocos de 17 a 28 de junho para finalizar o tratado sobre limitações e exceções aos direitos autorais para cegos e deficientes visuais, permitindo-lhes um melhor acesso sem-fronteira aos livros.

Para a comunidade de deficientes visuais, isso é visto como nada menos que um milagre. Após 10 dias de duras negociações, Dan Pescod, que lidera a campanha da União Mundial de Cegos – União Europeia para o tratado, confessando exaustão, disse, antes do texto estar disponível “parte de mim quer ver o texto na minha frente e outra parte sente que este é um dia histórico de muitos anos na tomada.”

Maryanne Diamond, ex-presidente da União Mundial de Cegos, disse que todas as questões que importavam para os cegos tinham sido abordadas. “Nós ainda estamos em choque”, disse ela, acrescentando que “este é o começo de mudar o mundo para as pessoas cegas.”

Pablo Lecuona da União de Cegos da América Latina, disse que nos últimos cinco anos, a comunidade cega pressionou para o reconhecimento do problema do acesso aos livros para pessoas com deficiência visual. "Agora temos um tratado", mas completou que eles têm ainda trabalho pela frente, que é a ratificação e implementação deste tratado nos países para que ele seja uma ferramenta eficaz para que as pessoas cegas podem ter acesso a mais livros.

"Estou impressionado. Foi tão difícil ... não deveria ter sido tão difícil", disse Jamie Love, um forte defensor do tratado. "Demorou cinco anos de trabalho duro, quando poderia ter sido muito mais rápido, mas as pessoas realmente mudaram de ideia quando eles se conheceram pessoas cegas. Você pode ver uma mudança de atitude em muitos delegados", disse ele.

"Os delegados da União Europeia e Estados Unidos encontraram uma maneira de contornar o *lobby* da indústria", até mesmo dentro da indústria, acrescentou, houve uma mudança de atitude, com alguns lobistas empurrando, dando pra trás. Jim Fruchterman, o chefe da *Benetech*, da *Bookshare*, uma plataforma digital que fornece livros de formato especial para as pessoas com deficiência visual, disse: "Estamos extremamente entusiasmados com o tratado. Nós temos a tecnologia e temos o conteúdo, agora temos um regime jurídico para tornar possível a todas as pessoas com deficiência no planeta obter acesso aos livros que eles precisam para a educação, emprego e inclusão social."

DELEGADOS EM ÉXTASE

O nível de entusiasmo era o mesmo entre os delegados dos países menos desenvolvidos, dos países desenvolvidos ou em desenvolvimento.

Justin Hughes, um delegado dos EUA, disse "Foi um prazer trabalhar com o Brasil, a União Europeia e o México nos primeiros dias para tentar obter o primeiro texto de colaboração em conjunto. Obviamente é maravilhoso ver o texto vir a ser concretizado."

Outro representante dos países desenvolvidos do Grupo B, disse que o texto foi equilibrado, como um delegado da União Europeia: "Todo mundo está muito feliz, muito satisfeito." Um delegado do Grupo Africano, disse, "é um milagre."

Em uma ocorrência rara, todas as delegações, bem como a sociedade civil, celebrando em uníssono um tratado que tem as características de servir os direitos humanos.

O entusiasmo não foi tão marcado no lado de editores. Uma fonte da indústria editorial disse que o texto era "muito equilibrado" e que "havia algo nele para todo mundo." Visivelmente o texto não é a sua plena satisfação, mas a maioria dos entrevistados disse que estava feliz pelas pessoas com deficiência visual.

O Diretor Geral da OMPI, Francis Gurry, disse aos observadores que o tratado tinha sido impulsionado por organizações não-governamentais e não era apenas um tratado, mas um bom tratado. Ele estendeu "sua profunda gratidão" para o que ele descreve como "um resultado verdadeiramente histórico".

"É uma grande coisa para a OMPI, para a propriedade intelectual, para o sistema multilateral, mas, acima de tudo, para as pessoas com deficiência visual", disse Gurry. Ele foi saudado por aplausos. Os participantes elogiaram amplamente o trabalho do secretariado da WIPO.

Depois de um começo de semana difícil, quando o progresso era muito limitado em questões sobre as quais as delegações resistiram, o alívio veio pela primeira vez no último sábado, quando foi alcançado um acordo sobre o teste de três etapas e o chamado *gap* de Berna (IPW, a OMPI, 24 de junho de 2013).

ACORDO SOBRE QUESTÕES DIFÍCEIS

Desde então, houve pressão para encontrar um acordo e os representantes com deficiência visual ficaram preocupados com a natureza do tratado. Entre as questões pendentes que só foram resolvidas ontem, estão a disponibilidade comercial,

direito de distribuição para os indivíduos e direito de tradução.

A questão da disponibilidade comercial foi resolvida ontem. Pessoas com deficiência visual e países em desenvolvimento queriam que isso ficasse fora do tratado, os editores e os países desenvolvidos queriam que fosse incluído. Finalmente, a disponibilidade comercial ainda está no artigo 4º (Limitações e Exceções em Formato Acessível), mas desapareceu do artigo 5º (*cross-border* troca de formato cópias acessíveis).

A questão do direito de distribuição a pessoas físicas foi resolvida depois de "algumas garantias adicionais e alguns mecanismos adicionais de partilha de informação" e foram adicionadas ao texto, de acordo com Hughes.

O texto voltará ao plenário para ser analisado e adotado, depois de ter sido através do comitê de redação, na quinta-feira de manhã, disse o secretariado da WIPO, e países vão apresentar as suas observações sobre o tratado nesta ocasião.

MINAS LANÇA PLANO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Com o objetivo de fortalecer as políticas públicas para as pessoas com deficiência no Estado de Minas Gerais, o governo mineiro, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), lançou o Minas Inclui.

Fonte: Correio do Vale do Rio Grande – Ascom Cássio Soares – 26/06/2013

Durante a solenidade de lançamento, que contou com a presença do secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Antônio José Ferreira, o secretário da Sedese, Cássio Soares, oficializou a adesão de Minas ao Plano Viver Sem Limite, do governo federal.

Cássio Soares destacou a importância desse Plano na promoção, integração e articulação das políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência. "O Minas Inclui será executado pelo governo de Minas Gerais, em parceria com a União, municípios e a sociedade para que os direitos dessas pessoas sejam garantidos de forma plena e equitativa", afirmou.

Ainda segundo o secretário, 18 órgãos do governo de Minas Gerais estão envolvidos nessa iniciativa e a expectativa é ampliar os envolvidos nesse pacto. "Cerca de R\$ 500 milhões serão investidos até 2015 para ampliar, favorecer e fortalecer a inclusão social e a proteção aos direitos humanos desse segmento", garantiu.

O secretário nacional Antônio José Ferreira disse que as ações que Minas vem executando irão deixar um legado aos mineiros e a toda a sociedade. "É importante que as pessoas com deficiência tenham todos os seus direitos garantidos e Minas não tem medido esforços para isso".

O Plano Minas Inclui foi construído de forma coletiva entre diversos órgãos que executam as políticas públicas em Minas, instituído por meio do Decreto Estadual nº 46.264/2013, e em sintonia com o Plano Viver sem Limite. Pautados na temática da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, da Organização das Nações Unidas (ONU), o plano foi organizado em cinco eixos: Saúde, Reabilitação, Órtese e Prótese; Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Trabalho e Qualificação Profissional; Acessibilidade e Tecnologia Assistiva e, por fim, Proteção Social, Segurança e Acesso à Justiça.

CENTRAL LIBRAS

O Estado de Minas Gerais irá contar com três Centrais de Interpretação de Libras (CIL), para garantir o atendimento de qualidade às pessoas com deficiência auditiva, por meio de serviços de tradução e interpretação, bem como facilitar o acesso a serviços públicos.

A Central de Interpretação de Libras vai funcionar de forma virtual, por meio de um chat de comunicação em que o intérprete vai se comunicar por intermédio das libras (Língua Brasileira de Sinais), facilitando o acesso dos deficientes au-

ditivos a diversos tipos de serviços, com a ajuda de profissionais incumbidos de realizar o acompanhamento dessas pessoas aos serviços que foram agendados. Será possível, por exemplo, marcar consultas médicas, atendimento jurídico e alguns serviços bancários pela *internet*. A previsão é que o serviço comece a funcionar no primeiro semestre deste ano.

A ação é uma parceria entre o Governo de Minas e a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

DADOS

De acordo com dados divulgados em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 23,92 % da população brasileira apresenta algum tipo de deficiência, o que reforça a necessidade de políticas específicas para esse público. Em Minas Gerais, esse segmento representa 22,62% da população, sendo a maior incidência entre as mulheres.

Ainda de acordo com o IBGE, em Minas Gerais a deficiência visual representa 55,5% dos casos no Estado. Em seguida está deficiência motora (22,9%), deficiência auditiva (16,6%) e deficiências mental/intelectual (5%).

AUTISMO ALTERA CONEXÕES CEREBRAIS E AFETA HABILIDADES SENSORIAIS DAS CRIANÇAS

Pesquisa sugere que danos causados pelo autismo infantil ultrapassam áreas das habilidades sociais e de comunicação.

Fonte: SIS Saúde – 26/06/2013

Cientistas da *San Diego State University*, nos EUA, descobriram que o autismo em crianças afeta não só as habilidades sociais, mas também uma ampla gama de habilidades sensoriais e motoras.

A equipe identificou que a conectividade entre o tálamo, estrutura profunda do cérebro fundamental para as funções sensoriais e motoras, e o córtex cerebral, camada externa do cérebro, é prejudicada em crianças com transtornos do espectro do autismo (ASD).

Segundo a líder da pesquisa Aarti Nair, o estudo é o primeiro de seu tipo, combinando técnicas de imagem anatômicas e funcionais de ressonância magnética (fMRI) e tensor de difusão (DTI) a examinar as conexões entre o córtex cerebral e o tálamo.

Nair e seus colegas analisaram mais de 50 crianças, ambas com e sem autismo.

COMUNICAÇÃO CEREBRAL

O tálamo é uma estrutura fundamental do cérebro para muitas funções, tais como visão, audição, controle de movimento e atenção. Nas crianças com autismo, as vias que ligam o córtex cerebral e o tálamo são afetadas, o que indica que estas duas partes do cérebro não se comunicam bem umas com as outras.

“Esse comprometimento da conectividade sugere que o autismo não é simplesmente uma doença de habilidades sociais e de comunicação, mas também afeta uma ampla gama de sistemas sensoriais e motores”, afirmam os autores.

Embora os resultados apresentados neste estudo sejam novos, são consistentes com a evidência crescente de anormalidades motoras e sensoriais no autismo. Eles sugerem que os critérios de diagnóstico para o autismo, que enfatizam o prejuízo social e comunicativo, podem deixar de considerar o amplo espectro de problemas que crianças com autismo experimentam.

MP RECOMENDA ACESSO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA A SHOWS

A Promotoria de Justiça de Defesa das Pessoas com Deficiência emitiu Recomendação, nesta terça-feira (25), às empresas organizadoras de shows no município de São Luís, para que deem cumprimento às normas relativas ao direito de acessibilidade.

Fonte: Imirante.globo.com – 26/06/2013

A Promotoria de Justiça de Defesa das Pessoas com Deficiência emitiu Recomendação, nesta terça-feira (25), às empresas organizadoras de *shows* no município de São Luís, para que deem cumprimento às normas que disciplinam o direito à acessibilidade das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida em seus eventos.

Na Recomendação, foi fixado o prazo de 60 dias, a fim de que as empresas realizem as devidas adequações das casas onde promovem os espetáculos.

O promotor de justiça Ronald Pereira dos Santos, titular da Promotoria de Defesa das Pessoas com Deficiência, justificou a medida como uma forma de fazer cumprir diversos dispositivos legais, entre eles a Lei nº 7853/89, que, em seu artigo 2º, “elencas que cabe ao Poder Público e seus órgãos assegurar às pessoas com deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico”.

De acordo com o membro do Ministério Público, a Recomendação foi motivada também pelas constantes reclamações de pessoas com deficiência em sua Promotoria acerca da inexistência de acessibilidade em *shows* produzidos por empresas especializadas em organização de eventos.

AMAZONENSE CRIA APLICATIVO PARA AUXILIAR PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Códigos QR podem ser codificados por *smartphones*.

Fonte: Assistiva – 28/06/2013

Imagine um aplicativo leitor de códigos QR para *smartphones* capaz de auxiliar deficientes visuais na identificação de objetos. Um aplicativo capaz de escanear o código QR afixado, por exemplo, em um *tablet* e que, em seguida, literalmente “fale” o nome e outras informações sobre esse objeto.

Essa ideia foi transformada em realidade pela tecnóloga em processamento de dados Kamila Marques de Brito que, em seu trabalho de conclusão de curso, no ano passado, criou um protótipo de aplicativo que batizou de “QRSPEECH”. Kamila estudou na Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

“Ele tem esse nome porque eu juntei a palavra QR, que é o tipo de código que ele é capaz de ler e a palavra “*speech*”, que vem do inglês e significa “fala”. *Speech* também é o nome de uma tecnologia que o aplicativo utiliza, chamada *Text-to-Speech*, que transforma texto em voz”, explicou Kamila.

QR é um código de barras em 2D que pode ser escaneado pela câmera fotográfica de *smartphones*. Esse código, após a decodificação, passa a ser um áudio informativo. O QR é bastante utilizado como código que, depois de decodificado, se transforma conteúdo textual publicado na *internet*.

“O código QR é muito popular hoje em dia, utilizado em *smartphones* e tem sua patente aberta, ou seja, qualquer pessoa pode utilizar. O que me chamou a aten-

ção para utilizá-lo no meu trabalho foi o fato dele poder ser gerado facilmente, hoje em dia existem muitos *sites* e até mesmo aplicativos para *smartphones* capazes de criar códigos QR com o conteúdo que o usuário desejar, eu vi isso como uma facilidade para o usuário e de custo quase zero”, disse Kamila.

O QRSPEECH pode auxiliar, por exemplo, deficientes a identificarem objetos dentro de casa. “Ele pode etiquetar as coisas dentro de casa como as roupas. Seria possível a identificação das peças cor ou modelo”, contou.

Uma das dificuldades que Kamila pretende superar em estudos futuros é auxiliar o deficiente usuário do aplicativo a posicionar a câmera do celular para escanear o código QR com facilidade. “É possível, mas um tanto complicado para um deficiente visual posicionar a câmera no ponto ideal para o aplicativo ler o código. É possível porque eles têm o tato muito aguçado, mas minha ideia inicial é implantar um *feedback* sonoro que oriente se é preciso colocar a câmera mais pra cima, para baixo, direita, esquerda ou aproximar.

A tecnóloga avalia que são poucas as ferramentas e aplicações direcionadas para os deficientes visuais. A partir dessa carência e da popularização dos *smartphones*, surgiu a ideia de criar o QRSPEECH. “Tive a ideia de desenvolver uma aplicação que pudesse ajudar os deficientes e que fosse de fácil acesso para eles, sem que houvesse a necessidade de adquirir um aparelho específico”, destacou.

Anderson Cavalcanti, que é deficiente visual e colega de Kamila no curso de tecnólogo em processamento de dados, testou o QRSPEECH. “Ele foi um dos meus principais incentivos para a realização desse trabalho, a reação dele ao me ouvir falar sobre o aplicativo ainda no início das pesquisas me deixou realmente feliz e empolgada”, contou.

A participação de Anderson foi fundamental durante o trabalho. “Ele deu algumas sugestões para aperfeiçoar o QRSPEECH. Quando eu terminei o primeiro protótipo e pedi pra ele fazer os testes, a reação dele era de alegria e gratidão, foi quando eu soube que meu trabalho havia realmente ajudado alguém”, relatou.

Kamila vai iniciar no mês de agosto estudos na área de reconhecimento de padrões dentro de um programa de mestrado na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

“Meu TCC foi importante para a seleção (para o mestrado) por se tratar de um projeto que envolve, mesmo que de forma muito superficial, uma forma de reconhecimento de padrão e eu acredito que isso tenha chamado a atenção de alguma forma. Essa área de estudo é muito mais complexa do que o que foi apresentado no meu trabalho, mas já era uma forma de iniciação”, contou.

A seleção ocorreu por meio de prova de títulos, análise de currículo e cartas de recomendação. O resultado foi divulgado na quinta-feira (13).

INTELBRAS LANÇA TELEFONE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O Áudioplus deve atender os cerca de 10 milhões de brasileiros que possuem algum tipo de deficiência auditiva.

Fonte: Assistiva – 28/06/2013

A Intelbras acaba de lançar no mercado brasileiro um telefone com áudio amplificado destinado a pessoas com perda auditiva de leve a moderada, o Áudioplus. O produto permite quatro níveis de ajuste do volume de recepção e se adapta a diferentes necessidades.

Segundo censo realizado pelo IBGE em 2010, cerca de 10 milhões de brasileiros possui algum tipo de deficiência auditiva, o que representa aproximadamente 5% da população. São, em sua grande maioria, pessoas com mais de 50 anos que começam a apresentar sintomas de perda auditiva ao longo da vida. Com base nestas informações, a Intelbras buscou reunir em um único telefone, o Áudioplus, todas as características que um produto para este público deve possuir: ajuste do volume de recepção, compatibilidade com aparelhos auditivos (HAC – *Hearing*

Aid Compatible), LED indicativo de chamadas, teclas grandes de fácil visualização, teclas para discagem direta e indireta, tecla mudo no monofone e duas opções de volume de campainha.

“É uma ótima oportunidade para a Intelbras, não apenas pelo grande potencial de negócio que vislumbramos neste segmento, mas também pelo fato de estarmos incluindo uma parcela da população que hoje tem dificuldade de se comunicar e não encontra produtos e empresas que atendem a suas necessidades.”, afirma Eduardo Baruffi, gerente da Intelbras. “Esta iniciativa reflete não apenas a capacidade da Intelbras de trazer produtos diferenciados para o mercado, mas também demonstra o quanto a organização leva a sério a questão da responsabilidade social.”, complementa Eduardo.

O Áudioplus pode ser encontrado em lojas especializadas na venda de aparelhos auditivos, nos principais *sites* de comércio eletrônico e também através da loja virtual da Intelbras.

DEFICIÊNCIA VISUAL: TRATADO ASSINADO ENTRE PAÍSES LATINO-AMERICANOS FACILITARÁ ACESSO À LEITURA

O objetivo do tratado é “reparar a escassez” de publicação de obras adaptadas a pessoas com deficiência visual, impedindo o acesso à leitura, à educação, ao desenvolvimento pessoal e ao trabalho em igualdade de oportunidades.

Fonte: Universo Político – 28/06/2013



Uma proposta dos governos do Brasil, do Paraguai, do Equador, da Argentina e do México, com apoio do Grupo de Países da América Latina e do Caribe, levou à definição do Tratado de Marraquexe para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas para Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou outras Deficiências para o Acesso ao Texto Impresso, durante a Conferência da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (Ompi), no Marrocos. O acordo foi assinado hoje (28).

O objetivo do tratado é “reparar a escassez” de publicação de obras adaptadas a pessoas com deficiência visual, impedindo o acesso à leitura, à educação, ao desenvolvimento pessoal e ao trabalho em igualdade de oportunidades. Pelos dados divulgados, menos de 1% das obras publicadas no mundo é convertido em formatos acessíveis às pessoas com deficiência visual e dificuldade de leitura.

A ministra da Cultura, Marta Suplicy, foi até o Marrocos, onde fica Marraquexe, para negociar os termos do acordo, e ressaltou que é fundamental cada país atuar também para aprimorar os mecanismos de acesso às pessoas com deficiência visual ou dificuldade de leitura. “O compromisso que assumimos hoje é um grande avanço em favor da garantia dos direitos das pessoas com deficiência, constituindo uma base sólida para, em nossos países, aprimorarmos nossas legislações e adotarmos novas políticas públicas”, lembrou ela.

O documento autoriza duas exceções para a livre produção e distribuição de obras em formato acessível ao grupo de pessoas com deficiência visual e dificuldade de leitura de textos impressos.

O acordo para elaborar o tratado foi uma iniciativa conjunta com o objetivo principal de aumentar a oferta de livros para pessoas cegas, com deficiência visual ou outras deficiências para o acesso ao texto impresso, “sem prejudicar a proteção efetiva dos direitos autorais nem criar impactos” sistêmicos negativos ao regime internacional.

“Estamos dando às pessoas com deficiência visual e deficiência para leitura a esperança de terem seus direitos fundamentais garantidos, promovendo a superação de barreiras concretas ao seu pleno desenvolvimento. A partir deste tratado, as pessoas com deficiência visual poderão ter acesso à leitura, à educação, ao desenvolvimento pessoal e ao trabalho em igualdade de oportunidades com as demais pessoas”, disse a ministra da Cultura.

// DOCTRINA

EVOLUINDO COM A ACESSIBILIDADE

Artigo de Mariana Baierle, jornalista – postado no *site* Três Gotinhas – 02/06/2013

Todos os conceitos dentro da ciência e da filosofia estão em constante evolução e aprimoramento. Na área da acessibilidade não poderia ser diferente. Esse foi um dos aspectos que ficou ainda mais evidente a partir do curso da professora Livia Motta, que esteve em Porto Alegre ministrando formação através do Programa Incluir da UFRGS.

Os encontros com a professora Livia evidenciaram o quanto os concursos públicos e provas de vestibular ainda precisam evoluir – e muito – em termos de acessibilidade para que candidatos com deficiência tenham condições de igualdade para sua realização.

A descrição correta, direta, objetiva e clara de uma imagem, por exemplo, pode ser fator determinante para classificar ou desclassificar um candidato. O acesso às tabelas, charges, gráficos ou imagens em qualquer prova é tão importante quanto acesso ao texto propriamente dito. Muitas questões não fazem sentido algum sem as imagens que as acompanham.

Atualmente, na maioria dos concursos e vestibulares, o candidato tem uma hora a mais para realizá-lo, contando com o auxílio de um leitor, que é também a pessoa que fará a descrição das imagens.

As descrições das imagens ficam, assim, a cargo desses leitores (alguns mais, outros menos preparados). Cada candidato com deficiência visual acaba recebendo uma descrição diferente (visto que esse é um atendimento individualizado). Ou seja, não existe uma descrição padronizada e igual para todos, pois é feita dentro do horário da prova sem um planejamento e revisão prévios. O leitor precisa ler todas as questões, preocupar-se com o ritmo de leitura, entonação e a imparcialidade da voz, além de descrever gráficos, imagens, tabelas e charges de forma objetiva e clara para o candidato.

Por mais que essa pessoa tenha boa vontade e seja preparada, trata-se de uma tarefa difícil e de grande responsabilidade. Certamente em algum quesito o candidato acaba prejudicado. Estamos falando em provas extensas, com muito conteúdo para leitura e com muito material visual para descrição.

Quem trabalha com audiodescrição e descrição de imagens estáticas, sabe o quanto não é tarefa simples descrever uma imagem – ainda mais ao vivo, sem acesso prévio às imagens da prova. É preciso técnica, estudo, preparo e muita prática para uma descrição de qualidade.

O que parece mais preocupante nisso tudo é que no momento em que cada candidato recebe uma descrição diferente, podemos supor que as condições de acesso não são exatamente iguais para todos. É evidente que a subjetividade de cada leitor pode interferir na qualidade e na precisão na descrição de cada imagem.

Nesse sentido, dentro do que foi discutido no curso, chegamos ao entendimento de que a prova de vestibular da UFRGS – ou de outras instituições – deveria vir com a descrição das imagens já pronta, de modo que o leitor precisasse apenas ler essa descrição, sem ter de construí-la improvisadamente no momento da prova. Motivos como segurança e sigilo dos concursos, evidentemente, devem ser respeitados, mas jamais podem servir como impeditivo para que os candidatos tenham acesso ao conteúdo integral das questões.

O PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE

Nessa mesma semana em que ocorreu o curso com a professora Livia Motta passei por uma situação tensa e constrangedora para conseguir realizar um concurso público. Desde o ato da inscrição, como de costume, enviei laudo médico indicando deficiência visual e solicitando que minha prova fosse realizada em fonte ampliada (*Arial Black* tamanho 22, pois é o tamanho que consigo ler).

Para minha surpresa, ao acompanhar o site do concurso para confirmar minha inscrição, verifiquei que eu teria prova com tamanho 15, muito inferior ao solicitado. Após inúmeras tentativas frustradas de ligações telefônicas e *e-mail* enviado, a resposta foi a de que não seria possível fazer minha prova em tamanho 22 porque a “fonte padrão de ampliação é a 15”.

Expliquei que tamanho 15 praticamente não é uma ampliação, pois o tamanho comum de letra é 12. Ou seja, fonte 15 não resolve a questão. Mas as pessoas que me atendiam por telefone pareciam não entender sequer sobre o que eu estava falando. Uma delas chegou a dizer que eu não me preocupasse “porque é um tamanho 15 bem grande”.

Sem nenhuma solução para o caso, já no último dia útil antes da prova, tive que ir pessoalmente até a sede da organização do concurso. Lá me mostraram um modelo de prova tamanho 15. Percebi então que a ampliação oferecida nada mais era do que um Xerox ampliado (ainda meio apagado) em tamanho A3.

A atendente insistiu que aquele era um tamanho grande. Expliquei que para quem tem menos de 10% de visão qualquer diferença – que para os outros parece mínima – para mim é muita coisa. A pessoa me disse ainda que, conforme constava no edital, as solicitações de adaptação de prova “devem seguir o Princípio da Razoabilidade e ficam a critério da banca realizadora”. Falou que eles faziam a fonte 15 porque era a maior que a gráfica tinha condições técnicas de fazer, que a prova não vinha de Porto Alegre, que era lacrada por medidas de segurança e sigilo.

Respirei fundo e respondi que imprimir uma prova em fonte 22 não era nada tão difícil ou fora do “Razoável”, basta marcar todo o texto no editor de texto e mandar imprimir. Não demora mais de dez minutos. Ela me disse que não era algo tão simples assim e que eu estava minimizando os fatos.

Percebi que o diálogo não adiantaria. Levava comigo uma notificação extrajudicial, na qual constava que eles teriam prazo de 24 horas para alterar no site o tamanho da fonte de 15 para 22. Solicitei que assinassem o recebimento. Caso o pedido não fosse contemplado, eu poderia entrar com um mandado de segurança que poderia levar à anulação do concurso. Eles assinaram a notificação e a partir daquele momento o tempo estava correndo.

Sai de lá tremendo e muito abatida, pois toda essa situação foi muito constrangedora e estressante. Sabia que eu precisava lutar por aquilo e que eu iria até o fim, pois estava buscando apenas um direito.

Essa não era uma agressão apenas contra mim individualmente, mas era algo muito maior. Era um desrespeito geral com todas as pessoas com deficiência.

Eles não estariam me fazendo um “favor” ou me dando um “benefício” em fazer a prova ampliada, estariam simplesmente cumprindo a lei. Os concursos oferecem cotas, mas não querem dar as devidas condições sequer para a realização da prova. É inacreditável.

Eu não tinha estudado para aquela prova e era um cadastro reserva. Fiquei muito abalada e até sem vontade de fazer a prova. Queria simplesmente prestar o concurso despreocupadamente, sem passar por tanto estresse e complicações.

Felizmente no final daquele mesmo dia recebi um e-mail dizendo: “excepcionalmente vamos atender seu pedido de fonte Arial Black 22”. Felizmente não precisei entrar com nenhum mandado de segurança e o concurso aconteceu. Mas “excepcionalmente” não é “Razoável”. Eles precisam atender a todos os pedidos de fonte ampliada, não somente o meu, seja naquele concurso ou nos próximos que ocorrerem.

Dessa forma, percebo que as leis e os direitos garantindo acessibilidade existem, mas ainda é preciso muito esforço para que eles sejam cumpridos. Há garantia de acessibilidade nas provas do vestibular, mas será que isso ocorre da melhor forma? E no caso dos concursos públicos, como é possível a banca estipular o tamanho de fonte que o candidato com baixa visão consegue ler?

São situações como essas que me dão a certeza de que muito ainda temos que evoluir em termos de acessibilidade no nosso país. Não basta ter uma reserva de vagas se não forem dadas condições reais de acesso e permanência nesses espaços. Não basta haver uma rampa se o cadeirante não conseguir circular por ela com autonomia. Não basta ter descrição de imagens se não for bem feita. Não basta ter uma prova ampliada se não for do tamanho que a pessoa consiga ler. Não basta haver intérprete de Libras se ele não prestar um bom serviço. Não basta ter um elevador se ele não funcionar para todos.

No fim das contas, não passei no concurso, mas certamente aprendi muito sobre o “Princípio da Razoabilidade”. E espero que a organização do concurso também tenha aprendido (para que não cometa o mesmo equívoco com os próximos candidatos).

Enfim, nada de meia acessibilidade, é preciso acessibilidade por inteiro.

OS DESAFIOS DE INCLUIR SEM EXCLUIR

Artigo de Roberta Vieira de Vargas, Professora e Pedagoga

RESUMO

O presente trabalho decorre de reflexões feitas sobre a inclusão de alunos com NEE (Necessidades Educacionais Especiais). O objetivo foi analisar a situação atual dos NEE's nas instituições de ensino, as reais dificuldades, o papel da família e a receptividade por parte dos professores. A exploração deste assunto sugeriu que tanto a escola, quanto a família deparam-se com problemas que iniciam na inserção do aluno com NEE, a receptividade por parte dos colegas e professor e a adequação do currículo que atenda as expectativas tanto do NEE quanto da escola a fim de que possa destacar as potencialidades no lugar das dificuldades. Isto se dará através de um conjunto de fatores que venham a contribuir com o processo de inclusão de todos e não resulte para a exclusão dos demais alunos que participam do processo.

Clique no *link* abaixo para ter acesso à versão integral do referido artigo.
<http://www.deficienteciente.com.br/2013/06/os-desafios-de-incluir-sem-excluir.html>

//NOTÍCIAS DO JUDICIÁRIO

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

14/06/2013

MANTIDAS LIMINARES QUE OBRIGAM MUNICÍPIO PAULISTA A CUSTEAR TRATAMENTOS

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa, negou o pedido de Suspensão de Liminar (SL) 654, feito pelo Município de Rio Grande da Serra (SP) para afastar a eficácia de 43 decisões proferidas pelo juiz de direito do foro distrital da cidade que obrigam o governo local a fornecer medicamentos a moradores que não têm condições financeiras de custear tratamentos médicos e que são amparados pela justiça gratuita. Segundo o procurador municipal, as decisões judiciais representam “grave ameaça às finanças públicas”, tendo em vista que o município tem “receitas diminutas” e o seu cumprimento integral poderá resultar na “ruína financeira” da Prefeitura. No Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), pedido para suspender as liminares também foi indeferido.

Ao decidir a questão, o ministro Joaquim Barbosa transcreveu decisões liminares concedidas em dois mandados de segurança impetrados por moradores de Rio Grande da Serra. No primeiro, o autor é portador de Retardo Mental Grave e Síndrome de Down; no segundo mandado de segurança, o morador afirma não ter condições de arcar com os custos do tratamento de Lúpus. “Dessa forma, a mera menção abstrata ao risco representado pelo cumprimento das ordens judiciais impugnadas não é suficiente para autorizar a sua suspensão, uma vez que, tratando-se de prestações relacionadas ao direito fundamental à saúde, a impugnação estatal à sua satisfação imediata deve levar em conta, na grande maioria dos casos, o perigo de que a demora no julgamento final da causa venha a comprometer o direito à vida dos cidadãos beneficiados pela tutela liminar”, afirmou.

Ao negar a suspensão dos efeitos das decisões, o ministro Joaquim Barbosa afirmou que, nos pedidos de suspensão de liminar ou segurança, é necessário comprovar de plano a ameaça de grave lesão, o que não ocorreu. “No caso em julgamento, a própria reunião de tantas decisões liminares em um mesmo pedido de suspensão é um indício de descontrole no que se refere ao cumprimento do direito constitucional à saúde pelo município requerente. Pedido de tal abrangência, ainda que autorizado pela legislação aplicável, não é recomendado para a abordagem da matéria, ante as inúmeras particularidades de cada uma das situações concretas presentes em cada uma das impetrações em que proferidas as decisões cujos efeitos se pretende suspender”, afirmou o presidente do STF.

17/06/2013

JUSTIÇA NA MANHÃ ENTREVISTA DESTACA O DIA DO ORGULHO AUTISTA

Esta terça-feira, 18 de junho, é o “Dia do Orgulho Autista”. Saiba quais são os direitos da pessoa com autismo e o que tem sido feito para promover a inclusão social desse público. Justiça na Manhã Entrevista, nesta terça-feira (18), a partir das 11 horas.

19/06/2013 – Newsletter Internacional

TRIBUNAL SUPREMO DE JUSTIÇA DA VENEZUELA DEU PROVIMENTO À AÇÃO PROPOSTA PELA DEFENSORIA PÚBLICA EM FAVOR DOS VESTIBULANDOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

A Câmara Constitucional do Tribunal Supremo de Justiça da Venezuela admitiu a ação em defesa dos direitos e interesses coletivos apresentada pela Defensora do Povo da República Bolivariana da Venezuela, Gabriela Ramirez, na defesa dos direitos coletivos e interesses das pessoas com “deficiência diversidade visual ou funcional” contra a decisão do decano da Faculdade de Ciências Humanas e Educação, Universidade Central da Venezuela (UCV), de impedi-los de participar da Avaliação Diagnóstica de Ciências Sociais Área de 2013 (EDAC), prevista para este domingo, 9 de Junho.

Foi admitida a liminar para que a Faculdade de Ciências Humanas e da Educação da Universidade acima indicada permita que as pessoas com deficiência visual que se inscreveram no período programado para esta instituição no domingo (9 de junho de 2013), na área de Avaliação Diagnóstica de Ciências Sociais 2013, para evitar a violação dos direitos humanos irreparáveis.

Neste sentido, a Sala do Máximo Tribunal, deu provimento, mantendo a medida protetiva para que o direito principal não sofra dano irreparável, determinando que: a Faculdade de Ciências Humanas e Educação UCV implemente o procedimento e forneça recursos técnicos e pessoal que permitam que os vestibulandos com diversidade funcional visuais devidamente registrado arquivo Área de Avaliação Diagnóstica do Conhecimento de Ciências Sociais 2013, participem do processo seletivo.

Para este fim, podem fazer uso do procedimento anunciado pelo Secretário Executivo do Conselho da Faculdade de Direito e Ciências Políticas, em seu escritório, datado de 28 de maio de 2013, segundo o qual uma pessoa é nomeada responsável por auxiliar os alunos com tal condição, acompanhado por um grupo de alunos, para auxiliar os requerentes enquanto realizam o teste, e que este efeito proporcionaria uma sala de aula especial, ou qualquer outro método tal como o modo digital combinado com o uso de uma forma cujo conteúdo é anotado em Braille ou a aplicação do teste por via oral. Para que dessa forma esses estudantes possam submeter-se à avaliação dentro do prazo determinado.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL (1ª REGIÃO)

10/06/2013

Deficiente visual tem direito à isenção de IPI na compra de carro a ser dirigido por seu representante

Pessoas com deficiência serão beneficiadas com isenção do IPI na aquisição de veículos destinados à locomoção de forma própria ou através de auxílio de terceiros.

Um deficiente visual procurou a Justiça Federal em Minas Gerais, mas não conseguiu o custo reduzido na compra do carro, sob o argumento de que não haveria veículo capaz de atender à sua necessidade especial. Isso porque o art. 1º, IV, da Lei nº 8.989/95, vincula a isenção do IPI às pessoas que não possam conduzir automóveis comuns.

Inconformado, o impetrante apelou ao TRF da 1ª Região, alegando que o Juízo de Minas Gerais não interpretou a lei em conformidade com a Constituição Federal, afastando o direito do deficiente visual ao benefício fiscal concedido.

Ao analisar o recurso, o relator, juiz federal convocado Wilson Alves de Souza, destacou que, de fato, a Constituição consagra a proteção aos deficientes físicos a fim de promover uma efetiva inserção dessas pessoas na sociedade. Ele esclareceu que a Lei nº 8.989/95 tem nova redação dada pela Lei nº 10.754/03, sendo, portanto, mais abrangente, pois prevê a possibilidade de isenção de IPI a pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda ou autistas, diretamente ou por intermédio de seu representante legal.

“O princípio isonômico deve nortear-se considerando as diferenças efetivamente existentes entre os indivíduos, revelando-se justo o critério de discriminação eleito pelo legislador ao beneficiar o grupo dos portadores de deficiência física com a isenção do IPI na aquisição de veículos destinados à sua locomoção, sendo esta providenciada de forma própria ou através do auxílio de terceiros, posto que flagrante a desvantagem que tais indivíduos experimentam em relação aos demais grupos sociais”, disse o relator.

Por fim, o magistrado deu provimento à apelação para conceder a isenção do IPI na aquisição de automóvel a ser dirigido para o deficiente visual, mesmo que por outra pessoa. O voto foi acompanhado pelos demais magistrados da 5ª Turma Suplementar.

Processo nº 0130729-52.2000.4.01.0000

JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE CAMPINAS

11/06/2013

Infraero terá que indenizar usuário com deficiência física

Advogado foi obrigado a abaixar a calça para vistoria do aparelho ortopédico no aeroporto de Confins.

A Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) foi condenada a pagar uma indenização por danos morais no valor de R\$ 15 mil a um advogado com problemas de locomoção, decorrente de seqüela de poliomielite. A decisão é da juíza federal Marilaine Almeida Santos, da 1ª Vara Gabinete do Juizado Especial Federal em Campinas/SP.

O advogado relatou que viajava a trabalho quando foi impedido de atravessar o portal do detector de metais do aeroporto de Confins, na Grande BH. Devido à sua doença, há a necessidade de utilização de aparelhos ortopédicos nos membros inferiores e bengalas de alumínio.

Na ocasião, o usuário foi obrigado a colocar as bengalas na esteira da máquina de raio-x e, com dificuldade de locomoção, passou pelo detector de metais, mas o alarme soou. Ele foi levado por dois agentes para uma sala reservada, onde teve que se posicionar de costas, com os braços abertos, sem nenhum auxílio, apoiando a testa na parede tentando manter o equilíbrio, o que não conseguiu. Além disso, o advogado foi obrigado a abaixar a calça para vistoria do aparelho ortopédico.

A mesma situação ocorreu algumas semanas depois, no Aeroporto de Viracopos em Campinas/SP. Segundo o autor, “embora considere lícita a revista dos passageiros com deficiências, as práticas que vêm sendo adotadas são agressivas, constrangedoras e desproporcionais, tendo-lhe causado dissabor, humilhação e indignação, sobretudo pelo fato de postar-se seminu diante de estranhos e expor suas atrofias”.

Em sua defesa, a Infraero alegou que os agentes não são seus funcionários, mas sim vinculados a empresas de segurança terceirizadas. Para a juíza, “a conduta dos referidos prestadores de serviço foi discriminatória, desproporcional e ofensiva, causando humilhação, violação da intimidade e ataque a honra subjetiva da parte autora, o que configura ato ilegal e abusivo, gerador de dano moral”.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO (15ª REGIÃO)

17/06/2013

Empregado com deficiência não tem direito à estabilidade

O Tribunal Regional do Trabalho de Campinas (SP) negou provimento ao recurso de um trabalhador com deficiência que pleiteava reintegração no quadro de funcionários.

Ele argumentava que a empresa não comprovou o preenchimento da cota para deficientes prevista no artigo 93, da Lei nº 8.213/91. Segundo a 6ª Câmara do TRT-15, a obrigatoriedade de manter a proporção não dá direito à estabilidade aos empregados beneficiados.

O autor da ação também alegou que os documentos apresentados pela empresa, que comprovam a contratação de outra funcionária, não poderiam servir de prova do cumprimento da lei. De acordo com o reclamante, a nova empregada foi admitida em dezembro de 2010, enquanto ele foi dispensado em 4 de janeiro daquele mesmo ano.

A desembargadora Ana Paula Pellegrina Lockmann ratificou o entendimento do Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Jundiaí (SP), que julgou improcedente o pedido de reintegração. A corte entendeu que a empresa “comprovou que contratou outra pessoa, também portadora de deficiência, em substituição ao ora recorrente” e que o novo empregado “é portador de deficiência e foi admitido no período de aviso prévio cumprido pelo reclamante, na forma preconizada no § 1º, do artigo 93, da Lei nº 8.213/91”.

O acórdão concluiu, portanto, não haver previsão legal de estabilidade aos trabalhadores com deficiência física. A 6ª Câmara complementou que a lei exige apenas que o empregador mantenha “a proporção estabelecida” e que, quando o legislador conferiu direito à estabilidade, fez de modo expresso.

//JURISPRUDÊNCIA

ADAPTAÇÃO DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE COLETIVO E ACESSIBILIDADE

Fonte: Informativo STF nº 707, de 13 a 17 de maio de 2013

O Plenário julgou improcedente pedido formulado em ação direta de inconstitucionalidade proposta contra a Lei nº 10.820/92, do Estado de Minas Gerais, que dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas concessionárias de transporte coletivo intermunicipal promoverem adaptações em seus veículos, a fim de facilitar o acesso e a permanência de pessoas com deficiência física ou com dificuldade de locomoção. Salientou-se que a Constituição dera destaque à necessidade de proteção às pessoas com deficiência, ao instituir políticas e diretrizes de acessibilidade física (CF, artigos 227, § 2º; e 244), bem como de inserção nas diversas áreas sociais e econômicas da comunidade. Enfatizou-se a incorporação, ao ordenamento constitucional, da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência — primeiro tratado internacional aprovado pelo rito legislativo previsto no art. 5º, § 3º, da CF —, internalizado por meio do Decreto nº 6.949/09. Aduziu-se que prevaleceria, no caso, a densidade do direito à acessibilidade física das pessoas com deficiência (CF, art. 24, XIV), não obstante pronunciamentos da Corte no sentido da competência privativa da União (CF, art. 22, XI) para legislar sobre trânsito e transporte. Consignou-se que a situação deveria ser enquadrada no rol de competências legislativas concorrentes dos entes federados. Observou-se que, à época da edição da norma questionada, não haveria lei geral nacional sobre o tema. Desse modo, possível aos estados-membros exercerem a competência legislativa plena, suprimindo o espaço normativo com suas legislações locais (CF, art. 24, § 3º). Ressaltou-se que a preocupação manifestada, quando do julgamento da medida cautelar, sobre a ausência de legislação federal protetiva encontrar-se-ia superada, haja vista a edição da Lei nº 10.098/2000, a estabelecer normas gerais e critérios básicos de promoção da acessibilidade de pessoas com deficiência. Registrou-se que, diante da superveniência dessa lei nacional, a norma mineira, embora constitucional, perderia força normativa, na atualidade, naquilo que contrastasse com a legislação geral de regência do tema (CF, art. 24, § 4º).

ADI 903/MG, rel. Min. Dias Toffoli, 22.5.2013. (ADI-903)

//NOTÍCIAS DO LEGISLATIVO

PARANÁ GANHA LEI QUE PREVÊ POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O AUTISMO

O governo do estado sancionou a lei, de autoria do deputado Péricles de Mello (PT), que institui diretrizes para uma política estadual de proteção dos direitos da pessoa com autismo.

Fonte: Paranashop – saúde e bem estar – 16/05/2013

O governo do estado sancionou a lei, de autoria do deputado Péricles de Mello (PT), que institui diretrizes para uma política estadual de proteção dos direitos da pessoa com autismo. Publicada no Diário Oficial, no último dia 30 de abril, a Lei nº 17.555/2013 tem como objetivo indicar ações propositivas e orientações, para a implementação de políticas públicas que preveem auxílio na formação de profissionais; criação de um cadastro de pessoas com a síndrome; além de promover a inclusão dessas pessoas no ensino regular.

“Ao sancionar a lei, o Paraná passa a olhar com mais atenção, não só quem tem o autismo, mas também seus familiares, que tanto precisam de orientação e apoio. Além do incentivo do poder público, a lei vai trazer mais informação à população, ajudar a diminuir o preconceito e a divulgar as experiências praticadas por entidades paranaenses que auxiliam pais de crianças com autismo”, afirma Péricles.

De acordo com a lei, o estado terá a responsabilidade de promover campanhas educativas e de conscientização junto à comunidade, para que a população também participe e acompanhe a formulação das políticas em benefício dos autistas.

O deputado destaca que o projeto foi elaborado com a ajuda das entidades paranaenses que se dedicam a causa do autismo, pais, especialistas e de Berenice Pianna, que teve seu nome reconhecido nacionalmente pela luta aos direitos dos autistas. Mãe de uma criança com autismo, Berenice defendeu no Congresso Nacional a necessidade de o Brasil se sensibilizar com o tema.

No final do ano passado, a presidente Dilma Rousseff sancionou, em 27 de dezembro, a Lei nº 12.764, que instituiu a política nacional de proteção aos autistas. A lei ficou conhecida como Lei Berenice Pianna.

A lei federal garante à pessoa com autismo os mesmos direitos da pessoa com deficiência. Propõe um censo para fazer um levantamento de quantos são os autistas no Brasil, além de prever direitos a atendimento especializado, acesso à educação e ao mercado de trabalho. “Assim como o governo federal se preocupou em tratar o assunto em âmbito nacional, o Paraná também vai olhar para a causa de forma mais consciente”, reforça Péricles.

APOIO

Dados da Organização Mundial da Saúde indicam que cerca de 1% das pessoas tem autismo no mundo. Isso representa que no Brasil, aproximadamente dois milhões de pessoas tenham a síndrome. “É um dado preocupante, pois há poucas instituições para auxiliar famílias com filhos autistas. Aqui no Paraná, por exemplo, temos a Aproaut (Associação de Proteção aos Autistas) de Ponta Grossa, que dispõe de 50 vagas. Em Curitiba, a Aampara (Associação de Atendimento e Apoio ao Autista) luta para construir a sua sede própria”, alerta o deputado.

Segundo a presidente da Aampara, Rosimere Benites, o principal desafio era fazer com que o governo abraçasse a ideia. “O autismo deve ser tratado de forma adequada pelos profissionais da saúde, para que nossas crianças recebam um atendimento especializado”, afirma Benites.

DIAGNÓSTICO

A neuropediatra Mariane Wehmuth explica que o diagnóstico do autismo é clínico e que não existe um exame de laboratório capaz de identificar quem é autista. “A doença se inicia precocemente, no primeiro ano de vida, mas na maioria dos casos ela só é percebida na escola, quando a criança está com sete anos de idade”, enfatiza Mariane, que é responsável pelo Ambulatório do Centro de Neuropediatria do Hospital das Clínicas, de Curitiba. Ela diz que as principais características de quem apresenta o diagnóstico, também chamado de Transtorno do Espectro Autista, são as dificuldades de comunicação e interação social. Mariane acrescenta que nos últimos 10 anos houve um aumento de 80% no número de crianças com autismo, no mundo.

PROJETO QUER GARANTIR ASSISTÊNCIA PSICOPEDAGÓGICA ÀS CRIANÇAS COM AUTISMO

O Brasil ainda não possui um registro oficial do índice de pessoas com Transtorno do Espectro Autista, mas estima-se que o número possa chegar a 500 mil.

Fonte: PB Agora – 17/06/2013

Em grande parte dos casos, o diagnóstico tardio dificulta a inserção dessas crianças na escola habitual, que é garantido pela Lei Federal nº 12.764/12. Para mudar essa realidade, um Projeto de Lei apresentado à Câmara Municipal de João Pessoa dispõe sobre a implantação de assistência psicopedagógica na rede pública e privada de ensino.

O projeto é uma iniciativa do vereador Lucas de Brito (DEM) e possui o objetivo de diagnosticar, intervir e prevenir problemas de aprendizagem, além de acompanhar os alunos diagnosticados com autismo. O enfoque do projeto está nas instituições de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Capital.

A Lei Federal nº 12.764 instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e garantiu a inclusão dessas crianças nas classes comuns de ensino regular com direito a acompanhante especializado. “Contudo, as escolas públicas e privadas de João Pessoa não prestam a assistência psicopedagógica às crianças autistas nem às que apresentam outros problemas no aprendizado”, salienta o parlamentar.

Lucas de Brito explica que a assistência deverá ser prestada por profissional habilitado e ocorrer nas dependências da instituição durante o período escolar, sem qualquer aumento nos valores das mensalidades dos alunos beneficiados. “Queremos que o Projeto seja um importante mecanismo de elevação da qualidade da educação em João Pessoa, contemplando as crianças que sofrem com problemas na aprendizagem, valorizando o profissional psicopedagogo e concretizando o direito dos autistas”.

Por gerar despesas ao município, a matéria foi encaminhada ao prefeito Luciano Cartaxo como Projeto de Indicação, no que se refere à contratação de profissionais nas escolas públicas. Para que o mesmo benefício seja oferecido nas escolas particulares, o vereador apresentou um Projeto de Lei que será apreciado nas Comissões da Casa e, depois, segue para votação em plenário.

COMISSÃO APROVA ADEQUAÇÃO EM PARQUES PARA DEFICIENTES

A proposta tramita em caráter conclusivo e ainda será analisada pelas comissões de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Panrotas – 24/06/2013

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados aprovou, na semana passada (quarta, dia 19), o Projeto de Lei nº

4.498/12, do deputado Major Fábio (DEM-PB), que obriga os parques de diversão a eliminarem barreiras arquitetônicas que dificultem o acesso de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida aos brinquedos e às demais instalações. De acordo com a proposta, os parques também deverão oferecer pelo menos dois brinquedos especialmente projetados para a utilização por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

A relatora na comissão, deputada Rosinha da Adefal (PT do B-AL), defendeu a aprovação da proposta e incluiu no texto a extensão da mesma obrigação aos parques públicos, pois o projeto original se restringia aos privados.

Para a deputada, a determinação não representa “custo intransponível” para os empreendimentos do setor. Na sua avaliação, os ajustes arquitetônicos envolvem “pequenas adequações, mas que para os beneficiários da medida representam imenso progresso nos seus direitos de cidadãos, uma garantia de que possam usufruir, em seus momentos de lazer, da mesma estrutura moderna de entretenimento à disposição dos demais cidadãos”.

//LEGISLAÇÃO

LEI COMPLEMENTAR Nº 142, DE 8 DE MAIO DE 2013

(Publicada no D.O.U. de 09/05/2013)

Regulamenta o § 1º do art. 201 da Constituição Federal, no tocante à aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Esta Lei Complementar regulamenta a concessão de aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social - RGPS de que trata o § 1º do art. 201 da Constituição Federal.

Art. 2º Para o reconhecimento do direito à aposentadoria de que trata esta Lei Complementar, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Art. 3º É assegurada a concessão de aposentadoria pelo RGPS ao segurado com deficiência, observadas as seguintes condições:

I - aos 25 (vinte e cinco) anos de tempo de contribuição, se homem, e 20 (vinte) anos, se mulher, no caso de segurado com deficiência grave;

II - aos 29 (vinte e nove) anos de tempo de contribuição, se homem, e 24 (vinte e quatro) anos, se mulher, no caso de segurado com deficiência moderada;

III - aos 33 (trinta e três) anos de tempo de contribuição, se homem, e 28 (vinte e oito) anos, se mulher, no caso de segurado com deficiência leve; ou

IV - aos 60 (sessenta) anos de idade, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se mulher, independentemente do grau de deficiência, desde que cumprido tempo mínimo de contribuição de 15 (quinze) anos e comprovada a existência de deficiência durante igual período.

Parágrafo único. Regulamento do Poder Executivo definirá as deficiências grave, moderada e leve para os fins desta Lei Complementar.

Art. 4º A avaliação da deficiência será médica e funcional, nos termos do Regulamento.

Art. 5º O grau de deficiência será atestado por perícia própria do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, por meio de instrumentos desenvolvidos para esse fim.

Art. 6º A contagem de tempo de contribuição na condição de segurado com deficiência será objeto de comprovação, exclusivamente, na forma desta Lei Complementar.

§ 1º A existência de deficiência anterior à data da vigência desta Lei Complementar deverá ser certificada, inclusive quanto ao seu grau, por ocasião da primeira avaliação, sendo obrigatória a fixação da data provável do início da deficiência.

§ 2º A comprovação de tempo de contribuição na condição de segurado com deficiência em período anterior à entrada em vigor desta Lei Complementar não será admitida por meio de prova exclusivamente testemunhal.

Art. 7º Se o segurado, após a filiação ao RGPS, tornar-se pessoa com deficiência, ou tiver seu grau de deficiência alterado, os parâmetros mencionados no art. 3º serão proporcionalmente ajustados, considerando-se o número de anos em que o segurado exerceu atividade laboral sem deficiência e com deficiência, observado o grau de deficiência correspondente, nos termos do regulamento a que se refere o parágrafo único do art. 3º desta Lei Complementar.

Art. 8º A renda mensal da aposentadoria devida ao segurado com deficiência será calculada aplicando-se sobre o salário de benefício, apurado em conformidade com o disposto no art. 29 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, os seguintes percentuais:

I - 100% (cem por cento), no caso da aposentadoria de que tratam os incisos I, II e III do art. 3º; ou

II - 70% (setenta por cento) mais 1% (um por cento) do salário de benefício por grupo de 12 (doze) contribuições mensais até o máximo de 30% (trinta por cento), no caso de aposentadoria por idade.

Art. 9º Aplicam-se à pessoa com deficiência de que trata esta Lei Complementar:

I - o fator previdenciário nas aposentadorias, se resultar em renda mensal de valor mais elevado;

II - a contagem recíproca do tempo de contribuição na condição de segurado com deficiência relativo à filiação ao RGPS, ao regime próprio de previdência do servidor público ou a regime de previdência militar, devendo os regimes compensar-se financeiramente;

III - as regras de pagamento e de recolhimento das contribuições previdenciárias contidas na Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

IV - as demais normas relativas aos benefícios do RGPS;

V - a percepção de qualquer outra espécie de aposentadoria estabelecida na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que lhe seja mais vantajosa do que as opções apresentadas nesta Lei Complementar.

Art. 10. A redução do tempo de contribuição prevista nesta Lei Complementar não poderá ser acumulada, no tocante ao mesmo período contributivo, com a redução assegurada aos casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

Art. 11. Esta Lei Complementar entra em vigor após decorridos 6 (seis) meses de sua publicação oficial.

Brasília, 8 de maio de 2013; 192º da Independência e 125º da República.

DILMA ROUSSEFF
Miriam Belchior
Garibaldi Alves Filho
Maria do Rosário Nunes

Acesso à Lei Complementar Federal nº 142/13 -
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/LCP/Lcp142.htm

.....